

ISSN18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2007

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Rafael Lapa
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e
Serviços – CEIS)

Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e
Agroindustriais – COERG)

Equipe responsável

Autores: Adila Maria Barbosa Pinto, Antônio
Ricardo de Norões Vidal, Assuéro Ferreira,
Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Alberto
Figueiredo Junior, Francisco Raimundo
Evangelista, Inez Sílvia Batista Castro, Laura
Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas,
Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa
Miranda, Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Jociany Monteiro Luz, Roberto Alves
Gomes e Tereza Cristina Felix dos Santos.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

Ademir da Silva Costa (Reg. 461/03/66-CE)

Revisão vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

Diagramação

Gigliola Sena

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré - CEP 60.740-000
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. – N. 12 (jan.-mar. 2007)- . – Fortaleza

: Banco do Nordeste do Brasil, 2007 –

n. il.

Trimestral

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/418)(11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-Ce. nº 12

Janeiro-Março 2007

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Perspectivas de Suprimento de Energia Elétrica do Nordeste até 2010
09	1.2 - Cenário para a Agroindústria Brasileira de Frutas
13	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
17	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
17	3.1 - Produto Interno Bruto
25	3.2 - Produção Industrial
30	3.2.1 - Produção industrial do Nordeste
36	3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada
42	3.4 - Comércio
42	3.4.1 - O desempenho do comércio no Brasil
43	3.4.2 - O comércio no Nordeste
48	3.5 - Produção Agropecuária
48	3.5.1 - Agricultura
56	3.5.2 - Pecuária
57	3.5.3 - Agronegócio
57	3.5.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento
64	3.5.3.2 - Balança comercial do agronegócio

67	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
67	4.1 - Emprego
72	4.2 - Rendimento
74	4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Empregos Formais
74	4.3.1 - O desempenho do Brasil
75	4.3.2 - O desempenho do Nordeste
81	5 - SETOR EXTERNO
81	5.1 - Balança Comercial Brasileira
82	5.1.1 - Exportação
86	5.1.2 - Importação
88	5.2 - Balança Comercial Nordestina
98	5.3 - Balanço de Pagamentos
105	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
105	6.1 - Governo Federal
105	6.1.1 - Resultado fiscal do governo central
106	6.1.2 - Dívida pública federal
108	6.1.3 - Necessidade de financiamento do setor público
108	6.2 - Estados e Municípios do Nordeste
108	6.2.1 - Transferências constitucionais
111	6.2.2 - Transferências voluntárias
111	6.2.3 - Arrecadação de ICMS
115	REFERÊNCIAS

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Perspectivas de Suprimento de Energia Elétrica do Nordeste até 2010

Francisco Diniz Bezerra

Mestre em Engenharia de Produção e Pesquisador do BNB/ETENE

A energia elétrica consumida no Nordeste brasileiro é proveniente basicamente de fonte hidrelétrica, destacando-se o rio São Francisco como o seu principal provedor. No entanto, o potencial hidrelétrico remanescente economicamente viável dessa região encontra-se próximo do seu esgotamento, prevendo-se serem necessárias outras alternativas de suprimento de energia elétrica para atender a sua demanda futura.

Objetivando ter-se uma visão mais nítida das necessidades de energia elétrica do Nordeste para os próximos anos, apresenta-se o Gráfico 01, que compara a trajetória de crescimento do consumo deste insumo (representado pela carga de energia) com a evolução do PIB regional, no período compreendido entre 1987 e 2006. Observa-se, nesta série histórica, que o consumo de energia elétrica regional cresceu à taxa média de 4,7% a.a.¹. Este valor poderia ter sido ainda maior, caso não fosse influenciado pelo racionamento de 2001, haja vista que antes deste ano (1987-2000), o incremento alcança-

do foi de 5,6%a.a., e após o mesmo (2002-2006), de 5,3%a.a. Enquanto isto, o PIB regional cresceu, em média, 2,8% a.a. no período em análise, o que demonstra a necessidade de serem realizados investimentos em geração e transmissão em um patamar proporcionalmente superior ao crescimento do Produto Interno Bruto do Nordeste, para que não falte energia elétrica para o atendimento das necessidades de sua população.

O parque gerador do Nordeste em operação correspondia, em 2003, a 6.304 MWmed de energia firme, de acordo com a Agência Nacional de Águas – ANA (2004). Por outro lado, estudos da Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2005) projetam o crescimento do consumo regional de energia elétrica à taxa de 5,1%a.a. para o período 2005-2015. Assim, considerando o consumo observado na região em 2006, corresponde a 6.913,64 MWmed, depreende-se que em 2010 a demanda no Subsistema Nordeste será da ordem de 8,4 mil MWmed e, em 2015,

¹ Refere-se ao consumo do subsistema Nordeste, que compreende todos os Estados nordestinos, exceto o Maranhão, que faz parte do subsistema Norte. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é composto pelos seguintes subsistemas: Nordeste, Norte, Sudeste-Centro-Oeste e Sul.

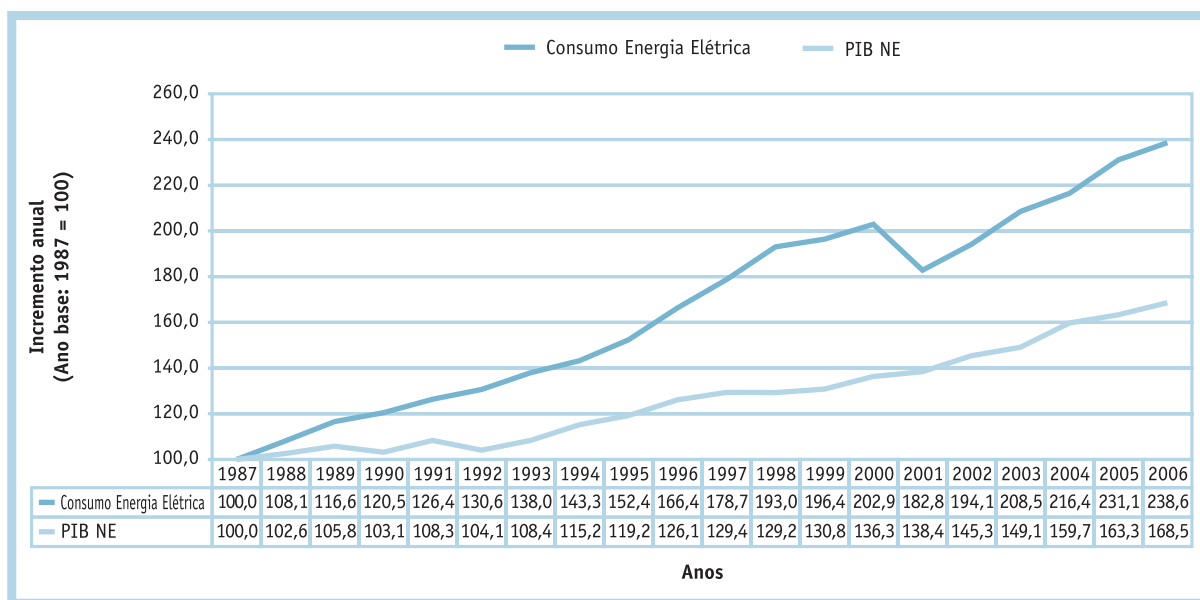


Gráfico 01 – Evolução do PIB e do Consumo de Energia Elétrica no Nordeste

Fonte: Dados de energia elétrica: NOS (2007a). Dados do PIB: IBGE (1987-2004). Estimativas da Equipe de Conjuntura Econômica.

de 10,3 mil MWmed. Estes dados reforçam a certeza da necessidade premente de realização de investimentos significativos em geração e transmissão para que o Nordeste não padeça de outra crise de racionamento de energia nos próximos anos.

Dentre as principais alternativas para elevar a disponibilidade de energia elétrica no Nordeste encontram-se:

- elevação da capacidade de importação de energia elétrica de outras regiões, através da construção de novas linhas de transmissão, reforçando a integração do Subsistema Nordeste ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- construção de termelétricas movidas a gás natural;
- aproveitamento das fontes renováveis de energia, principalmente eólica e biomassa.

Atualmente, o Nordeste é integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), possibilitando a importação de energia elétrica dos subsistemas

Norte e Sudeste-Centro-Oeste. Embora a capacidade de importação seja da ordem de 2.000 MWmed (dado referente a 2004), até o momento, o recorde anual de importação líquida de energia elétrica do Nordeste ocorreu em 2003, quando atingiu 1.259,72 MWmed, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Objetivando elevar a disponibilidade de energia elétrica no Nordeste, está previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) um reforço na interligação Norte-Nordeste pela construção da Linha de Transmissão (LT) Colinas-Milagres e da LT Açailândia-Presidente Dutra, com investimentos orçados em R\$ 999,2 milhões.

Outra ação importante para suprir a necessidade de energia elétrica da região consiste na construção de usinas termelétricas movidas a gás natural, prevendo-se entrar em operação até 2010 os empreendimentos constantes do Quadro I. No entanto, a atual oferta de gás natural na região está longe de atender à demanda das usinas termelétricas já implantadas e das que estão projetadas, sendo necessário importar este insumo energético do Sudeste e/ou de outros países. Para tanto, estão previstas no

PAC as obras de conclusão do Gasoduto Sudeste-Nordeste – GASENE, cuja entrada em operação está programada para julho/2009; e a implantação de um Terminal de Regaseificação de Gás Natural Líquido (GNL) no Porto de Pecém, no Ceará (Tabela 01).

Além das usinas a gás natural, o Nordeste apresenta favorabilidade para a implantação de termelétricas movidas a biomassa, principalmente bagaço-de-cana. Estão previstas para serem implantadas na região, apenas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a UTE Iolando Leite (8,0 MW), em Sergipe, e a UTE Jitituba Santo Antônio (27,4 MW), em Alagoas, conforme indicado no sítio da Agência Nacional de Energia Elétrica, na Internet (ANEEL, 2007a).

Embora o Nordeste apresente pouca favorabilidade à construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), em função dos rios da região serem, em grande parte, intermitentes, está prevista, também no âmbito do PROINFA, a implantação dos seguintes empreendimentos: PCH Cachoeira da Lixa (14,80 MW), PCH Colino 1 (11,00 MW) e PCH Colino 2 (6,00 MW), todos localizados na Bahia, de acordo com a ANEEL (2007a).

No entanto, o grande destaque na área de energias alternativas renováveis com maior viabilidade de atender a demanda de energia elé-

trica nos próximos anos do Nordeste é a fonte eólica, cujo potencial estimado alcança 75.000 MW apenas para velocidades médias de vento superiores a 7 m/s, conforme destacado no Atlas do Potencial Eólico Brasileiro. Ressalte-se, porém, que atualmente esta alternativa ainda não se mostra economicamente competitiva ante outras opções de geração, sendo viabilizada somente em programas como o Proinfra, que assegura a compra pela Eletrobrás da energia gerada, a preços de comercialização previamente definidos. O PAC prevê a implantação de 35 projetos de geração eólica na região, cuja relação é a constante da Tabela 02, obtida no sítio da ANEEL (2007a) na internet (Tabela 02).

Atribuindo-se um fator de capacidade médio entre 0,3 e 0,4 para os projetos eólicos listados na Tabela 02, estima-se que esses empreendimentos poderiam disponibilizar de 227 MWmed a 302 MWmed de energia elétrica, caso implementados em sua totalidade.

Existem em andamento outros investimentos de pequena dimensão na área de geração previstos para os próximos anos na região que não foram mencionados nesta análise. Entretanto, não está previsto entrar em operação até 2010 nenhum novo projeto de hidrelétrica de grande porte no Nordeste.

Tabela 01 – Projetos de Termelétricas Previstos no PAC para o Nordeste

Termelétrica	Localização	Potência (Mwmed)	Investimento (US\$ milhões)
UTE Camaçari Pólo de Apoio I	Camaçari (BA)	139,2	177,6
UTE Camaçari Muricy I	Camaçari (BA)	139,2	177,6
UTE Camaçari Muricy II	D'Ávila (BA)	129,0	168,0
UTE Pecém II	Caucaia (CE)	129,0	168,0
UTE Pau Ferro I	Igarassu (PE)	46,5	94,0
UTE Termomanaus	Cabo de Santo Agostinho (PE)	127,9	142,2
UTE Potiguar III	Macaíba (RN)	54,4	66,0
UTE Vale do Açu	Açu (RN)	306,0	152,7
TOTAL	-	1.071,20	1.145,87

Fonte: Brasil (2007).

Tabela 02 – Projetos de Energia Eólica do PROINFA Previstos no PAC

Localização	Nome do Projeto	Potência (MW)	Estimativa de Investimento (R\$ milhões)
CE	EOL Bons Ventos	50	129
CE	EOL Canoa Quebrada	57	147,1
CE	EOL Canoa Quebrada (Rosa dos Ventos)	10,5	27,1
CE	EOL Foz do Rio Choró	25,2	65
CE	EOL Icaraizinho	54	139,3
CE	EOL Lagoa do Mato	3,2	8,3
CE	EOL Paracuru	23,4	60,4
CE	EOL Parque Eólico de Beberibe	25,2	65
CE	EOL Parque Eólico Enacel	31,5	81,3
CE	EOL Praia do Morgado	28,8	74,3
CE	EOL Praia Formosa	104,4	269,4
CE	EOL Praias do Parajuru	28,8	74,3
CE	EOL Taíba Albatroz	16	41,3
CE	EOL Volta do Rio	42	108,4
PB	EOL Albatroz	4,5	11,6
PB	EOL Alhandra	5,4	13,9
PB	EOL Atlântica	4,5	11,6
PB	EOL Camurim	4,5	11,6
PB	EOL Caravela	4,5	11,6
PB	EOL Coelhos I	4,5	11,6
PB	EOL Coelhos II	4,5	11,6
PB	EOL Coelhos III	4,5	11,6
PB	EOL Coelhos IV	4,5	11,6
PB	EOL Mataraca	4,5	11,6
PB	EOL Millennium	10,2	26,3
PB	EOL Presidente	4,5	11,6
PB	EOL Vitória	4,25	11
PE	EOL Gravatá Fruitrade	4,25	11
PE	EOL Mandacaru	4,25	11
PE	EOL Pirauá	4,25	11
PE	EOL Santa Maria	4,25	11
PE	EOL Xavante	4,25	11
PI	EOL Pedra do Sal	17,85	46,1
RN	EOL Alegria I	51	131,6
RN	EOL Alegria II	100,8	260,1
TOTAL	-	755,75	1.950,20

Fonte: ANEEL. (2007a)

Nota: Valores de investimento estimados a partir do preço de referência para implantação de parques eólicos de US\$1.200,00/MW (EPE, 2006) e US\$1,00 = R\$2,15.

Do exposto, conclui-se que o Nordeste terá sua demanda futura de energia elétrica suprida através do reforço no sistema interligado de transmissão, que permitirá aumentar a capacidade de importação de outras regiões, sobretudo do subsistema Norte; e da implantação de novas unidades de geração, sobressaindo-se a construção de parques eólicos e de termelétricas a gás natural, que, por sua vez,

dependerão do aumento da oferta deste insumo. Assim, é fundamental que Governo e sociedade estejam conscientes de que os investimentos planejados para os próximos anos sejam efetivamente realizados, pois do contrário, o Nordeste poderá ser atingido por outro programa de racionamento, a exemplo do ocorreu em 2001, ocasionando indesejáveis prejuízos socioeconômicos.

1.2 - Cenário para a Agroindústria Brasileira de Frutas²

José Ailton Nogueira dos Santos

*Consultor, Engenheiro Agrônomo,
Especialista em Planejamento Rural Integrado e em Administração Rural*

Maria Simone de Castro Pereira Brainer

*Pesquisadora do BNB/ETENE, Engenheira Agrônoma,
Mestre em Economia Rural*

As agroindústrias de frutas encontram-se presentes em todos os Estados e regiões brasileiras, localizadas próximas às áreas de maior capacidade de produção dessas matérias-primas, porém com maior concentração no Sul e Sudeste do país. Em número, predominam as micro e pequenas empresas. No entanto, existe uma situação de oligopólio, em que um pequeno número de grandes agroindústrias detém o controle da tecnologia e da maior parcela do mercado. Com relação à comercialização, em geral, as micro e pequenas agroindústrias estão restritas ao mercado local ou regional, enquanto algumas médias e grandes empresas têm abrangência nacional e internacional.

Independente do tamanho ou localização, existe grande potencial de mercado para as agroindústrias de processamento de frutas instaladas no Brasil que, segundo Fracaro (2006), é o terceiro maior produtor mundial de frutas, com cerca de 33 milhões de toneladas/ano, destacando-se também como grande produtor de sucos concentrados de frutas tropicais.

A favor da sustentabilidade da produção brasileira de sucos de frutas, está a indicação de crescimento da demanda mundial em virtude da ampliação da expectativa de vida e da preo-

cupação com a ingestão de alimentos mais saudáveis. Para se ter idéia, no período de 1994/1997, o mercado brasileiro de sucos prontos cresceu 128%. Este desempenho deve-se, em grande parte, à integração da agroindústria primária com a de transformação. Daí, a importância da polpa nas agroindústrias de transformação secundária, em função de ser matéria-prima para produção de sucos diluídos, produtos prontos para beber e doces.

O suco de laranja concentrado é o carro-chefe do processamento de frutas brasileiras, bem como de sua exportação. Este produto tem superado todos os demais sucos na pauta das exportações brasileiras desde a década de 1980. Tal crescimento contou com uma base tecnológica em permanente aperfeiçoamento, superando os principais países concorrentes (Estados Unidos, Israel e México) (HASSE, 2007).

Atualmente, as quatro maiores agroindústrias brasileiras de suco de laranja estão instaladas em São Paulo e respondem por 89,6% das exportações do país, conforme informações coletadas por Figueiredo Neto *et al.* (2006). Segundo Vieira, Paulillo e Almeida (2006), essas agroindústrias processam 70% do total de la-

² A agroindústria de alimentos tem importância estratégica para o Nordeste que, apesar de se destacar como grande produtor de frutas tropicais, é submetido a constantes dificuldades de mercado, o qual não consegue absorver toda a produção na forma *in natura*. Em vista disso, o BNB-ETENE tomou a decisão de desenvolver um estudo (que está em fase preliminar) com o objetivo de identificar e caracterizar as principais agroindústrias de frutas e hortaliças no Nordeste, procurando obter melhor entendimento de suas relações com os demais segmentos da cadeia e diagnosticar suas principais dificuldades. Neste texto, o enfoque é o mercado nacional e a análise está direcionada para as linhas de produção de polpas, sucos de laranja, maracujá, abacaxi, uva, caju e coco, bem como amêndoas de caju e cacau.

ranja produzida no cinturão citrícola paulista provenientes de quase dez mil produtores.

Apesar de o Brasil dominar a tecnologia, a produção e o mercado de suco de laranja concentrado, não conta com marcas próprias nos países importadores, por ser mero fornecedor de matérias-primas. O engarrafamento do suco ocorre no exterior, onde as empresas responsáveis investem fortemente em publicidade e distribuição. Já o esforço de ampliação de mercado para o produto, realizado pelas empresas distribuidoras e varejistas no exterior, conta com a parceria de agroindústrias fornecedoras do Brasil (FAVERET FILHO; LIMA; PAULA, 2006).

No Nordeste, os Estados da Bahia e Sergipe, produzem e exportam suco de laranja. Sergipe destaca-se por ser o principal exportador deste suco na região. Atualmente, o Estado exporta, além desse suco, os de abacaxi e maracujá. Os países importadores são Holanda, Bélgica e Estados Unidos, sendo o primeiro, responsável por 80% do total (SANTOS; SANTOS, 2007).

Em termos de Brasil, o suco de maracujá também é destaque na pauta de exportações, ocupando a segunda colocação no ranking de sucos. No triênio 2003/2005, todas as regiões brasileiras (exceção do Centro-Oeste) exportaram suco de maracujá concentrado. O Nordeste evoluiu suas vendas nesse período, com 117% de incremento e o Norte, com 7%.

Ainda sobre a produção nordestina, cabe destacar que a Cooperativa de Colonização de Pindorama, no Estado de Alagoas, foi pioneira na produção de suco de maracujá, tendo ao longo dos últimos quarenta anos, trabalhado a diversificação de sua produção. Atualmente, processa maracujá, acerola, abacaxi, uva, caju, manga, goiaba e derivados de coco (leite e doce), todos com marca própria. Esta Cooperativa atua junto aos mercados brasileiros do

Nordeste e Sudeste, por meio de grandes redes de supermercado.

O suco de abacaxi é outro alimento importante na pauta de exportações brasileiras, tendo crescido em torno de 280% entre 2001 e 2005. Os países Baixos foram os principais compradores durante esse período, tendo importado cerca de 68% do volume total em 2005. No Nordeste, os Estados da Paraíba e Sergipe são os destaques na exportação do suco de abacaxi.

No que diz respeito ao suco de uva, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 10,7 milhões em 2005, o que representa um saldo positivo com relação às importações do mesmo ano (US\$ 900 mil). Os maiores importadores deste produto são Japão e Estados Unidos (INSTITUTO FNP, 2006). No Nordeste, em que pese sua potencialidade, as agroindústrias de sucos prontos para beber, importam suco concentrado de uva do sul do país, a fim de transformá-lo em suco diluído ou pronto para beber.

O consumo interno de suco de uvas tem crescido nos últimos anos. No período de 2000-2005, o aumento foi de cerca de 64% (MELLO, 2007), principalmente em virtude da propaganda sobre suas propriedades medicinais (contém propriedades tais como: inibição da oxidação do LDL, inibição da carcinogênese in vivo etc) (HOFFMANN; CAMARGO; MAIA, 2007).

Com relação à água de coco, no momento, o Nordeste (com destaque para o Estado de Alagoas) figura como o único produtor e exportador brasileiro. O processamento da água de coco surgiu para solucionar a inviabilidade do transporte do coco verde dos tradicionais produtores nordestinos (Ceará, Paraíba e Pernambuco) para os principais centros consumidores, anulando a vantagem comparativa dos produtores emergentes do Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, com relação ao fruto.

Convém destacar, o cenário favorável para o crescimento da demanda pela água de coco, seja no mercado interno ou externo. Os principais mercados internos encontram-se nas regiões Sul e Sudeste do país, enquanto que no mercado externo, os principais importadores são a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, para os quais se destinam cerca de 7% da produção anual brasileira (500 milhões de litros) (MAZENOTTI, 2007).

Relativamente aos derivados do cacau (amêndoa, manteiga, licor, torta e pó), a Bahia figura como o maior produtor e exportador brasileiro, com vendas externas evoluindo de 24 mil toneladas (em 2001) para 39 mil toneladas (em 2005) (INSTITUTO FNP, 2006). Nos últimos dez anos, observou-se um declínio no volume das exportações da amêndoa, acompanhado de um incremento das exportações de produtos mais elaborados (manteiga, licor e pó). A exportação de manteiga, gorduras e óleo de cacau resultou no ingresso médio de US\$ 96,7 mil no período de 2001/2005, sendo que somente nos dois últimos anos as receitas superaram essa média.

Hoje, o Brasil tornou-se importador da amêndoa de cacau, em virtude do aumento do consumo interno de seus derivados, bem como da queda da produção nacional causada pelo surgimento da doença denominada vassoura-de-bruxa. O volume das importações brasileiras de cacau variou de um mínimo de 11,9 milhões de toneladas em 1998 para um máximo de 75,3 milhões de toneladas em 1999 (LIMA; MENDES, 2006).

A amêndoa da castanha de caju, que tem no Brasil o seu terceiro maior exportador mundial, é um produto que possui demanda externa em expansão. Toda a produção de amêndoa brasileira é originária do Nordeste, tendo como maior exportador o Estado do Ceará, onde a matéria-prima ocupa o segundo lugar em sua pauta de exportações (GAZZOLA et al., 2006). Entre os anos de 1992 e 2004, observou-se um crescimento em torno de 25% nas exportações do produto, passando de 38 milhões de toneladas para 47,4 milhões toneladas (PINHEIRO; AGUIAR; PIRES, 2006). No entanto, essa exportação é concentrada em poucos países, principalmente Estados Unidos, com uma tendência de crescimento de importação por parte dos chineses.

Importante observar que o processamento do pedúnculo do caju não é mais exclusivo dos tradicionais produtores nordestinos. Atualmente, diversas empresas localizadas em outros Estados do Nordeste, do Sudeste e Norte do país, estão produzindo e exportando (ainda em pequena escala) polpas, sucos e cajuína, a partir do processamento do pedúnculo. Como exemplos, pode-se citar a Brasfrut (Frutos do Brasil Ltda), em Feira de Santana (BA), a Brassuco (Indústria de Produtos Alimentícios Ltda), em Itu (SP), Pontal Fruit Ltda, em Linhares (ES), Realimentos (Reengenharia Alimentos Indústria e Comércio Ltda), em Santarém (PA), Dafruta (Indústria e Comércio S.A), em Recife (PE), Global Sucos, localizada em Matão (SP) e Parmalat Brasil, no município de Itamonte (MG) (VORTAL CADEIA PRODUTIVA DO CAJU, 2007). ●

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS³

As previsões de expansão da economia brasileira, para 2007, são auspiciosas. Após o aprimoramento da mensuração deste agregado pelo IBGE, com a nova metodologia de contas nacionais, o mercado reviu as projeções de crescimento, em 2007, de 3,5% para 3,9%.

Em 2006, o IBGE apontou uma expansão de 3,7% da economia nacional. Contribuiu para esse desempenho o resultado do quarto trimestre daquele ano, quando o PIB avançou 4,8% em relação ao mesmo período de 2005.

A análise dos componentes da demanda mostra dois aspectos do comportamento do PIB em 2006 que deverão permanecer em 2007. O primeiro está associado à continuidade da trajetória de crescimento do consumo das famílias, beneficiadas pela expansão do emprego e pelos ganhos de renda real do trabalhador. De acordo com a PME, a taxa de desemprego apresentou, em fevereiro, ligeira redução em relação ao mesmo período do ano anterior, com crescimento de 4,1% no emprego com carteira assinada nessa mesma base de comparação, o que significa 335 mil postos adicionais nessa forma de inserção (IBGE, 2007s). Ademais, o rendimento médio registrou acréscimo de 2,5%, comparativamente a janeiro de 2007 e de 6,1%, em relação a fevereiro de 2006.

Adicionalmente, a expansão do crédito, principalmente as operações com recursos li-

vres, tem sido fundamental para o incremento do poder de compra das famílias. Segundo o Bacen (2007j), as operações de crédito do sistema financeiro totalizaram R\$ 747,4 bilhões em fevereiro – incremento de 1,1% no mês e de 21,4% no período de doze meses. Desse total, 68,2% estão vinculados aos empréstimos concedidos com recursos livres. Somente as operações de empréstimos para pessoas físicas atingiram R\$ 246,8 bilhões.

A produção industrial que, em 2006, apresentou a taxa mais modesta de crescimento, comparativamente aos setores de agropecuária e serviços, iniciou o ano de 2007 com expansão de 0,3% em fevereiro, frente a janeiro, e 3% em relação ao mesmo período de 2006 (IBGE, 2007o). O incremento do ritmo de crescimento da produção industrial torna-se crucial para reduzir o descompasso entre a demanda doméstica e a produção industrial, observado em 2006.

Por categoria de uso, a expansão industrial está associada ao dinamismo do segmento de bens de capital. O comportamento, em 2006, comparativamente a 2005, da indústria de bens de capital reforça a idéia de desempenho favorável do PIB para 2007. A produção daquele setor expandiu-se em 5,7%, sendo esta voltada prioritariamente para o mercado interno, já que as exportações declinaram 0,6% em volume. Alie-se a esse fato o aumento da quantidade importada de bens de capital (24,0%). Em

³ Os dados da Síntese de expectativas extrapolam o período de análise da Revista, dada a necessidade de utilizar informações mais recentes sobre as expectativas de mercado para o ano de 2007.

2007, já se registra elevado nível de utilização da capacidade instalada deste setor que, em março de 2007, alcançou 85,5%, o maior valor da série histórica da pesquisa da FGV (2007c). Em fevereiro de 2007, a produção de bens de capital cresceu 14,3%, face a fevereiro de 2006 e, no acumulado no ano, o incremento foi de 16% - valor acima da média da indústria em geral (3,8%).

Vale mencionar, também, a recuperação da indústria de bens de capital agrícolas, em função da retomada do crescimento do agronegócio em 2006 e das perspectivas favoráveis desse segmento para 2007. Na segunda avaliação da safra de 2007, o IBGE estimou uma produção de 129,4 milhões de toneladas - incremento de 11% em relação ao ano anterior.

Já o setor de bens de consumo duráveis atingiu a taxa mais elevada entre as categorias de uso no indicador mês/mês imediatamente anterior, mantendo o comportamento de crescimento observado no final de 2006. Destaque para a indústria automobilística que teve um crescimento da produção de 21,1% em março, na comparação com o mês anterior e de 4,0% no primeiro trimestre em relação a igual período do ano passado. Já as vendas cresceram 31,8% em março na comparação com fevereiro e 18,1% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período de 2006. Segundo a Anfavea (2007b), foi o melhor trimestre da história da indústria automobilística.

O desempenho do comércio é condizente com o bom comportamento assinalado na produção de bens de consumo duráveis. Dentre as atividades pesquisadas, em janeiro de 2007, móveis e eletrodomésticos (24,1%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (13,1%), veículos, motocicletas, partes e peças (14,3%), apresentaram maior expansão em face de igual período de 2006. O

comércio varejista ampliado, como um todo, apresentou crescimento do volume de vendas em 10,2% (IBGE, 2007q).

No que concerne à taxa de câmbio, as expectativas descritas no Relatório de Mercado do Bacen (2007o) são de uma taxa de R\$ 2,10/US\$ no final de 2007. Esta previsão é coerente com o comportamento das taxas de juros e do Risco Brasil. A primeira ainda se mantém em patamares capazes de garantir rendimentos reais superiores a 9% a.a. nas aplicações em moeda nacional (reais). Já o Risco Brasil, taxa que mede a desconfiança do investidor estrangeiro na capacidade de pagamento da dívida do país, declinou para 154 pontos em 09 de abril. Isto significa que o Brasil paga um prêmio de 1,54 ponto base acima dos juros dos títulos norte-americanos, considerados sem risco.

Os reflexos desta confiança são mensuráveis pelo comportamento da conta capital e financeira do balanço de pagamentos, como pode ser depreendido da análise do setor externo, na seção 5, deste Boletim. Os dois primeiros meses do ano assinalaram ingressos líquidos de US\$ 14,1 bilhões - elevação de 354,8% em relação ao mesmo bimestre de 2006. Parte significativa desses resultados decorreu dos investimentos diretos que contabilizaram US\$ 7,2 bilhões no acumulado do ano.

O saldo favorável da balança comercial brasileira, que vem se mantendo nos primeiros três meses de 2007, também contribui para a abundância de dólares no país e é coerente com a taxa de câmbio prevista pelo mercado. Também, a conta de transações correntes alcançou, nos dois primeiros meses do ano, o valor de US\$ 919 milhões, comprovando que o saldo positivo da balança comercial e das transferências unilaterais continua compensando o déficit da conta de serviços e rendas em - função das re-

messas líquidas relativas a viagens internacionais, lucros e dividendos.

Cumprе ressaltar que, nos últimos anos, o câmbio tem exercido um papel importante no controle da inflação, na medida em que submete a indústria nacional à concorrência estrangeira na venda de bens comercializáveis, forçando, inclusive, a reestruturação produtiva de alguns setores, como descrito na seção 3, deste Boletim.

De fato, a evolução do IPCA, quando segmentada em preços livres dos produtos comercializáveis e não-comercializáveis e preços monitorados, revela que as menores variações percentuais, em 2006, foram as dos preços dos comercializáveis (1,31%) e portanto, mais sujeitos à concorrência estrangeira (BACEN, 2007a).

Por outro lado, o preço dos bens monitorados cresceu 4,27%, em 2006, tendo contribuído com 1,3 p.p. dos 3,1% registrados pelo IPCA. Como grande parte dos preços dos serviços incluídos no índice de preços de bens monitorados tem sua evolução determinada pelo comportamento dos preços em 2006, espera-se que, em 2007, este segmento tenha impacto mais favorável na inflação.

A expansão da economia mundial, os melhores indicadores de vulnerabilidade externa da economia brasileira, o comportamento da inflação e a expansão do setor de bens de capital nacional têm acenado para um comportamento favorável da economia brasileira em 2007. Some-se a isto, os investimentos previstos pelo

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que devem estimular o crescimento nacional.

Com relação à economia nordestina, o IBGE apenas divulgou dados de crescimento do PIB até o ano de 2004. Estima-se, a partir de indicadores de produção industrial, agricultura e comércio, para os quais estão disponíveis as informações do ano de 2006, que o crescimento do PIB nordestino tenha sido superior ao nacional, já que, para os setores de produção de grãos na agricultura, para a indústria em geral (3,3%) e para o comércio, o crescimento do volume de bens e serviços produzidos foi superior às taxas registradas pela economia nacional.

As expectativas da Equipe do BNB ETENE - Conjuntura Econômica são de que o Nordeste deverá continuar a crescer acima da média nacional. Segundo a revista Carta Capital, divulgando pesquisa do Instituto Cetelem – Ipsos, o Nordeste foi a região com maior crescimento da renda familiar média (12%), na comparação entre 2005 (R\$ 676,64) e 2006 (R\$ 761,16) (CARTA CAPITAL, 2007). A intenção de compra de computador entre os nordestinos mais do que dobrou em um ano e, em 2007, os habitantes da região têm a intenção de gastar com móveis, eletrodomésticos, lazer/viagem, telefone celular e eletroeletrônicos, de modo que, estimativas iniciais indicam boa possibilidade de crescimento da economia nordestina, em torno de 4,1% em 2006 e 4,9%, em 2007⁴, desde que a economia brasileira, no agregado, cresça entre 4,2% a 4,5%, sendo esta última taxa prevista pelo Governo Federal. ●

⁴ Estimativas da Equipe BNB- ETENE Conjuntura Econômica.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, de acordo com as Contas Nacionais do IBGE (2007d), apresentou incremento de 3,7%, em 2006, resultado acima do esperado pela maioria dos analistas de mercado. Essa expansão resultou do crescimento de 3,5% do valor adicionado⁵ a preços básicos e da elevação de 5,2% nos impostos sobre produtos. Com isso, o PIB per capita registrou aumento de 2,3% em 2006 (Gráfico 02).

No que se refere aos resultados para o último trimestre de 2006, observa-se uma recuperação significativa da atividade econômica. O incremento no último trimestre, com relação ao mesmo período do ano anterior foi de 4,8%, o maior crescimento dentre os trimestres de 2006.

Dentre as atividades econômicas, a indústria apresentou o pior desempenho, com expansão de 2,8%, relativamente a 2005. Vale destacar a exce-

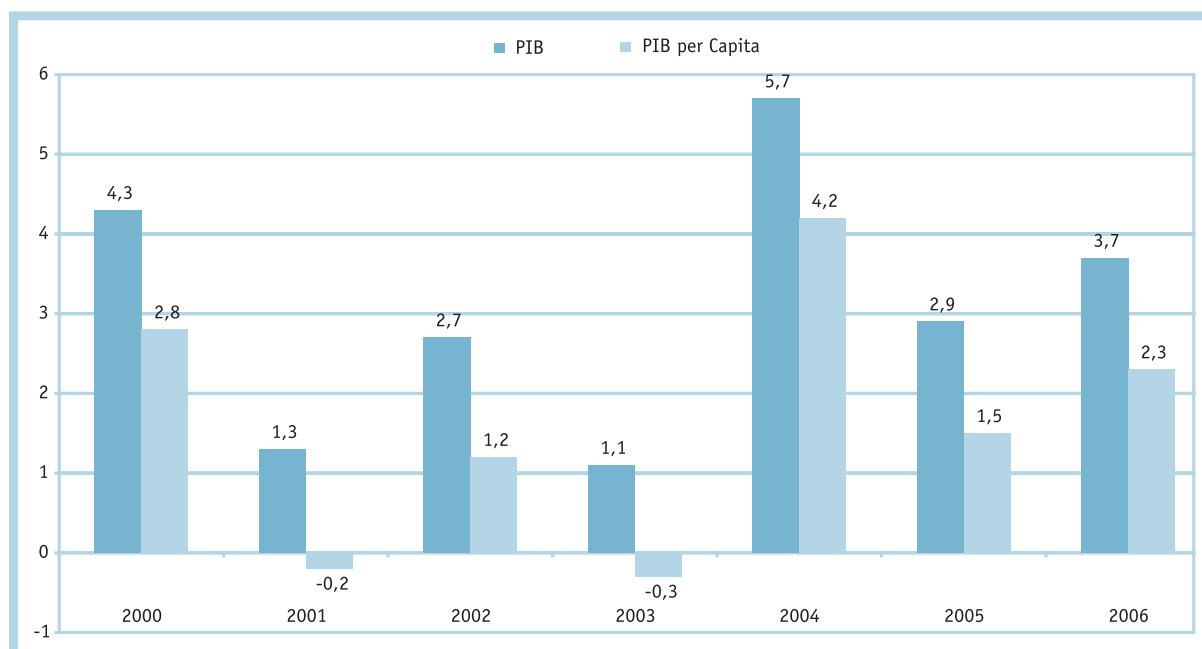


Gráfico 02 – Brasil: PIB e PIB Per Capita: Taxa (%) de Crescimento (2000-2006)

Fonte: IBGE (2007d).

⁵ Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. IBGE (2007d).

lente performance da indústria extrativa que cresceu 6,0%. Foi crucial para esse resultado o aumento de 5,1% da produção de gás natural e de 10,9% de minério de ferro. Esses setores foram amplamente beneficiados pela forte demanda externa e preços favoráveis de exportação (Gráfico 3).

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo – ANP (2007), a produção de petróleo e gás natural apresentou uma elevação de 5,5% e 8,9%, respectivamente. Somente a receita com a exportação de petróleo teve um aumento de 65,6% em 2006. Esse desempenho certamente deverá continuar em 2007, principalmente se considerado que a Petrobrás planeja a entrada em funcionamento de oito plataformas, que devem contribuir para um incremento de 8,0% na produção de petróleo no país.

No setor de mineração, a expectativa é que o dinamismo seja mantido esse ano, tendo em

vista o crescimento dos investimentos de grandes empresas ligadas ao setor. Na avaliação do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), as empresas do setor deverão investir em torno de US\$ 15 bilhões até 2010, proporcionando um incremento da capacidade instalada de produção de aço de 36,6 milhões de toneladas anuais, para 50 milhões de toneladas por ano – aumento de 36,0% (GLOBAL 21, 2007e).

É o caso da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que tem um orçamento de investimentos para 2007 de US\$ 6,3 bilhões, o maior em crescimento orgânico da história da companhia. Esse valor foi de US\$ 3,2 bilhões em 2006. Na região Nordeste, vale destacar a participação da CVRD no projeto Ceará Steel para produção de placas de aço, em associação com a coreana Dongkuk Steel e a italiana Danieli. O investimento previsto da empresa para esse projeto gira em torno de US\$ 25 milhões.

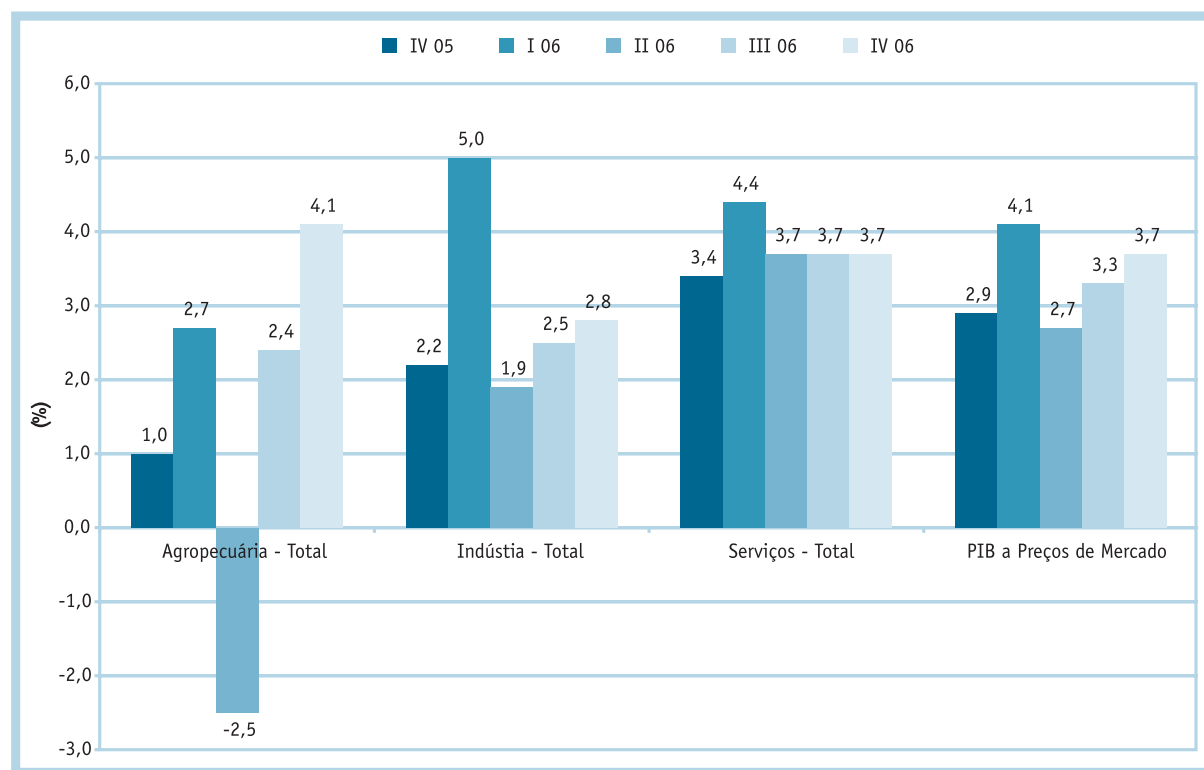


Gráfico 03 – Brasil: Variação do PIB em Volume, por Setores Econômicos: Taxa Acumulada ao Longo do Ano 2006/2005

Fonte: IBGE (2007d).

Os resultados positivos da empresa têm contribuído para a intensificação do processo de internacionalização de suas atividades e de diversificação de seus produtos. Em janeiro de 2007, a Vale adquiriu a canadense Inco, líder no mercado global de níquel, que passa a ser uma subsidiária integral da CVRD. Na avaliação da companhia, essa aquisição possibilitará maior diversificação em termos de produtos, mercados e localização geográfica dos ativos (CVRD, 2007).

Recentemente, a Vale anunciou a compra da produtora de carvão australiana AMCI HA, com recursos próprios. Proprietária de quatro minas através de participações majoritárias em empresas subsidiárias e 30 áreas exploratórias, a mineradora australiana produz atualmente 8 milhões de toneladas de carvão. Os ativos adquiridos pela Vale encontram-se nas melhores bacias de carvão metalúrgico, usado pelas siderúrgicas.

Além dessa aquisição, a Vale tem outros projetos de produção de carvão em andamento também na Austrália e associações na forma de joint ventures na China. Com a expansão das atividades no exterior, a expectativa é que a empresa passe a produzir 30 milhões de toneladas do combustível até 2010.

Um indicador que sinaliza o contexto favorável da indústria extrativa está relacionado com o pagamento de dividendos para o investidor de empresas. Um estudo divulgado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial –IEDI (2007b) revela que os proventos pagos pelas 85 maiores companhias de capital aberto alcançaram R\$ 45,6 bilhões em 2006 – incremento de 15,0% em relação a 2005. Desse total, as maiores distribuidoras de dividendos foram Petrobrás (R\$ 6,3 bilhões), Companhia Vale do Rio Doce (R\$ 2,8 bilhões) e Companhia Siderúrgica Nacional (R\$ 2,1 bilhões).

Outro segmento da indústria que registrou aumento significativo foi a construção civil,

com taxa de crescimento de 4,6% em 2006 – o terceiro ano consecutivo de crescimento. Com esse resultado, o setor recompõe as perdas observadas no período de 2001 a 2003. Entretanto, vale salientar que esse bom desempenho da construção civil resulta muito mais da expansão do financiamento imobiliário do que de obras de infra-estrutura.

De acordo com a Associação Brasileira de Entidades e Crédito Imobiliário (Abecip), o crédito imobiliário do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo alcançou R\$ 9,5 bilhões em 2006 – incremento de 95,5% em relação a 2005. Somente as operações contratadas no mês de dezembro alcançaram R\$1,03 bilhão – o melhor desempenho verificado num único mês nos últimos 20 anos. Já o número de unidades financiadas chegou a 115.523 unidades, superando, pela primeira vez, desde 1988, a casa dos 100 mil.

Essa conjuntura favorável tem reflexos positivos na geração de empregos, com a elevação de 7% do emprego formal na construção, em dezembro de 2006 comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Considerando a média do nível de emprego no setor em 2006, em relação à de 2005, a expansão alcançou 8,9%.

Esse dinamismo permitiu que o setor atingisse o número significativo de 1,4 milhão de trabalhadores formais em dezembro de 2006. Desse total, 59,2% dos postos de trabalhos se concentram no segmento de edificações, com crescimento de 7,8% no ano anterior. Por outro lado, a infra-estrutura, que registrou crescimento no emprego de 3,8% em 2006, participa somente com 5,3% dos empregos do setor (Tabela 03) (SINDUSCON-SP, 2007b).

Diante desses resultados, algumas medidas incorporadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal procuram fortalecer o crédito produtivo de longo

prazo, com ênfase nas áreas habitacional e de infra-estrutura.

Na avaliação do Sinduscon – SP (2007c), a indústria de construção civil poderá atingir uma taxa de crescimento de 7,0% em 2007, em função do crescimento da demanda interna proveniente do Programa de Aceleração do Crescimento. Essa expansão ocorrerá sem pressões inflacionárias, já que a indústria de materiais de construção e de bens de capital para o setor trabalha com condições para ampliar o volume de oferta.

A indústria de transformação apresentou, com base nos resultados das Contas Nacionais, um crescimento modesto de 1,6% em 2006. Já a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) registrou um crescimento mais significativo de 2,8% (IBGE, 2007m)⁶. O destaque ficou por conta do setor de bens de capital que cresceu 5,7% em 2006, acima da média nacional.

O setor serviços cresceu 3,7% em 2006, comparativamente ao ano anterior, resultado associado, sobretudo, ao desempenho favorável do segmento comércio que assinalou uma taxa de

crescimento de 4,8%, bastante superior à observada para a indústria.

Com relação ao comércio varejista, os bons resultados do ano anterior resultam, principalmente, das vendas de equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, artigos farmacêuticos ortopédicos e de perfumaria e móveis e eletrodomésticos, dependentes, em grande medida, da expansão do crédito. O crescimento desses segmentos está também associado à valorização cambial e ao crescimento da massa salarial. Vale mencionar, também, o crescimento de segmentos vinculados ao setor de bens de consumo não duráveis como tecidos, vestuário e calçados e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumos que dependem, sobretudo, do crescimento da massa salarial.

Portanto, o modesto desempenho da indústria manufatureira contrasta com o comportamento bastante positivo do comércio, revelando um descompasso entre a oferta doméstica de bens industriais e a demanda. As variáveis de demanda, sobretudo as vinculadas ao mercado interno, exercem cada vez

Tabela 03 – Brasil. Número de Empregos Formais na Construção Civil – 2006

Setores	Estoque	Variação (%)	
		Mês	Ano
Preparação de Terrenos	58.971	4,18	11,86
Edificações	884.869	3,30	7,86
Infra-Estrutura	79.910	0,96	3,81
Obras de Instalação	107.262	1,11	6,19
Obras de Acabamento	56.247	1,80	4,38
Obras (I)	1.187.259	2,93	7,45
Aluguel de Equipamentos	77.499	0,06	0,64
Incorporação de Imóveis	90.088	0,50	5,34
Engenharia e Arquitetura	138.879	1,02	8,41
Serviços (II)	306.466	0,63	5,45
Total (I+II)	1.493.725	2,46	7,03

Fonte: SindusCon-SP (2007a).

⁶ As divergências entre os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) e das Contas Nacionais do IBGE resultam, sobretudo, do peso importante que alguns grupos da indústria de bens intermediários passaram a ter no cálculo das contas nacionais a partir de 2004.

- Concessão, pela União, de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF) para aplicação em saneamento e habitação: o Tesouro Nacional disponibilizará empréstimo no valor de R\$ 5,2 bilhões que poderão ser utilizados exclusivamente em financiamento de obras de saneamento básico e habitação popular.

- Ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitacional: a medida amplia, nos próximos dois anos, o limite específico para contratação de operações de crédito do setor público e para novas ações de saneamento ambiental, que passa de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 6,0 bilhões. Desse montante, R\$ 1,6 bilhão será utilizado em obras de drenagem pública. Ademais, o limite de crédito habitacional será ampliado de R\$ 1,0 bilhão, principalmente para oferecer acesso a moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal até 3 salários mínimos.

- Criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura com recursos do FGTS: O valor inicial desse fundo será de R\$ 5,0 bilhões, com recursos do patrimônio líquido do FGTS, podendo ser elevado para o valor de até 80,0% do patrimônio líquido do fundo, que atualmente é de cerca de R\$ 20,0 bilhões. Além disso, os trabalhadores também poderão comprar cotas do fundo até o limite de 10,0% do saldo de suas contas no FGTS.

- Elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR): A medida permite a antecipação da opção de compra do imóvel arrendado ou a venda direta de imóveis pertencentes ao FAR. O objetivo é ampliar a liquidez do fundo que operacionaliza o Programa de Arrendamento Residencial, destinado ao atendimento exclusivo da moradia popular.

- Redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP): redução consistente da TJLP, a principal referência para financiamento de investimentos de longo prazo realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

- Redução dos spreads do BNDES para infra-estrutura, logística e desenvolvimento urbano: essa medida reduz os custos financeiros do BNDES para financiamento de projetos em infra-estrutura, especialmente na área de energia, logística (ferrovias, rodovias, aeroportos, portos e terminais) e desenvolvimento urbano (transporte urbano integrado e saneamento ambiental).

Quadro 01 – Medidas de Estímulo ao Crédito e ao Financiamento Propostas no Programa de Aceleração do Crescimento

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda (2007).

mais um papel crucial na composição da taxa de crescimento do PIB.

O consumo das famílias apresentou acréscimo de 4,3% - o terceiro ano consecutivo de alta desse componente. O desempenho satisfatório do item consumo das famílias reflete o dinamismo do mercado de trabalho (Gráfico 4).

Dados da Pesquisa Mensal de Emprego mostram que, em 2006, a média mensal de pessoas ocupadas nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE foi de 2,3% na compara-

ção com 2005. Esse valor sobe para 8,6% no confronto com 2003 (IBGE, 2007x).

No recorte regional, constatou-se que, em relação a 2005, Recife e Salvador registraram taxas de crescimento do pessoal ocupado superiores à média das regiões investigadas pelo IBGE. Entretanto, somente Salvador supera a média nacional na comparação com 2003 (Tabela 04).

No que se refere às ocupações segundo os diferentes vínculos de trabalho, as informações

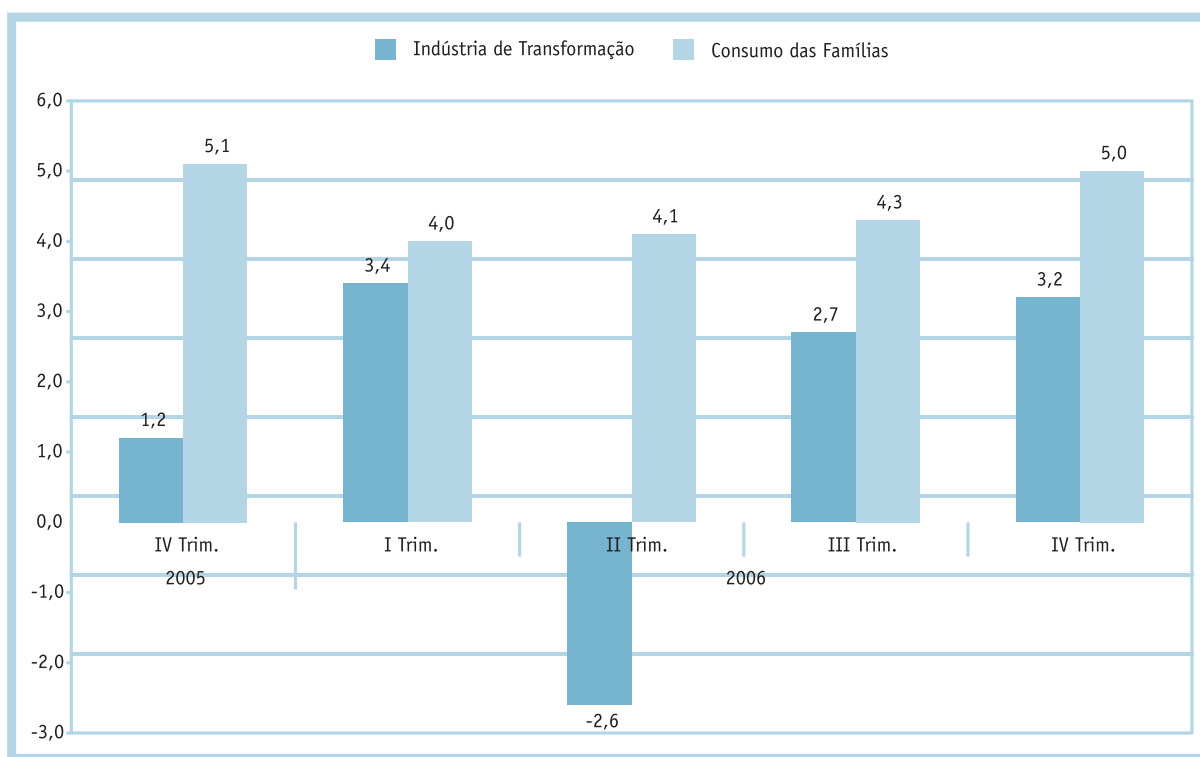


Gráfico 04 – Evolução da Indústria de Transformação e do Consumo das Famílias. Variações (%) em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior

Fonte: IBGE (2007d)

Tabela 04 – Brasil Recife e Salvador - Taxa de Crescimento do Pessoal Ocupado

	Número de Pessoas (em mil) *	Variações Relativas (%)			
	2006	2006/2005	2005/2004	2004/2003	2006/2003
Total	20.281	2,3	3,0	3,2	8,6
Recife	1.317	2,7	1,2	0,7	4,6
Salvador	1.425	2,4	4,2	3,6	10,6

Fonte: IBGE (2007r).

das seis regiões investigadas revelam, no período entre 2003 e 2006, crescimento de 13,3% no número de trabalhadores com carteira no setor privado, o que representa 985 mil pessoas a mais. Vale observar que essa variação é superior à taxa de elevação da população ocupada. Em contrapartida, o contingente de trabalhadores sem carteira sofreu uma redução de 3,1% nessa mesma base de comparação (Tabela 05).

Nas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas pelo IBGE, Recife assinala crescimento no número de trabalhadores com carteira assinada entre 2003 e 2006, enquanto Salva-

dor foi a única região pesquisada a registrar queda nessa base de comparação. Entretanto, comparando-se com 2005, observa-se um acréscimo na participação dos “com carteira” na região metropolitana de Salvador.

Com relação ao rendimento médio habitualmente recebido, a PME constatou um aumento de 5,6% em relação a 2003 e de 4,3% no confronto com 2005. Contribuíram para esse desempenho os resultados favoráveis nos últimos três anos das negociações coletivas de trabalho, onde predominaram os reajustes salariais superiores à inflação. Nesse quesito, Recife e Salvador

Tabela 05 – Número de Empregados sem Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado, por Regiões Metropolitanas (em mil pessoas)

	Total	Recife	Salvador
2003	2.902	215	182
2004	3.058	204	179
2005	3.101	195	196
2006	2.993	204	202

Fonte: IBGE (2007r).

superam a média nacional e as demais regiões investigadas nas duas bases de comparação.

Finalmente, a taxa de desemprego média de 2006 superou a do ano anterior. Para 2007, a tendência é de manutenção das características do mercado de trabalho do país, do ano passado. Já se verifica, por exemplo, em janeiro de 2007, o crescimento da ocupação dos trabalhadores com carteira assinada, que foi de 4,1%, na comparação com janeiro de 2006, enquanto a participação dos “sem carteira” apresentou estabilidade. Adicionalmente, a variação significativa de 4,7% do rendimento médio possibilita uma expansão do poder de compra dos trabalhadores (IBGE, 2007t).

Aos bons resultados do início do ano, deve-se acrescentar a Política de Longo Prazo de Valorização do Salário Mínimo no âmbito do PAC que estabelece reajuste do valor do salário mínimo para R\$ 380,00 em 2007 e cria uma regra de aumento anual de seu valor, baseada na inflação (INPC) acrescida da taxa de crescimento real do PIB com dois anos de defasagem.

O consumo do Governo terminou o ano de 2006 com um aumento de 3,6%. Destaque para os gastos do Tesouro Nacional⁷ que cresceram R\$ 29,4 bilhões em termos nominais (14,4 %) -

expansão que alterou a relação despesa do tesouro/PIB, que alcançou 11,17% em 2006, ante 10,52 % no ano anterior. Desse total, constatou-se um incremento de R\$ 12,7 bilhões (13,9%) nas despesas de pessoal e encargos sociais e R\$ 16,5 bilhões (14,8%) nos gastos com custeio e capital.

Em contrapartida, as receitas do tesouro assinalaram uma expansão de 11,2% acima da arrecadação do ano anterior. Com essa expansão, a relação receita do tesouro/PIB passou de 25,2% em 2005 para 26,01% em 2006. Esses resultados permitiram que o superávit primário do tesouro nacional (2,38% do PIB) ficasse em sintonia com o cumprimento da meta fiscal do setor público consolidado de 4,25% do PIB (BRASIL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2007a).

Na verdade, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional ficou um pouco abaixo da meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2,46%. Entretanto, essa diferença não significou um descumprimento da LDO, já que estava prevista na própria Lei a exclusão de até R\$ 3,0 bilhões, vinculados a investimentos do Projeto Piloto de Investimento (PPI)⁸, do cálculo do superávit primário do Governo Central.

⁷ Tendo em vista que o IBGE divulgou sua nova série de PIB em 28.03.07, o Tesouro Nacional ainda não realizou o cálculo dos indicadores de receita e despesa em relação ao PIB (série nova). Logo, os indicadores de finanças públicas foram calculadas pela metodologia anterior a 28.03.07.

⁸ O Projeto Piloto de Investimentos (PPI) foi lançado em 2005, com objetivo principal de melhorar a qualidade e eficiência do gasto público. Os gastos referentes ao PPI podem ser abatidos da meta de Resultado Primário do Governo Federal, prerrogativa legal que está associada ao elevado retorno fiscal esperado com a efetiva implementação destes projetos.

De acordo com a Secretária do Tesouro Nacional, a execução financeira do PPI atingiu R\$ 2,9 bilhões em 2006. Desse total, R\$ 1,9 bilhão está relacionado com restos a pagar de 2005 e R\$ 1,0 bilhão com dotações de 2006. Esses valores referentes ao PPI significaram 19,0% do investimento total da União em 2006 (0,14% do PIB), frente a 11% em 2005 (0,06% do PIB). Com o encaminhamento de um projeto de Lei ao Congresso em 22/01/07, o Governo pretende elevar os investimentos do PPI de 0,2% do PIB, segundo proposta do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)/2007, para 0,5% do PIB (BRASIL. SENADO FEDERAL, 2007). Isto significará um acréscimo de R\$ 6,69 bilhões dos investimentos já previstos na LDO de 2007 que eram de R\$ 4,59 bilhões, perfazendo um total de R\$ 11,28 bilhões que financiarão vários investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) fechou o ano de 2006 com elevação de 8,7%, comparativamente ao mesmo período de 2005 – variação bastante superior à observada no ano de 2005 nessa mesma base de comparação. Vale destacar que o crescimento da FBCF resultou, sobretudo, das importações de bens de capital (24,0%) beneficiadas, em boa medida, pela valorização da moeda nacional.

A expansão das importações é positiva no que se refere ao controle inflacionário na medida em que evita um maior descompasso entre o crescimento da demanda e a expansão da oferta. Ademais, a expansão das compras externas de máquinas e equipamentos, num contexto de apreciação cambial, reduz os custos de produção para as empresas e acaba garantindo ganhos de produtividade, em função da incorporação de tecnologias modernas, contribuindo para a ampliação da oferta.

Vale destacar também a recuperação da produção local de bens de capital que cresceu 4,1%

no acumulado do ano e 9,6% no último trimestre na comparação com o mesmo período de 2005 (IPEA, 2007). O bom desempenho da produção local de bens de capital em contraste com o baixo crescimento das exportações beneficiou substancialmente a absorção doméstica de máquinas e equipamentos que teve um incremento de 5,4% em 2006.

Portanto, a expansão da demanda doméstica em 2006 sugere que o modesto crescimento da indústria manufatureira não ocorreu por ausência de demanda. Na verdade, uma parcela significativa da demanda vem sendo atendida por importações. De fato, no âmbito do setor externo, as importações assinalaram um crescimento substancial de 18,1% em 2006. Em contrapartida, as vendas externas cresceram somente 4,6% no ano anterior em relação a 2005. Com isso, constatou-se uma contribuição negativa, em termos quantitativos, do setor externo ao crescimento do PIB, o que não ocorria desde o ano de 2000.

Dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – Funcex (2007a) confirmam a desaceleração das vendas internacionais. Em 2006, o desempenho das importações (24,3%) foi bem superior ao das exportações (16,2%). Apesar da redução do ritmo de crescimento, as vendas externas continuaram batendo recordes (US\$ 137,5 bilhões), bem como as compras internacionais que alcançaram US\$ 91,4 bilhões. Com isso, o saldo da balança comercial atingiu o recorde histórico de US\$ 46,1 bilhões.

O incremento de 16,1% no quantum foi o principal fator que contribuiu para o crescimento das importações em 2006. Já os preços apresentaram um aumento de apenas 7,0%. Por categoria de uso, a maior contribuição foi observada no segmento de bens de consumo duráveis que registrou expansão de 73,5% em termos de quantidade. Esses resultados preocupam principalmente se

levamos em conta que o crescimento desse setor no ano passado foi de apenas 5,8%. Já as importações de bens de capital apresentaram crescimento quantitativo de 24,0% contra uma variação na produção industrial brasileira de 5,7%.

Do lado das exportações, os preços foram predominantes no desempenho das vendas externas em 2006, atingindo alta de 12,5% em relação a 2005, contra apenas 3,3% do quantum. A categoria dos produtos semimanufaturados apresentou os maiores ganhos em termos de preços dos exportados, com elevação de 18,1%, enquanto o quantum de exportações cresceu 3,5% (Tabela 06).

Vale salientar que essa contribuição negativa das exportações líquidas, para o crescimento do PIB, não é consequência da expansão da demanda doméstica, hipótese válida somente se o crescimento econômico estivesse se produzindo a plena capacidade. Existindo capacidade ociosa, a demanda doméstica poderia perfeitamente ser atendida por um aumento da oferta interna. Portanto, a apreciação cambial tem inviabilizado um crescimento econômico mais robusto. Esse processo de apreciação cambial resulta da forte entrada de recursos na economia em função justamente da continuação dos excedentes da balança comercial e dos superávits na conta capital.

Tabela 06 – Brasil – Índices de Preço e Quantum das Exportações Totais e por Classe de Produtos

Período / Variação Percentual	Exportações Totais		Classe de Produtos					
			Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Dez. 06 / Nov. 06	1,4	1,7	1,2	-7,5	0,7	4,1	1,7	6,6
Dez. 06 / Dez. 05	11,0	1,2	2,7	5,1	22,7	3,3	12,9	-1,4
Acumulado no Ano	12,5	3,3	9,4	6,0	18,1	3,5	12,3	2,1
Acumulado 12 Meses	12,5	3,3	9,4	6,0	18,1	3,5	12,3	2,1

Fonte: Funcex (2007a).

3.2 – Produção Industrial

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE (2007n), a produção industrial registrou, em 2006, incremento de 2,8% - valor inferior ao observado em 2005. Entretanto, vale destacar a aceleração do ritmo de crescimento da produção industrial no último trimestre (Tabela 07).

As informações da PIM-PF para 2006 revelam um processo de concentração do crescimento industrial em número pequeno de atividades. Os maiores acréscimos foram observados nos setores de máquinas e equipamentos de informática (51,6%), indústria extrativa (7,4%), máquinas e equipamentos (4,0%), má-

quinas, aparelhos e materiais elétricos (8,7%), alimentos (1,8%) e bebidas (7,2%). Juntos, esses setores foram responsáveis por mais de 80% do crescimento da indústria em 2006. Em contrapartida, exerceram as maiores pressões negativas os segmentos de madeira (-6,9%), vestuário (-5,0%) e calçados (-2,7%).

Analisando por categoria de uso, todos os segmentos assinalaram incremento em 2006, com destaque para bens de consumo duráveis e bens de capitais que registraram taxas de crescimento de 5,8% e 5,7%, respectivamente, desempenhos bem superiores à média global da indústria.

Quanto à indústria de bens duráveis, os resultados por subsetor mostram a liderança da indústria automobilística e de eletrodomésticos. Indubitavelmente, a expansão do crédito e o crescimento da massa salarial foram decisivos para o aumento das vendas de bens duráveis.

No caso da indústria automobilística, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes – Anfavea (2007a), as montadoras fabricaram 2,6 milhões de veículos em 2006 – aumento de 3,1% em relação a 2005. Essa expansão foi decorrente principalmente do acréscimo de 9,8% das vendas internas, já que as exportações registraram decréscimo de 5,8%.

Os dados do primeiro bimestre mostram a mesma tendência do ano anterior, ou seja, elevação da produção vinculada, sobretudo, à expansão do mercado interno e à queda das exportações em unidades. Neste período, a indústria automobilística produziu 404,8 mil veícu-

los, valor 1,0% superior às 400,9 mil unidades produzidas nos dois primeiros meses de 2005. Vale salientar que essa expansão está ocorrendo em ritmo menos acelerado, já que os aumentos na produção no mesmo período em 2006 (12,7%) e 2005 (11,3%) foram bem mais acentuados. A trajetória de queda da Selic e a melhoria nas condições de financiamento são os fatores apontados para o bom desempenho das vendas internas. Por outro lado, o câmbio apreciado prejudica a quantidade exportada, apesar de ter se observado um crescimento dos valores exportados (Tabela 08).

Os efeitos irradiadores da indústria automobilística sobre o restante da cadeia industrial podem ser considerados satisfatórios. O setor de autopeças, por exemplo, registrou um incremento de 1,4% no faturamento em 2006 e as exportações diretas (realizadas pelos próprios fabricantes) e indiretas (por montadoras e por

Tabela 07 – Brasil. Produção Industrial - Variação (%) no Trimestre dos Índices com Ajuste Sazonal

	Indústria Geral	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo	Bens de Consumo Duráveis	Semi Duráveis e Não Duráveis	Extrativa Mineral	Transformação
No Mês (com Ajuste Sazonal)	0,5	5,4	0,4	0,7	-0,4	1,4	-0,1	0,7
Mesmo Mês do Ano Anterior	0,4	5,8	1,7	-1,9	-9,3	0,2	7,9	0,0
No Ano	2,8	5,7	2,1	3,4	5,8	2,7	7,4	2,6

Fonte: IBGE (2007n).

Tabela 08 - Brasil. Indústria Automobilística – Produção, Vendas e Exportações

Em Unidades	2006	2005	Variações Percentuais		
	Jan.- Dez.	Jan.- Dez.	Nov.06/ Dez.06	Dez.06/ Dez.05	Jan.- Dez.06/ Jan.- Dez.05
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS					
Total	2.399.860	2.351.842	-16,5	-10,4	2,0
Veículos Leves	2.267.442	2.209.378	-16,3	-10,7	2,6
Caminhões	103.005	113.192	-19,7	-0,9	-9,0
Ônibus	29.413	29.272	-25,7	-20,8	0,5
LICENCIAMENTO DE AUTOVEÍCULOS NOVOS - NACIONAIS					
Total	1.785.962	1.626.518	11,6	5,9	9,8
Veículos Leves	1.693.309	1.533.794	12,2	5,9	10,4
Caminhões	72.930	77.366	7,6	8,6	-5,7
Ônibus	19.723	15.358	-18,9	1,1	28,4
EXPORTAÇÕES DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS					
Total	637.268	724.163	14,7	-11,6	-12,0
Veículos Leves	590.468	677.600	13,3	-13,9	-12,9
Caminhões	35.684	33.636	32,0	29,5	6,1
Ônibus	11.116	12.927	31,2	-3,9	-14,0

Fonte: Anfavea (2007a).

exportadores independentes) totalizaram cerca de US\$ 8,8 bilhões em 2006 – aumento de 17,0% sobre 2005. Por outro lado, as importações apresentaram uma taxa de crescimento de apenas 1,8%, atingindo US\$ 6,8 bilhões. Com esses resultados, o excedente na balança comercial do setor de autopeças de US\$ 2 bilhões foi 139,0% superior ao registrado em 2005 (US\$ 831 milhões). Já o número de empregados permanece estável, atingindo 199,0 mil em dezembro de 2006.

Dados preliminares de pesquisa realizada com 54 empresas responsáveis por 34,0% do faturamento do setor de autopeças para janeiro de 2007 revelam um crescimento de 1,3% do faturamento (SINDIPEÇAS, 2007).

Já os fabricantes de eletrodomésticos tiveram um bom desempenho em 2006. Informações da Associação Nacional de Fabricantes de Eletrodomésticos – Eletros (2007) revelam que a expansão da indústria eletroeletrônica foi de 8,5% em 2006, com destaque para o segmento de linha branca que teve um aumento das vendas de 13,7%, duas vezes superior ao previsto. Os maiores acréscimos nas vendas desse segmento foram registrados nos ramos de refrigeradores (17,8%), lavadoras automáticas (14,9%) e fogões (10,6%). Em contrapartida, a linha de imagem e som, em função principalmente do desempenho modesto das vendas de DVD's, cresceu 9,5%, bem abaixo das previsões iniciais de 24,5%. O crescimento da compras de DVD's proveniente em sua grande maioria de países asiáticos prejudicou sensivelmente os produtores locais.

Um fato relevante em relação à indústria de eletroeletrônicos de consumo refere-se aos investimentos que estão sendo realizados no sentido de ampliar a eficiência no consumo de energia. Segundo a Eletros (2007), as empresas do setor têm procurado utilizar novas

tecnologias de processo e de produto, na perspectiva de melhorar a eficiência energética dos eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Como já ressaltado, o setor de bens de capital registrou um aumento de 5,7% em 2006, acima da média da indústria geral. A maior elevação foi observada no ramo de máquinas e equipamentos para o setor de energia elétrica que fecha o ano de 2006 com crescimento de 22,2%, apesar da desaceleração observada no mês de dezembro. Os segmentos de bens de capital de uso misto e bens de capital para construção também foram destaques, com incrementos de 11,5% e 8,1%, respectivamente.

No caso do setor de bens de capital de uso misto, o desempenho favorável da indústria de informática foi o grande responsável por seu dinamismo. O segmento de máquinas para escritório e equipamentos para informática teve o maior impacto sobre o resultado global da indústria (51,6%), beneficiado pela Medida Provisória 255 (“nova MP do bem”) que isenta de PIS e de Cofins os computadores de até R\$ 2.500,00, proporcionando uma redução nos preços, e condições favoráveis de financiamento para a aquisição de microcomputadores de até R\$ 1.400,00.

Em contrapartida, ocorreu redução importante na produção de bens de capital peças agrícolas (39,0%) e bens de capital agrícolas (16,5%). Entretanto, constata-se uma significativa recuperação desses dois segmentos nos últimos meses do ano, reflexo do bom desempenho do setor agropecuário em 2006 que registrou uma taxa de crescimento de 4,1%, conseguindo se recuperar da pequena variação de 0,2% verificada em 2005 (Tabela 09).

Levantamento feito pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) com 243 empresas de todos os portes, revela que os investimentos feitos pelo se-

tor em 2006 ultrapassaram em 11,4% os de 2005. A maior parte dos recursos investidos foi utilizada na modernização tecnológica (33,5%) e na ampliação da capacidade produtiva (25,5%). O setor procurou investir também na reposição de máquinas antigas (25,2%), bem como na aquisição de equipamentos de informática (11,2%). Na avaliação da Abimaq, a concorrência com fabricantes estrangeiros, a busca de novos mercados no exterior, assim como, o desempenho positivo das vendas em 2005 foram determinantes para a realização dos investimentos (GLOBAL 21, 2007d).

O incremento de 2,7% no setor de bens de consumo não duráveis em 2006, refletiu principalmente acréscimos na produção de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico, que registrou crescimento de 3,1%. Já o setor de bens intermediários foi o que assinalou menor taxa de crescimento (2,1%). Essa retração reflete a maior penetração das importações de bens intermediários, beneficiadas pela conjuntura favorável de câmbio apreciado.

Portanto, o quadro da indústria em 2006 foi de crescimento em relação ao ano anterior. O crescimento da massa salarial, a expansão do crédito bem como os estímulos fiscais e creditícios foram cruciais para o fortalecimento do mercado interno, que teve um papel central na explicação da dinâmica industrial em 2006.

Por outro lado, é inegável os impactos da valorização da moeda nacional em alguns setores que são afetados pela substituição de produção doméstica por importações e/ou pela redução das exportações.

Comparando o crescimento da produção industrial e do quantum de importações e de exportações nos três últimos anos, constata-se que a desaceleração da expansão da produção industrial e das exportações de manufaturados ocorreu em contraponto com a intensificação do crescimento das importações.

Analisando por categoria de uso, somente o setor de bens intermediários registrou uma taxa de crescimento das importações, em 2006, inferior à de 2004. Vale ressaltar que apesar de menor do que 2004, a expansão das importações de bens intermediários ainda é significativa (15,7%). Esse fato é preocupante, principalmente se considerarmos que a diferença em termos de dinamismo da produção industrial entre os dois períodos é expressiva (Tabela 10).

No setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital, o incremento da produção industrial vem sendo acompanhada por uma forte expansão das importações. Nesses segmentos, onde as indústrias têm como características a alta diferenciação de produtos e a existência de economias de escala, as compras internacionais vêm conseguindo ocupar espaço

Tabela 09 – Brasil. Produção Física. Índices Especiais de Bens de Capital – Variação (%)

Segmentos	Dez. 06	Jan. - Dez. 06
Bens de Capital Para Fins Industriais	8,8	5,5
Bens de Capital Para Fins Industriais Seriadados	8,9	5,2
Bens de Capital Para Fins Industriais Não-Seriados	8,1	6,9
Bens de Capital Agrícolas	26,6	-16,5
Bens de Capital Peças Agrícolas	163,8	-38,9
Bens de Capital Para Construção	-5,2	8,2
Bens de Capital Para o Setor de Energia Elétrica	-15,6	22,2
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	1,7	-1,6
Bens de Capital de Uso Misto	12,6	11,6

Fonte: IBGE (2007g).

Tabela 10 – Brasil. Evolução das Taxas de Crescimento da Indústria, das Exportações e das Importações - Var. % em 12 Meses

	Dez./04	Dez./05	Dez./06
Indústria Geral (a)	8,3	3,1	2,8
Bens Intermediários	7,4	1,0	2,1
Bens de Capital	19,7	3,6	5,7
Bens de Consumo Duráveis	21,8	11,4	5,8
Bens de Consumo Não-duráveis	4,0	4,6	2,7
Exportações Totais (Quantum)	3,3	9,3	19,2
Manufaturados (Quantum):			
Bens de Capital	-0,6	18,5	71,1
Intermediários	4,5	7,1	12
BC Duráveis	-7,3	11,6	30,4
BC Não-Duráveis	-2,8	8	15,1
Importações (Quantum)			
Totais (c)	18,1	5,4	16,1
Bens Intermediários	21	6,0	15,7
Bens de Capital	10,2	21,4	24,0
Bens de Consumo Duráveis	27,9	35,7	73,5
Bens de Consumo Não-duráveis	7,7	9,5	14

Fonte: IBGE (2007h).

da produção doméstica no mercado interno em alguns produtos.

Ademais, a existência de elos fracos na cadeia produtiva de alguns setores faz com que as importações cresçam exatamente onde a produção industrial apresenta os melhores resultados. Os déficits comerciais registrados no complexo eletroeletrônico, por exemplo, estão relacionados principalmente com as importações de partes e componentes realizadas pelos setores de informática, telecomunicações, eletrônica de consumo e automação industrial. A ausência de produção doméstica de alguns componentes, como os plasmas para monitores e televisores, faz com que a procura por bens finais engendre um aumento dos déficits comerciais.

Dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee (2007a) revelam um incremento de 23,4% das importações de produtos da indústria eletroeletrônica, totalizando US\$ 18,7 bilhões. Os maiores incrementos foram observados nos ramos de utilidades domésticas (41,3%), geração transmissão e distribuição de energia elétrica – GTD (39,1%), informática (36,5%) e equipamentos industriais (31,7%). (Tabela – importações do setor eletroeletrônico – acumulado do ano).

Em termos de participação nas importações, os componentes elétricos e eletrônicos predominam, com 63,2% do total, com destaque para os componentes eletrônicos (semicondutores, componentes para telecomunicações e os componentes para informática). O sudeste asiático continua sendo a principal origem das importações, participando com 62% do total.

Ademais, constata-se um crescimento das importações bem acima das exportações, como reflexo do processo de apreciação cambial. No mercado de terminais celulares, as exportações para os Estados Unidos assinalaram uma queda de 37% em 2006. Uma parte do abastecimento de celulares realizado pelo Brasil para o mercado americano passou a ser feita pelo México, deteriorando ainda mais a balança comercial do setor eletrônico. Vale salientar que os terminais celulares continuam sendo o principal produto de exportação do setor eletroeletrônico (ABINEE, 2007b).

No setor de bens não duráveis e semi-duráveis, o conjunto das indústrias têxtil, calçados e vestuário registraram declínio da produção e redução dos superávits comerciais em 2006. Uma sondagem realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) entre seus associa-

Tabela 11 – Brasil. Importações do Setor Eletroeletrônico - Acumulado do Ano

Áreas	US\$ Milhões		Var. %
	2005	2006	
Automação Industrial	828,8	911,5	10,0
Componentes (Total)	9.617,2	11.759,2	22,3
- Elétricos	1.624,0	1.764,0	8,6
- Partes e Peças	889,8	1.014,6	14,0
- Componentes	734,2	749,5	2,1
- Eletrônicos	7.993,2	9.995,2	25,0
- Partes e Peças	3.702,5	4.983,4	34,6
- Componentes	4.290,7	5.011,7	16,8
Equipamentos Industriais	949,9	1.251,3	31,7
GTD (*)	223,0	310,2	39,1
Informática	1.017,5	1.389,3	36,5
Material Elétrico de Instalação	569,7	647,9	13,7
Telecomunicações	1.093,5	1.234,0	12,8
Utilidades Domésticas Eletroeletrônicas	835,5	1.180,5	41,3
Total	15.135,0	18.683,8	23,4

Fonte: Abinee (2007a).

Nota: (*) – Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

dos sobre o impacto da concorrência de produtos chineses no mercado brasileiro revelou que essas indústrias foram as mais atingidas (GLOBAL 21, 2007b).

No caso do setor de calçados, por exemplo, as dificuldades para competir com produtos asiáticos, principalmente chineses, têm estimulado os produtores nacionais a importar produtos finais e componentes do exterior, visando manter fatias de mercado. A forte concorrência chinesa vem, inclusive, obrigando a migração de parte da produção industrial brasileira para a China, em busca de menores custos de produ-

ção. O estudo mostra que 20% das empresas entrevistadas no setor de calçados que concorrem com a China deixaram de exportar e 65% perderam clientes.

Com relação ao setor de vestuário, 31% das empresas desse segmento, diretamente concorrentes de produtos chineses, interromperam suas exportações e 69% perderam mercado para os produtos importados da China. Já no setor têxtil, a retração na participação nas vendas ao mercado interno é uma realidade para 75% das empresas consultadas que são concorrentes dos chineses.

3.2.1 - Produção industrial do Nordeste

A expansão de 2,8% da produção física industrial em 2006 refletiu o crescimento de onze dos quatorze locais investigados pelo IBGE, sendo que oito regiões apresentaram crescimento acima da média nacional (Tabela 12).

A região Nordeste assinalou, no acumulado do ano, expansão industrial de 3,3%, acima da média nacional. Esse índice regional é superior ao obser-

vado em 2005 (2,4%), porém ficou abaixo do registrado em 2004, quando atingiu 7,7%.

O bom desempenho da indústria nordestina decorreu do incremento verificado em nove das onze atividades pesquisadas. Registraram aumentos importantes os segmentos de celulose e papel (16,6%), metalurgia básica (10,9%), têxtil (5,5%) e alimentos e bebidas

(3,7%). Os maiores decréscimos foram constatados na indústria extrativa (4,4%) e vestuário (14,5%) (Gráfico 05).

Os resultados favoráveis da indústria nordestina são confirmados pelos Indicadores Industriais do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (INDI) (FIEC, 2007b). O levantamento revela que a indústria manufatureira nordestina assinalou um aumento das vendas de 4,0% no período janeiro-dezembro.

Contribuiu para esse crescimento o dinamismo do setor exportador que registrou expansão de 19,7% em 2006, comparativamente a 2005 (Tabela 13).

Setorialmente, vale destacar os acréscimos nos setores de minerais não metálicos (34,9%), têxtil (27,4%) e metalurgia básica (9,0%). Por outro lado, o segmento de vestuário, calçados e artigos de couro assinalou uma queda expressiva de 11,7% do faturamento.

Tabela 12 – Variação da Produção Industrial - Dezembro/2006 (em%)

Região	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano
Paraná	3,2	2,7	-1,6
Rio Grande do Sul	2,6	0,0	-2,0
Ceará	1,6	5,6	8,2
Minas Gerais	1,3	6,5	4,5
Santa Catarina	1,3	-1,6	0,2
São Paulo	1,1	-1,5	3,2
Pernambuco	0,4	2,8	4,8
Espírito Santo	0,3	10,1	7,6
Rio de Janeiro	-1,0	-0,9	1,9
Goiás	-1,0	0,6	2,4
Amazonas	-1,7	-1,7	-2,2
Região Nordeste	-2,8	-3,4	3,3
Pará	-4,6	8,5	14,2
Bahia	-5,5	-7,6	3,2
Brasil	0,5	0,4	2,8

Fonte: IBGE (2007m).

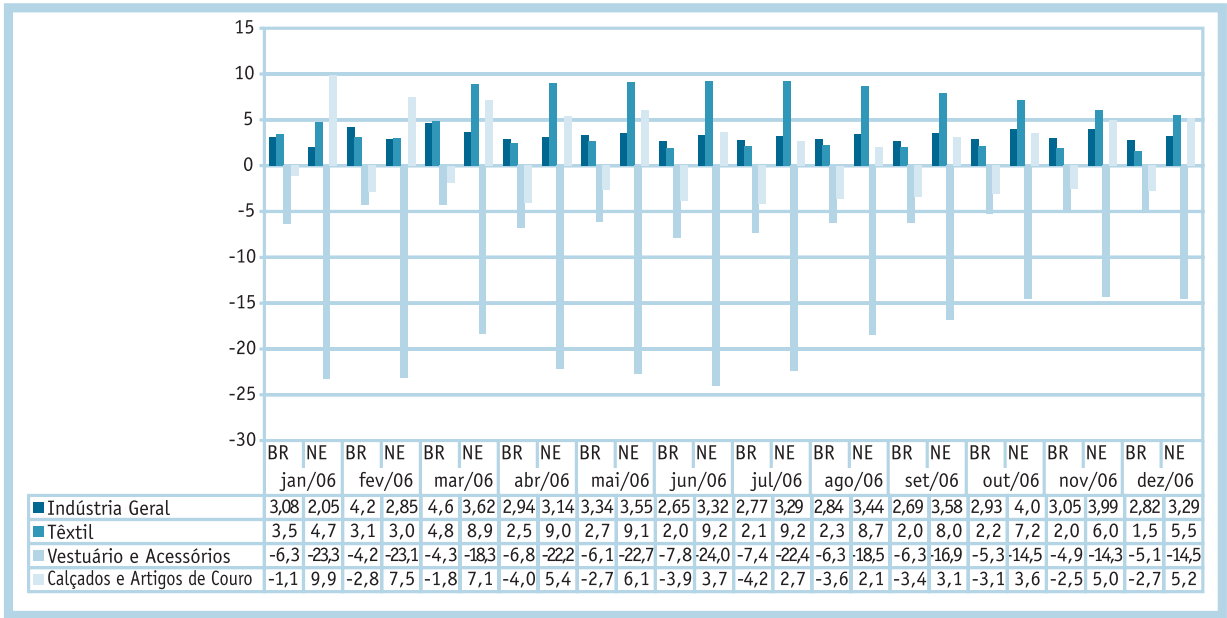


Gráfico 05 – Brasil e Nordeste: Produção Física Industrial: Variação Percentual Acumulada do Ano

Fonte: IBGE (2007c)

A expansão industrial foi acompanhada de uma progressão do pessoal empregado e dos salários líquidos. Entretanto, esse desempenho positivo revela diferenças setoriais substantivas. No que diz respeito ao indicador pessoal empregado, a variação positiva alcançada deveu-se, na sua maior parte, à elevação obtida nos setores de produtos alimentares (10,9%), metalúrgico (7,8%) e de minerais não metálicos (5,6%), tendo como contraponto o setor de vestuário, calçados e de artigos de tecidos, que regrediram 18,3% em 2006, em relação a 2005.

Os salários em 2006, quando comparados com os de 2005, obtiveram variação favorável devido à performance positiva dos setores de minerais não metálicos (3,9%), metalúrgico (2,7%), químico (4,0%), têxtil (1,9%) e principalmente do segmento de produtos alimentares, que evoluiu 21,0%. Em contrapartida, o setor de

vestuário, calçados e artigos de tecidos regrediu os seus salários totais reais líquidos em 9,3%.

No que concerne ao número de horas trabalhadas na produção, o melhor desempenho ficou com o setor metalúrgico (9,7%), seguido do setor de minerais não metálicos (8,2%), tendo como único contraponto o setor de vestuário, calçados e de artigos de tecidos, que apresentou decréscimo de 10,8% em 2006, em comparação a 2005.

A análise desses resultados revela três grupos distintos de setores. O primeiro registra crescimento das vendas com expansão do emprego, enquanto o segundo, assinala expansão das vendas industriais com queda no pessoal ocupado. Finalmente, temos o grupo que apresenta retração das vendas com recuo no emprego (Tabela 14).

Tabela 13 – Nordeste - Indicadores Gerais da Indústria de Transformação (Variações Reais, em %)

Indicadores	Dez.06/ Nov. 06	Dez.06 / Dez. 05	2006/2005
Vendas Totais da Indústria	-10,52	-4,52	4,00
Salários Líquidos	1,27	7,41	3,40
Pessoal Total Empregado	-1,70	4,77	4,28
Horas Trabalhadas	-7,25	-1,00	1,73
Exportações Produtos Industrializados	21,65	18,11	19,79
Utilização da Capacidade Instalada (Nível %)	79,74 (a)	82,09 (b)	77,24 (c)

Fonte: FIEC (2007a).

Tabela 14 – Nordeste: Indicadores Acumulados de Vendas e Pessoal Ocupado por Setores de Atividade. Variação Percentual (2006/2005)

Setores Industriais	Jan. - Dez. 06 / Jan. - Dez. 05	
	Vendas	Pessoal Ocupado
Crescimento nas Vendas com Expansão no Pessoal Empregado		
Minerais Não-Metálicos	34,9	5,7
Metalúrgico	9,0	7,9
Produtos Alimentares	3,9	10,9
Crescimento nas Vendas com Declínio no Pessoal Empregado		
Têxtil	27,4	-0,4
Declínio nas Vendas com Expansão no Pessoal Empregado		
Químico	-4,3	3,0
Declínio nas Vendas com Declínio no Pessoal Empregado		
Vestuário, Calçados e Artigos de Tecidos	-11,2	-18,4

Fonte: FIEC (2007b).

Com relação ao setor têxtil, que faz parte do segundo grupo, o desempenho positivo da indústria no Nordeste contrasta com a realidade do setor em nível nacional. Dados nacionais divulgados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Calçados – Abit (2007a) revelam que a concorrência dos itens de origem estrangeira no segmento têxtil apresentou um aumento de 81,8%, enquanto as exportações cresceram somente 5,0%, resultando num déficit de US\$ 60 milhões. Os reflexos negativos na produção e no emprego do setor nacional foram significativos, com a demissão de 100 mil trabalhadores em 2006. Esse desempenho negativo é ratificado pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) que mostra uma retração de 1,2% do emprego industrial no setor (IBGE, 2007l).

Já para a região Nordeste, o crescimento significativo do segmento têxtil em 2006 não foi acompanhado por uma evolução em termos de geração de emprego. Na verdade, constata-se uma pequena queda de 0,9%. Como explicar

esse descompasso? A intensificação da concorrência e a valorização cambial têm provocado um processo de reestruturação produtiva nos segmentos intensivos em mão-de-obra que se caracteriza, pela associação de deslocamento da produção para regiões/países com melhores condições competitivas e modernização tecnológica, com a utilização cada vez maior de técnicas poupadoras de mão-de-obra, visando incrementos de produtividade (Gráfico 06).

Já na indústria de calçados, observa-se também uma combinação de crescimento da produção industrial (5,1%) com estabilidade na taxa de crescimento do pessoal ocupado (-0,2%). O aumento da produção industrial nesse segmento está relacionado com um segundo movimento de deslocamento de parte da produção de firmas calçadistas do sul e sudeste do país para os Estados nordestinos, abrindo unidades fabris nas capitais da região e no interior. As dificuldades dos produtores de calçados, em virtude da valorização do câmbio e da intensificação da concorrência externa,

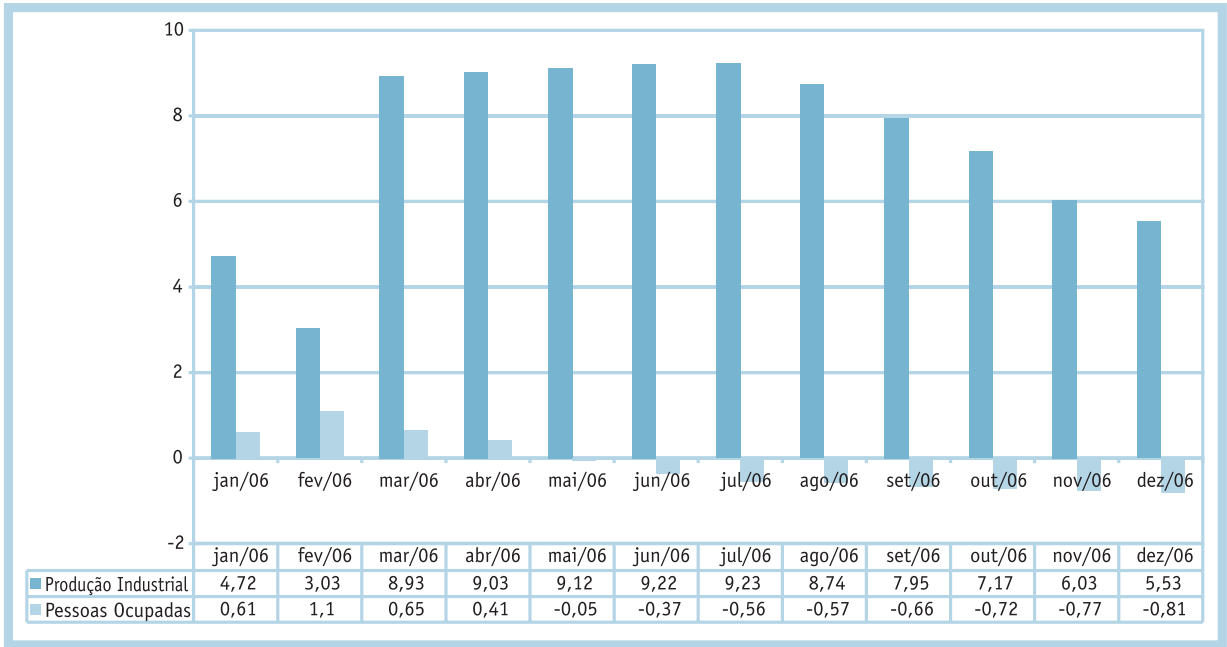


Gráfico 06 – Nordeste: Variação Percentual de Produção Industrial e Pessoal Ocupado no Setor Têxtil

Fonte: IBGE (2007c)

principalmente de países asiáticos, têm provocado esse processo de migração.

Entretanto, esse movimento de realocização industrial para o Nordeste é menos intenso do que o observado na década de noventa, já que os Estados nordestinos sofrem concorrência de outros países que possuem fortes vantagens de localização. É o caso da China, onde os produtores locais são amplamente beneficiados por vantagens vinculadas ao custo de mão-de-obra, à política cambial, que mantém a cotação do dólar em alta, e à ajuda financeira do governo chinês para as empresas exportadoras.

Esse fato tem provocado o deslocamento de parte da produção ou a fabricação terceirizada numa tentativa de manter suas fatias de mercado. Nessa segunda opção, a produção de calçados sai das fábricas no exterior com as etiquetas das marcas brasileiras para terceiros mercados, ou até mesmo para o mercado brasileiro. O fabricante de calçados Azaléia, que exporta para cerca de 60 países e regiões, já abastece 60% do mercado norte-americano e 20% a 30% do mercado latino-americano com produtos asiáticos. Nos últimos dois anos, o número de pares fabricados no Brasil para exportação caiu de 8,9 milhões (US\$ 56,4 milhões) em 2004 para 4,4 milhões (US\$ 36 milhões) em 2006 – queda de 50,0% (GLOBAL 21, 2007a).

Além do deslocamento da produção, outras estratégias que atingem as unidades localizadas na região Nordeste estão sendo colocadas em prática pelos produtores de calçados brasileiros. A primeira está relacionada à atuação em nichos de maior valor agregado, bem como um esforço no sentido de abrir novos mercados. Levantamento da Abicalçados, reproduzido no BNB conjuntura nº 11, destaca as estratégias de expansão da capacidade produtiva e de fabricação de produtos diferenciados com maior valor agregado em duas grandes empre-

sas calçadistas instaladas na Bahia (BNB CONJUNTURA ECONÔMICA, 2007).

O êxito dessas estratégias passa por um esforço de marketing significativo. Com várias unidades de produção no Nordeste, a Grendene está centralizando sua estrutura de marketing nas sandálias Ipanema, numa tentativa de concentrar as energias nas marcas que proporcionam maiores margens. Atualmente, a empresa exporta mais de 300 modelos de diversas marcas por ano, estratégia considerada arriscada, já que são produtos de baixo valor agregado que sofrem com a concorrência chinesa (GLOBAL 21, 2007c).

Vale destacar que a indústria de calçados tem sua cadeia de produção dirigida pelos compradores, ou seja, nesse segmento os grandes varejistas e os grandes comerciantes desempenham o papel principal no arranjo de redes de produção descentralizadas, numa variedade de países exportadores (GEREFFI, 1994). Comerciantes de marcas podem terceirizar parte ou toda a sua atividade de desenvolvimento de produtos, manufaturas, embalagem, embarque e até recebimento de cotas de diferentes agentes ao redor do mundo.

Com a terceirização em outros países, grandes empresas brasileiras do setor, como Grendene e Azaléia, parecem cada vez mais propensas a assumir funções de comercialização em detrimento da produção.

Outro aspecto interessante que deve ser ressaltado nesse movimento de reestruturação, diz respeito à tendência das unidades de produção de utilizarem tecnologias poupadoras de mão-de-obra na perspectiva de aumentar os ganhos de produtividade. A unidade de produção da Grendene em Sobral/Ce, por exemplo, está produzindo sapatos feitos de plástico injetável com uma técnica de produção que utiliza pouca mão de obra.

Essas características do processo de reestruturação da indústria de calçados explicam por que o crescimento da produção industrial foi acompanhado de redução do emprego em 2006. Entretanto, já se observa, a partir de setembro de 2006, uma recuperação da produção industrial com menor redução do pessoal ocupado.

No ramo de vestuário, o comportamento do setor no Nordeste segue a mesma tendência observada no Brasil. Segundo a Abit (2007a), entre 2004 e 2006, constatou-se um aumento de 136,5% das importações e uma queda de 8,8% no emprego industrial nesse segmento em todo o país. No Nordeste, a retração da produção industrial engendrou um recuo de 2,9% do emprego.

Uma medida que vai beneficiar substancialmente o setor de vestuário, assim como outros ramos intensivos em mão-de-obra, que possuem uma grande participação na matriz industrial nordestina, está relacionada à possibilidade do Governo Federal aumentar a Tarifa Externa Comum (TEC), que é atualmente de 20%, para o teto de

35%, firmado junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). A implementação dessa medida torna-se crucial diante das assimetrias existentes entre o Brasil e os seus concorrentes (ABIT, 2007b).

Dos Estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, o Ceará foi o destaque com a segunda maior taxa de crescimento entre as regiões metropolitanas pesquisadas (8,2%), sendo superado apenas pelo Estado do Pará (14,2%). Bahia (3,2%) e Pernambuco (4,8%) também assinalaram bom desempenho, com incrementos superiores à média nacional.

As maiores contribuições para crescimento da indústria cearense vieram de produtos químicos (31,8%), aparelhos e materiais elétricos (71,9%), têxtil (11,5%) e calçados (4,0%). Vale destacar a retomada do crescimento do setor têxtil, após registrar um recuo de 5,2% em 2005. Apesar dessa recuperação, o emprego industrial decresceu 2,6% nesse segmento. Os destaques negativos ficaram por conta do ramo de vestuário, que apresentou uma queda de 16,4% e minerais não metálicos -3,6%.

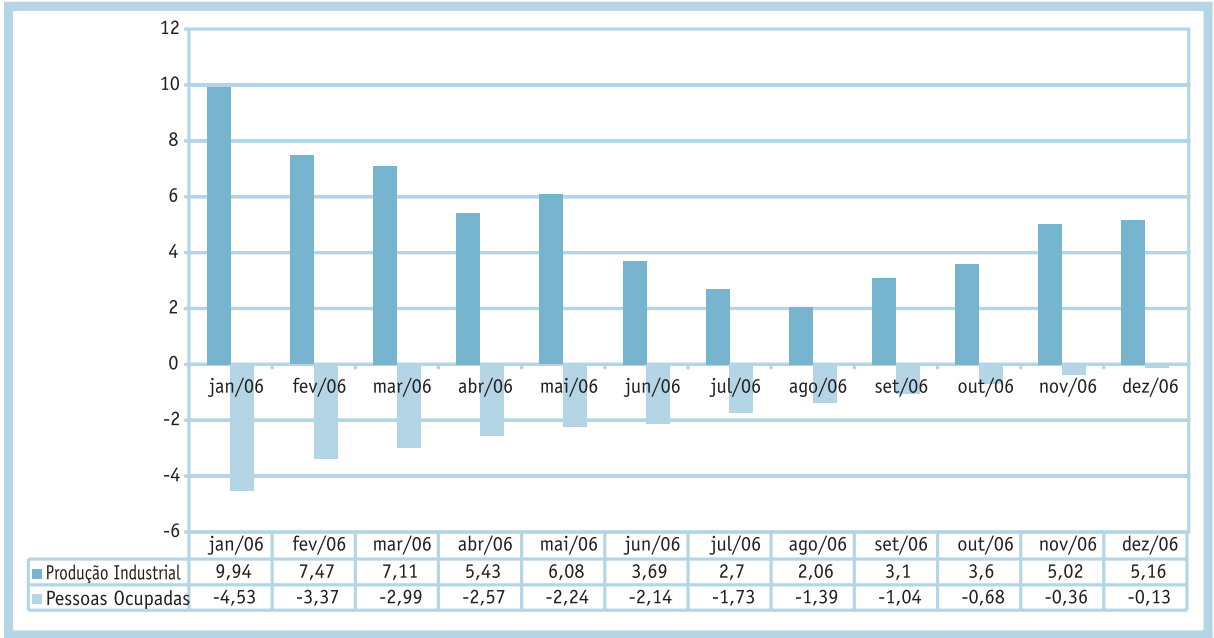


Gráfico 07 – Nordeste: Variação Percentual da Produção Industrial e Pessoal Ocupado no Setor de Calçados

Fonte: IBGE (2007c)

Na indústria pernambucana, oito das onze atividades fabris pesquisadas contribuíram para o crescimento de 4,8% em 2006, com ênfase para alimentos e bebidas (8,6%), Metalurgia básica (9,2%) e borracha e plástico (27,7%). Em contrapartida, as maiores quedas foram registradas em produtos químicos (-6,9%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-8,8%).

Na Bahia, cinco das nove atividades investigadas apresentaram taxas de crescimento positivas em 2006. As maiores contribuições vieram de celulose e papel (18,6%), de refino de petróleo e produção de álcool (4,6%) e metalurgia básica (9,7%). Os destaques negativos ficaram por conta das atividades de alimentos e bebidas (1,2%) e veículos automotores (6,4%).

3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

Os investimentos realizados em ampliação da capacidade produtiva e os ganhos de produtividade verificados nos três últimos anos reduziram significativamente os riscos de gargalos de oferta na indústria brasileira.

Parte dos ganhos de produtividade reflete as transformações tecnológicas que proporcionaram um maior grau de flexibilidade das empresas. A possibilidade de reprogramar o maquinário para atender outra linha de produção ou até realizar pequenos investimentos para solucionar estrangulamentos de oferta acarreta a ampliação da capacidade produtiva no curto prazo.

Ademais, outras estratégias como a contratação de novos turnos de trabalho e o adiamento de paradas para manutenção, são colocadas em prática pelas empresas, com o objetivo de atender à crescente demanda interna. Com isso, as pressões inflacionárias que po-

deriam existir decorrentes da falta de produtos são reduzidas.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), sem ajuste sazonal, da Fundação Getúlio Vargas, atingiu 82,4% em janeiro de 2007 – inferior ao valor observado em outubro de 2006 (84,2%) (Tabela 15) (BACEN, 2007h). Essa retração contrasta com o ritmo de crescimento da indústria brasileira no último trimestre, superando em 1,1% à do período imediatamente anterior e em 3,2% o nível verificado no quarto trimestre de 2005.

A análise por categoria de uso mostra uma expansão do NUCI no setor de bens de capital que passa de 83,5% em outubro de 2006 para 84,5% em janeiro de 2007. Vale destacar, que em abril de 2006, a utilização da capacidade era de somente 81,9%. O crescimento do NUCI reflete o bom desempenho da produção de bens de capital que registrou a maior taxa de cresci-

Tabela 15 – Brasil. Utilização da Capacidade Instalada por Categorias de Uso (%)

	Abr./ 06	Jul./ 06	Out./ 06	Jan./ 07
Indústria de Transformação	81,9	83,8	84,2	82,4
Bens de Consumo	77,7	80,2	80,8	78,8
Bens de Capital	81,9	84,0	83,5	84,5
Materiais de Construção	85,8	84,6	87,0	81,9
Bens Intermediários	86,3	87,7	87,9	86,0

Fonte: FGV (2007c).

mento em 2006. A expansão de ramos ligados à infra-estrutura e do segmento de bens de capital não seriados reflete decisões de investimentos de médio e longo prazos.

Já no setor de bens de consumo duráveis, o NUCI de janeiro de 2007 atingiu 78,8% - acima dos 77,7% em abril de 2006. Essa expansão do nível de utilização também está associada ao crescimento da produção industrial do setor acima da média nacional. As indústrias desse setor, que apresentam elevada elasticidade de demanda a juros, vêm sendo beneficiadas pela trajetória de queda da Selic e pela demanda crescente em função do aumento da renda e do crédito.

Entretanto, vale salientar que a utilização da capacidade esteve sempre abaixo da média da indústria de transformação em 2006. Os ganhos de produtividades no segmento de duráveis e a substituição parcial da produção doméstica por importações explicam esse resultado.

O setor de material de construção apresentou uma expansão substancial do nível de utilização da capacidade instalada em 2006, embora tenha se observado uma desaceleração no último trimestre. O NUCI nesse setor chegou a alcançar 87,0% em outubro de 2006, ante 85,8% em abril de 2006, recuando para 81,9% no início de 2007.

Os incentivos do Governo Federal ao segmento da construção civil, engendrando incremento na demanda por material de construção, assim como a expansão do crédito habitacional e da massa salarial foram determinantes para a diminuição dos níveis de capacidade ociosa do setor.

No caso dos bens intermediários, o baixo crescimento da produção industrial explica a estabilidade do NUCI em 2006. Ademais, algumas

indústrias do setor vêm perdendo mercado para as importações, evitando um aumento da utilização da capacidade instalada nesse segmento. É o caso do ramo de bens de insumos industriais elaborados, onde o modesto crescimento da produção industrial foi acompanhado de incremento das importações, sugerindo a substituição de fornecedores locais por estrangeiros.

Constata-se que somente as indústrias de metalurgia básica e papel e papelão registraram níveis de capacidade instalada próximos do limite em janeiro de 2006. São segmentos comandados pela dinâmica dos mercados externos que vêm apresentando forte incremento das exportações e dos investimentos de longo prazo.

No caso da metalurgia básica, apesar da maturação de alguns investimentos em 2006 e 2005⁹, o nível de utilização da capacidade instalada do setor atingiu seu máximo em novembro de 2006 (93,9%) e repetiu esse índice em fevereiro de 2007. A retomada do crescimento da produção industrial da metalurgia em 2006 (2,8%), após o recuo constatado em 2005, contribuiu para esse incremento do NUCI.

Diante desse cenário, alguns projetos de expansão estão sendo realizados pelas principais empresas do setor. É o caso do Sistema Usiminas, maior complexo siderúrgico de aços planos da América Latina e líder do mercado mundial, que vai aumentar seu potencial de oferta de aço líquido em 5 milhões de toneladas por ano. Esse incremento na capacidade de produção vai exigir investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões (IBS, 2007).

Já na indústria de papel e papelão, uma combinação de mais investimentos com crescimento modesto da produção industrial (2,2%) colaborou para a retração do NUCI, que alcan-

⁹ Destaque para a inauguração da usina da Gerdau em Araçatiguama (SP), com capacidade de 900 mil toneladas de aço bruto e a duplicação da usina de vergalhões da Belgo-Mineira em Piracicaba.

çou 91,3% em janeiro de 2007, ante 93,5% em abril do ano anterior. Vale destacar que esse percentual ainda é inferior ao pico registrado em julho de 2004 (94,9%).

O segmento de material elétrico e de comunicações tem apresentado uma utilização da capacidade em níveis confortáveis no que se refere à expansão da oferta. Em janeiro de 2007, o NUCI do setor alcançou 79,4%, abaixo dos 83,1% de abril de 2006. Nesse segmento, a ampliação da produção física é amortecida pela expansão das compras internacionais.

Finalmente, vale destacar que os atuais níveis de utilização da capacidade instalada da grande maioria dos ramos da indústria de transformação estão menores do que há dois anos atrás (Tabela 16).

Em alguns casos, o menor NUCI decorreu da expansão dos investimentos, beneficiados pelo aumento dos desembolsos do sistema BNDES nos últimos três anos. No setor de papel e papelão, por exemplo, os desembolsos cresceram 63,6% em 2006 em relação a 2005. Para o período 2007/2010, o BNDES projeta em 17% ao ano o crescimento médio dos investimentos, comparativamente ao período de 2002/2005, o que representa um montante de US\$ 20 bilhões para o setor de papel e celulose. Desse total, O BNDES financiará R\$ 11,7 bilhões.

Já no setor automobilístico, os desembolsos do BNDES chegaram a R\$ 5,1 bilhões em 2006 – incremento de 9,8% comparativamente a 2005. Os segmentos de refino de petróleo, coque e álcool¹⁰ e metalurgia básica cresceram, respectivamente, 667% e 58,0% em 2006, frente a 2005 (Tabela 17).

Tabela 16 – Brasil – Utilização da Capacidade Instalada nos Gêneros da Indústria (%)

Gêneros Industriais	Jul./2004	Abr./ 06	Jul./ 06	Out./ 06	Jan./ 07
Minerais Não-Metálicos	80,2	85,5	86,8	87,0	82,4
Metalurgia	92,0	91,1	93,3	92,3	92,1
Mecânica	86,8	78,4	83,6	83,2	79,4
Material Elétrico e de Comunicações	79,7	83,1	77,2	74,8	79,4
Material de Transporte	77,1	83,1	81,8	79,8	82,6
Mobiliário	84,5	73,9	77,2	83,6	74,8
Papel e Papelão	94,9	93,5	93,6	92,8	91,3
Química	84,5	82,4	84,1	84,8	82,5
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	60,8	68,4	72,8	70,1	62,8
Matérias Plásticas	85,9	83,1	81,1	84,4	83,0
Têxtil	91,3	81,1	83,0	83,6	84,8
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	83,7	80,3	83,5	88,8	85,8
Produtos Alimentares	84,9	75,2	82,7	86,1	79,3
Outros	82,1	80,0	80,1	79,6	78,4

Fonte: FGV (2007c).

Tabela 17 – Brasil – Desembolso Anual do BNDES para a Indústria Manufatureira (R\$ Milhões)

	2003	2004	2005	2006
Celulose e Papel	430	1.052	1.415	2.315
Metalurgia Básica	997	741	1.368	2.161
Produto Alimentício e Bebida	1.982	1.888	2.898	3.730
Produto Químico	1.167	545	1.146	1.214
Veículo Automotor	2.651	2.568	4.717	5.184

Fonte: BNDES (2007a).

¹⁰ Cumpre ressaltar que o incremento de R\$ 1.139 bilhões nos desembolsos deste setor se deu sobre uma base reduzida, da indústria relacionada à matriz energética, de R\$ 170,8 milhões. Além disto, o BNDES reduziu os desembolsos para os serviços de eletricidade, gás e água quente em R\$ 1,6 bilhão, relativamente a 2005.

Para os próximos anos, as perspectivas são favoráveis no que se refere à expansão da capacidade de oferta. Baseado no planejamento ou em decisões de investimentos já aprovadas pelas empresas entrevistadas, o quesito sobre intenções de investimento da FGV observou que o incremento médio da capacidade instalada previsto para 2007 ficou em 8% – valor idêntico ao apurado em janeiro de 2006. Já para o triênio 2007-2009, a média de crescimento da capacidade projetada atingiu 19% - valor superior à previsão do mesmo período do ano passado (17%).

Por categoria de uso, a maior taxa de expansão da capacidade de produção prevista para o período 2007-2009 é do setor de bens de consumo (25%), acima da média da indústria de transformação, seguido dos bens intermediários (17%). Já as previsões de ampliação da capacidade para os setores de bens de capital e materiais de construção foram de, respectivamente, 15% e 10%. Esses resultados são relevantes na medida em que reduzem substancialmente as possibilidades de esgotamento da capacidade de produção. Essa preocupação com eventuais gargalos de oferta tinha sido constatada em pesquisa da FGV realizada em 2005¹¹ (Tabela 18).

Entre os fatores limitantes assinalados pelos empresários para a realização de inversões, as taxas de juros foram consideradas um obstáculo ao investimento por somente 8% das empre-

sas. Vale destacar que no mesmo período do ano anterior esse percentual era de 26%.

A carga tributária continua sendo o principal obstáculo para 65% das empresas consultadas e a infra-estrutura deficiente por 10% dos entrevistados. Esse percentual da infra-estrutura representou uma elevação de 4 pontos percentuais em relação a 2006.

Os investimentos em infra-estrutura são considerados decisivos na manutenção de um crescimento industrial sustentado. A necessidade de se investir em infra-estrutura fez o Governo Federal implementar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que prevê investimentos de R\$ 503 bilhões para o período 2007-2010. Desse total, R\$ 276,8 bilhões serão investidos na infra-estrutura energética, o que representa mais de 50% do total. Já os investimentos em infra-estrutura social e urbana serão contemplados com R\$ 170,8 bilhões (33,9% do total). Finalmente, R\$ 58,3 bilhões (11,6%) dos investimentos programados serão destinados à infra-estrutura logística, relevantes para a competitividade sistêmica do país.

Com o objetivo de avaliar o impacto do PAC sobre a Formação Bruta de Capital Fixo, um estudo do BNDES (2007b) procurou comparar, para os segmentos de petróleo e gás, energia elétrica, ferrovias, saneamento e ha-

Tabela 18 – Brasil - Taxas Médias de Expansão da Capacidade de Produção Previstas(*) - em percentuais.

Segmentos Industriais	Ano			No Triênio		
	2005	2006	2007	2005/2007	2006/2008	2007/2009
Bens de Consumo	9	10	11	22	22	25
Bens de Capital	10	9	9	16	17	15
Materiais de Construção	7	5	5	18	10	10
Bens Intermediários	7	8	7	20	16	17
Indústria de Transformação	8	8	8	20	17	19

Fonte: FGV (2007b).

Nota: (*) Médias ponderadas por faturamento

¹¹ Os resultados dessa pesquisa foram discutidos no BNB Conjuntura Econômica nº 3.

bitação¹², as metas de investimentos do período 2007-2010 com os investimentos efetivos ocorridos entre 2002 e 2005. Os resultados revelam um incremento das inversões nesses setores de 132% (Tabela 19).

Com relação à região Nordeste, o índice médio de utilização da capacidade instalada for-

necido pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (INDI) para a indústria nordestina em dezembro de 2006 ficou em 79,74% - o maior índice de ocupação dos últimos onze anos para o mês de dezembro. Na verdade, considerando o período de 1995 a 2006, esse fato se repete em 7 dos 12 meses do ano (Gráfico 08).

Tabela 19 – Crescimento no Investimento Previsto no PAC

Setores	Realizado 2002-2005(*)	PAC 2007-2010 (**)	Crescimento Previsto (%)	
	R\$ bilhões	R\$ bilhões	Total	Anualizado
Infra - estrutura Energética				
Pertróleo	99,2	179,0	80,4	12,5
Energia Elétrica (exc.distrib.)	20,2	78,4	287,5	31,1
* Geração	14,3	65,9	361,7	35,8
* Transmissão	6,0	12,5	109,9	16,0
Infra - estrutura Social e Urbana				
Habitação	33,7	106,3	215,4	25,8
Saneamento	16,3	40,0	145,4	19,7
Infra-estrutura Logística				
Ferrovias	7,7	7,9	2,6	0,5
Total (82% do PAC)	177,1	411,6	132,4	18,4

Fontes: BNDES (2007b) e Brasil (2007).

Notas: (*) Levantamento realizado pela SAE/BNDES, valores a preços constantes de 2007.

(**) Valores previstos no PAC.

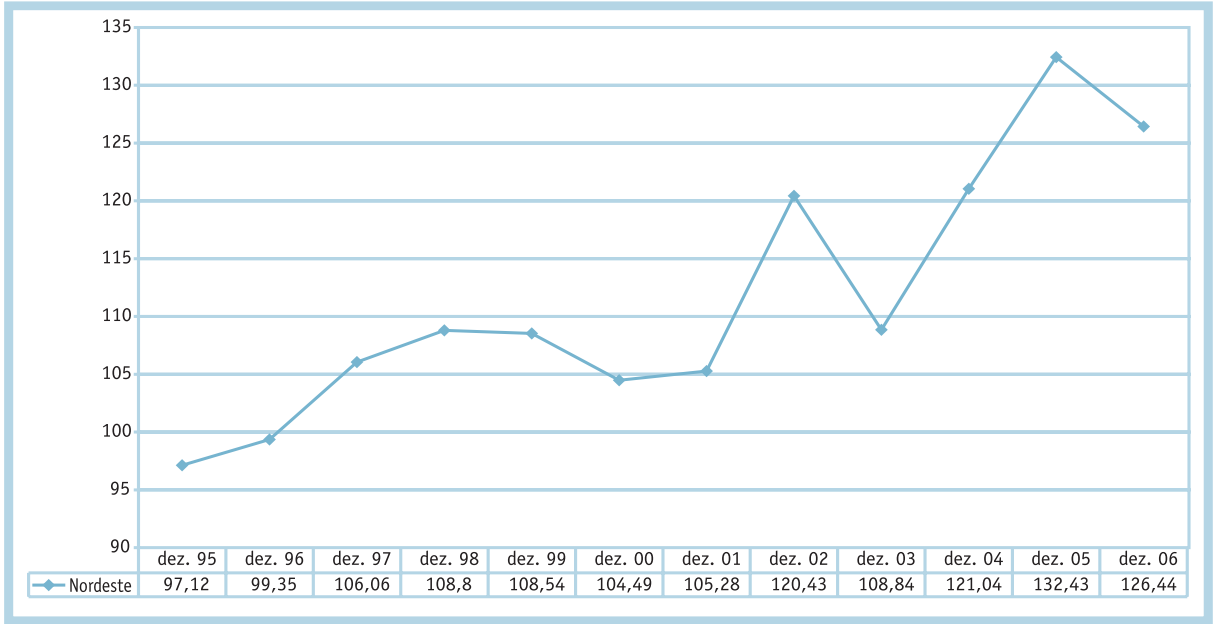


Gráfico 08 – Nordeste: Índice de Utilização da Capacidade Instalada - Dez. 95/Dez.06

Fonte: CNI (2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

¹² Essa amostra representa 82% dos investimentos.

No recorte setorial, destaca-se o crescimento da capacidade instalada da indústria de vestuário, calçados e tecidos e de produtos alimentares, em dezembro de 2006, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, fato que se repete em todos os meses do ano nessa base de comparação. No setor têxtil, a utilização da capacidade instalada continua elevada em 2006, muito embora tenha se observado uma pequena desaceleração em relação a 2005, ficando acima de 88% em nove dos doze meses do ano.

No caso do setor têxtil e de vestuário, esse desempenho surpreende, pois se trata de segmentos fortemente afetados pela valorização

cambial e pela intensificação da concorrência asiática. Ademais, esses setores registraram queda na capacidade instalada e da produção industrial em nível nacional.

Comparativamente à indústria de transformação do Brasil, observa-se que o índice de utilização da capacidade instalada do Nordeste se manteve inferior ao agregado nacional em 2006, confirmando a tendência já constatada nos últimos anos. Entretanto, no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, a indústria nacional registrou retração na utilização da capacidade instalada em oito dos doze meses do ano, enquanto a indústria nordestina avançou em todos os meses (Gráfico 09).

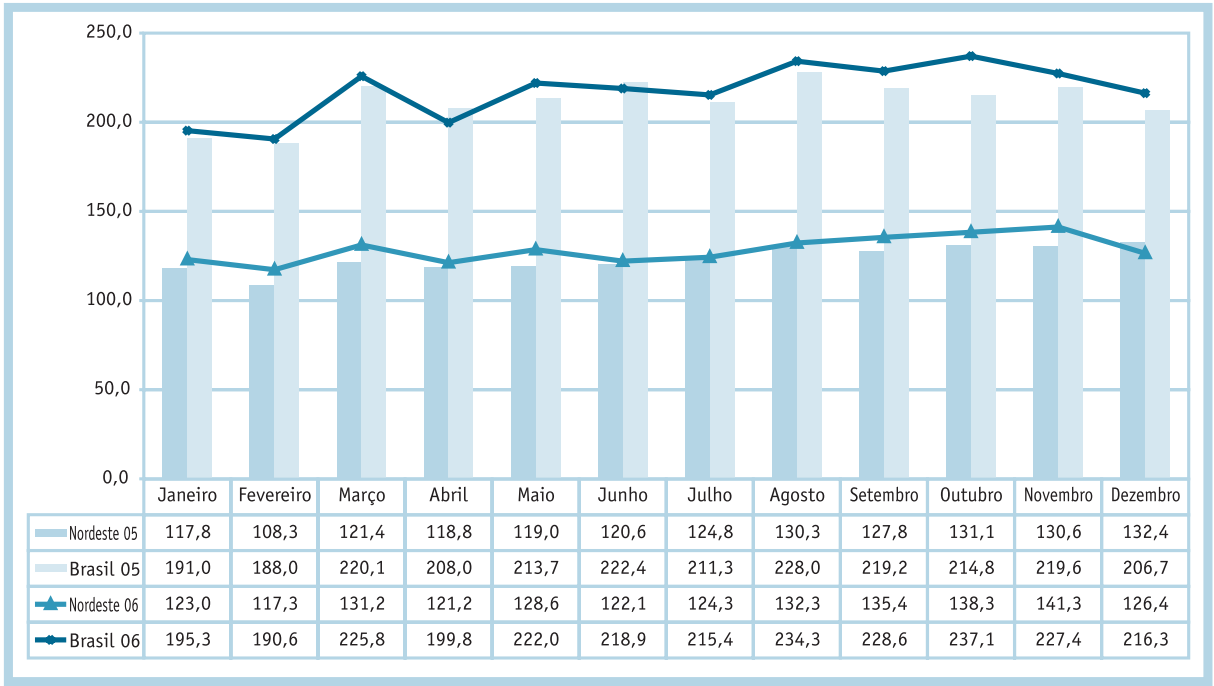


Gráfico 09 – Nordeste e Brasil: Índice de Utilização da Capacidade Instalada (Jan.-Dez. 2005/2006)

Fonte: CNI (2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.4 - Comércio

3.4.1 - O desempenho do comércio no Brasil

No ano de 2006, o volume de vendas do comércio varejista¹³ do país, em termos reais, cresceu 6,5% comparativamente ao acumulado do ano anterior, segundo o Relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) elaborado pelo IBGE. Em relação à receita nominal, a taxa de variação foi de 7,6%.

Das atividades que compõem o comércio varejista ampliado, metade apresentou, em 2006, crescimento real no volume de vendas superior à média nacional (Tabela 20). O desempenho do setor equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação foi o mais expressivo, registrando aumento de 30,1% impulsionado pelo crescimento de 52% na produção de máquinas para escritórios e equipamentos de informática (IPEA, 2007). A isenção do PIS e Confins (para computadores até R\$ 2,5 mil), o

câmbio favorável e a oferta de crédito foram os principais fatores que concorreram para o bom resultado deste setor.

O segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo em 2006, respondeu por mais da metade da taxa global do varejo¹⁴ no ano, revelando crescimento real de 7,6% em relação ao ano de 2005. Vale registrar que só o subgrupo super e hipermercados cresceu 7,7% em relação ao ano anterior. A expansão da massa salarial e a estabilidade de preços dos produtos básicos refletiram diretamente na trajetória desse segmento.

A atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico que compreende segmentos como lojas de departamento, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos, etc. registrou variação

Tabela 20 – Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC - (Jan.-Dez /06, Jan./07).

Atividades	Receita nominal		Volume de Vendas	
	Taxas de Variação		Taxas de Variação	
	Jan.- Dez 2006/ Jan.- Dez 2005	Jan. 2007 / Jan. 2006	Jan.- Dez 2006/ Jan.- Dez 2005	Jan. 2007 / Jan. 2006
COMÉRCIO VAREJISTA	7,3	8,3	6,2	8,5
1. Combustíveis e Lubrificantes	2,8	2,3	-8,1	2,5
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	6,4	5,8	7,6	4,9
2.1. Super e hipermercados	6,6	6,1	7,7	5,2
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	7,2	11,1	2,0	6,5
4. Móveis e Eletrodomésticos	7,3	18,7	10,3	24,1
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	9,1	9,6	3,7	4,9
6. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	13,4	0,0	30,1	13,1
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	5,6	8,7	0,5	6,7
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	19,7	12,8	17,1	16,4
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	7,6	9,6	6,5	10,2
9. Veículos e Motocicletas, partes e peças	7,6	11,7	7,3	14,3
10. Material de Construção	9,8	11,5	5,7	8,0

Fonte: IBGE (2007p; 2007q).

¹³ Faz-se referência, em todo o texto, aos dados do comércio varejista ampliado, que inclui as atividades listadas de 1 a 10 na Tabela 1.

¹⁴ Exclusive Veículos e Motos, Partes e Peças e Material de Construção.

positiva de 17,1%. Esse desempenho foi influenciado pelo comportamento das variáveis macroeconômicas do crédito, renda, emprego e preços (IBGE, 2007p).

As outras atividades que apresentaram crescimento acima da média do comércio varejista foram: móveis e eletrodomésticos (10,3%) e veículos e motos, partes e peças (7,3%).

Os segmentos material de construção (5,7%), tecidos, vestuários e calçados (2,0%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (3,7%) e livros, jornais, revistas e papelaria (0,5%) registraram variação positiva, porém abaixo da média do varejo.

Apenas o segmento de combustíveis e lubrificantes (-8,1%) apresentou resultado decrescente no ano de 2006. De fato, esse comportamento reflete a elevação dos preços dos combustíveis acima da média geral de preços.

O comportamento do comércio varejista do país em 2007 deve manter a tendência de crescimento verificada no ano anterior. A estabilidade da conjuntura econômica contribui para o aumento do consumo interno: inflação baixa, facilidade de crédito, aumento da renda real e da massa salarial.

No primeiro mês do ano, o comércio varejista ampliado registrou variação positiva de 10,2% no volume de vendas enquanto a receita

nominal cresceu 9,6% comparativamente ao mês de janeiro de 2006.

Todas as atividades do varejo apresentaram crescimento no volume de vendas no período janeiro 07/janeiro 06, porém as maiores taxas de variação foram registradas em móveis e eletrodomésticos (24,1%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (16,4%), veículos e motos, partes e peças (14,3%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (13,1%).

O segmento de móveis e eletrodomésticos respondeu por 40% do resultado global do comércio varejista sendo beneficiado pelas promoções de queima de estoque e pela valorização do real que impulsionou a venda de eletrodomésticos importados.

O aumento no volume comercializado do setor de outros artigos de uso pessoal e doméstico foi proporcionado, segundo o relatório da PMC (IBGE, 2007q), pela melhoria do quadro geral da economia, consubstanciada no comportamento das variáveis macroeconômicas do crédito, renda, emprego e preços.

A queda de preços de produtos de informática foi o principal fator da expansão da atividade equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação bem como a queda da taxa de juros que impulsionou o setor veículos e motos, partes e peças.

3.4.2 - O comércio no Nordeste

A Pesquisa Mensal do Comércio, elaborada pelo IBGE, também fornece dados sobre o desempenho do setor, para os Estados do Nordeste, sobre receita nominal e volume de vendas.

Comparando-se os dados de 2005 aos de 2006 (acumulado), constata-se que todos os

Estados da região obtiveram desempenhos superiores ao apresentado pelo Brasil, tanto considerando o volume de vendas quanto a receita nominal. O Maranhão foi destaque, com elevação de 25,7% no volume de vendas e ampliação de 28,2% na receita nominal (Tabelas 21 e 22).

Tabela 21 – Variação do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado por Unidade da Federação (Jan.-Dez. /06, Jan./07).

Unidade da Federação	Variação (%)	
	Mensal	Acumulado
	Jan.07/Jan.06	2006/2005
BRASIL	10,2	6,4
Maranhão	31,6	25,7
Piauí	8,6	19,1
Ceará	19,8	15,0
Rio Grande do Norte	7,3	13,4
Paraíba	16,4	15,1
Pernambuco	11,1	9,4
Alagoas	34,6	12,4
Sergipe	16,6	12,8
Bahia	14,1	11,5

Fonte: IBGE (2007p; 2007q).

Tabela 22 – Variação da Receita Nominal de Vendas no Comércio Varejista Ampliado por Unidade da Federação - (Jan.-Dez. /06, Jan./07).

Unidade da Federação	Variação (%)	
	Mensal	Acumulado
	Jan.07/Jan.06	2006/2005
BRASIL	9,6	7,5
Maranhão	31,5	28,2
Piauí	9,2	21,0
Ceará	19,8	16,4
Rio Grande do Norte	6,7	14,4
Paraíba	17,7	18,0
Pernambuco	11,7	11,8
Alagoas	34,9	15,0
Sergipe	18,0	16,3
Bahia	15,1	14,4

Fonte: IBGE (2007p; 2007q).

Em janeiro de 2007, comparado ao mesmo período do ano anterior e observadas as variações de volume de vendas, sete Estados nordestinos obtiveram ampliações acima da média nacional. Alagoas (34,6% de expansão), foi o destaque, seguido por Maranhão (31,6%), Ceará (19,8%), Sergipe (16,6%), Paraíba (16,4%), Bahia (14,1%) e Pernambuco (11,1%). Considerada a receita nominal, sete, dos nove Estados nordestinos, obtiveram desempenhos acima da média nacional: Maranhão, acréscimo de 31,5%; Ceará, elevação de 19,8%; Paraíba, ampliação de 17,7%; Pernambuco, expansão de 11,7%; Alagoas,

34,9% de crescimento; Bahia acréscimo de 15,1% e Sergipe, expansão de 18,0%.

A Pesquisa Mensal de Comércio permite, ainda, a análise do desempenho do comércio nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, por atividade, tanto para o acumulado do ano de 2006, quanto para janeiro de 2007 (Tabela 23).

No acumulado do ano de 2006, o setor combustíveis e lubrificantes destacou-se por apresentar, para o país como um todo, desempenho abaixo do registrado no comércio varejista ampliado, entretanto, as situações nos Estados do Nordeste apresentaram-se diferenciadas.

Ceará e Pernambuco apresentaram queda no volume de vendas¹⁵ e na receita nominal, já na Bahia, a atividade apresentou crescimento de 10,6% na receita e redução de 1,6% no volume comercializado.

Em janeiro de 2007 esta tendência manteve-se: no Ceará e em Pernambuco o setor apresentou índices negativos de volume de vendas e receita nominal, ao passo que, na Bahia, obteve crescimento tanto no volume de vendas (3,6%) quanto na receita nominal (8,6%).

Destacaram-se, ainda, positivamente, na comparação 2006 a 2005, com as maiores expansões do volume de vendas as atividades: hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, (10,4%) em Pernambuco; móveis e eletrodomésticos,

(27,7%) no Ceará e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 77,3% em Pernambuco, no Ceará (66,5%) e (20,6%) na Bahia.

As performances negativas, além do segmento de combustíveis, ficaram por conta das atividades tecidos, vestuário e calçados no Estado de Pernambuco¹⁶ (queda de 3,7% no volume vendido) e livros, jornais, revistas e papeleria (queda do volume de vendas de 26,7% em Pernambuco e 29,2% na Bahia).

O bom desempenho do segmento hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, não somente em Pernambuco, como em todo o resto do país, reflete a estabilidade de preços, manutenção dos níveis de emprego, ampliação da massa salarial e os programas de transferência de renda¹⁷. Estes fatores

Tabela 23 – Variação Percentual de Volume de Vendas e Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia (Jan.-Dez/06, Jan./07)

Atividades	Jan.- Dez.06 / Jan.- Dez.05						Jan. 2007 / Jan. 2006					
	Ceará		Pernambuco		Bahia		Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
Comércio Varejista Ampliado	15,0	16,4	9,4	11,8	11,5	14,4	19,8	19,8	11,1	11,7	14,1	15,1
Combustíveis e Lubrificantes	-17,9	-8,5	-12,6	-1,6	-1,6	10,6	-14,8	-12,0	-18,0	-13,7	3,6	8,6
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	7,3	6,0	10,4	10,5	14,1	13,6	7,4	7,1	8,4	9,1	19,7	20,8
Tecidos, Vestuários e Calçados	8,5	12,2	-3,7	2,2	2,8	9,7	24,5	28,3	-2,4	1,0	15,7	19,6
Móveis e Eletrodomésticos	27,7	25,4	18,6	17,6	18,9	18,8	30,0	27,9	20,2	18,6	17,6	15,7
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	12,1	16,0	16,1	20,8	3,4	10,6	15,9	19,4	23,5	29,0	9,1	14,5
Livros, Jornais, Revistas e Papeleria	-1,3	2,8	-26,7	-25,3	-29,2	-26,7	27,4	30,1	10,8	11,9	20,2	22,7
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	66,5	41,5	77,3	70,4	20,6	5,6	35,3	18,5	75,7	59,9	-6,2	-15,8
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	14,8	21,0	9,4	17,9	13,4	19,8	17,7	20,4	20,2	27,0	19,1	24,7
Veículos e Motocicletas, Partes e Peças	32,0	32,4	18,2	18,9	19,5	20,4	37,8	35,2	20,8	18,4	13,7	12,1
Material de Construção	9,3	15,9	5,8	10,2	2,5	8,0	20,3	26,4	6,8	12,4	8,7	14,7

Fonte: IBGE (2007p; 2007q).

¹⁵ Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP, 2007), demonstram que as vendas de álcool hidratado no Nordeste (em metros cúbicos), pelas distribuidoras, cresceram (de 2005 para 2006) 27,1% enquanto as vendas da gasolina tipo “C” obtiveram crescimento de apenas 3,3%. Na Bahia houve crescimento de 1,3% nas vendas de gasolina e de 42,3% nas vendas de álcool. Os dados demonstram o impacto que a popularização dos carros bi-combustíveis teve na demanda por estes produtos.

¹⁶ No ano de 2005, segundo dados do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), em Pernambuco, este setor obteve desempenho (expansão no volume de vendas) acima dos apresentados pelo Brasil e pelo Nordeste. A base de comparação elevada (2005) pode explicar os índices de expansão reduzidos ou negativos (na comparação 2006 a 2005).

¹⁷ Dados do Ministério do Desenvolvimento Social, referentes ao mês de janeiro de 2007, indicam que somente no programa bolsa-família foram beneficiadas, na região nordestina, mais de 5 milhões de famílias (o correspondente a quase metade das famílias beneficiadas em todo Brasil). Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social (2007b).

aliados ao barateamento dos insumos importados e às condições de crédito também favoreceram a expansão da atividade móveis e eletrodomésticos no Ceará.

No caso de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, assim como no Brasil, a expansão no Nordeste, principalmente no que se refere ao volume de vendas, ocorreu devido a um conjunto de fatores: condições de crédito; implementação de políticas federais de incentivo e reduções de preços (barateamento de insumos importados).

Duas tendências que vinham se delineando no final de 2006 confirmaram-se em janeiro de 2007: o arrefecimento do desempenho da atividade equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação na Bahia (decréscimo de 6,2% no volume de vendas e redução de 15,8% na receita nominal) e a expansão das atividades veículos e motos, partes e peças e materiais de construção, particularmente no Estado do Ceará.

O segmento veículos e motos, partes e peças, nos três Estados nordestinos, cujos dados por atividades e unidades da federação são disponibilizados pela PMC, apresentou em 2006, desempenho acima da média nacional. Pernambuco obteve, no acumulado do ano, alta de 18,2% no volume de vendas, enquanto que, nacionalmente, houve expansão de 7,3%. Os Estados da Bahia, com alta de 19,5% e Ceará com elevação de 32,0% também obtiveram desempenhos excepcionais. Cabe ressaltar que, no mês de janeiro, apenas a Bahia, dos três Estados em questão, obteve desempenho abaixo da média do Brasil, no que diz respeito ao volume de vendas.

No caso da atividade material de construção, o Ceará destacou-se, mais uma vez, ao obter ampliações acima das médias nacionais, tanto consideradas as variações anuais (comparação 2006 a 2005) quanto as mensais (janeiro de 2007 confrontado ao mesmo período de 2006) do volume de vendas e da receita nominal.

Entretanto, o bom desempenho deste setor¹⁸ se estendeu sobre outros Estados, além do Ceará. Os dados de consumo de cimento (2006 em comparação a 2005), apurados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC) e disponibilizados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC (2007a), indicam que o consumo deste insumo cresceu 21,8% em Pernambuco, 21,8% em Sergipe, 17,0% no Rio Grande do Norte e 19,7% no Maranhão, (sendo que a média de crescimento do Brasil foi de 8,2%).

A trajetória de expansão do crédito tem sido influente no desempenho de atividades como material de construção e veículos e motos, partes e peças. Como mostram os dados do Banco Central, o volume destinado ao financiamento imobiliário, embora tenha decrescido 2,0%, se comparados 2005 e 2006, vem apresentando elevações mês a mês a partir de agosto de 2006 e, em janeiro de 2007 (se comparado ao mesmo período do ano anterior), apresentou elevação de 42,0%. Já os recursos das operações de crédito destinados à aquisição de veículos cresceram, de 2005 a 2006, 32,4% e, no mês de janeiro de 2007, em comparação ao mesmo período do ano anterior, acenderam 24,0%.

Além dos dados constantes na PMC do IBGE, há, ainda, informações pertinentes ao comércio da região, obtidas através de pesquisas realiza-

¹⁸ A variação do nível de emprego fornecida pelo Relatório Mensal da Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Recife (da Fecomércio de Pernambuco), para o mês de janeiro de 2007, indica que a tendência de expansão deste segmento comercial, para a região em questão, também influenciou positivamente o nível de emprego, uma vez que, se comparado a janeiro de 2006, houve ampliação de 11,0% (FECOMÉRCIO-PE, 2007).

das pelas associações comerciais e institutos dedicados a pesquisas sobre o setor nos Estados nordestinos.

No caso de Alagoas, há dados sobre endividamento¹⁹ para as cidades de Maceió e Arapiraca, enquanto para o Ceará existem dados referentes ao endividamento na capital do Estado, todas utilizando a mesma metodologia.

Constatou-se, em pesquisa realizada pelo Instituto Fecomércio do Estado de Alagoas - IFEPD/AL, que o perfil das pessoas que possuíam contas ou dívidas em atraso, na Capital²⁰, para todo o ano de 2006, apresenta as seguintes características: indivíduo do sexo feminino, apresentando idade de 35 anos ou mais anos; com, até, o primeiro grau completo; com renda familiar de, no máximo, cinco salários mínimos e do estrato que inclui as classes D e E.

Para janeiro de 2007, este perfil alterou-se em parte, as mulheres mantiveram os índices mais elevados, embora a diferença fosse menor do que um dígito (43,7%, contra 43,5% dos homens) e a idade dos inadimplentes apresentou-se entre 18 e 24 anos. O nível superior de escolaridade, a renda de até cinco salários e a classe socioeconômica C foram os estratos de indivíduos que maiores índices de atraso apresentaram no mês em questão.

Ainda no Estado de Alagoas, na cidade de Arapiraca, a pesquisa delineou o perfil dos consumidores com contas ou dívidas em atraso no ano de 2006²¹. Neste período, as mulheres, pessoas com idade entre 25 e 34 anos, com ní-

vel superior, com renda de dez salários mínimos ou mais e indivíduos da classe C foram os que apresentaram maiores índices de atraso no pagamento de contas.

Em janeiro de 2007, o atraso de contas permaneceu elevado entre as mulheres, embora a faixa de idade passasse a ser entre 18 e 24 anos, a escolaridade, até o segundo grau, a renda, até cinco salários e a classe socioeconômica a B.

Para a cidade de Fortaleza, estudos elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio – IPDC (2007a; 2007b), demonstram que o perfil do consumidor com dívidas em atraso, no ano de 2006, foi o seguinte: sexo feminino; idade entre 25 e 34 anos; até o primeiro grau completo; renda familiar de até cinco salários e pertencente às classes D ou E. Em janeiro, o perfil alterou-se em apenas dois pontos: a faixa etária passou a ser entre 18 e 24 anos e a escolaridade até o segundo grau completo.

Dados do Sistema Brasileiro de Pagamentos disponíveis no site do Banco Central também contribuem para o entendimento da situação do crédito no Nordeste. As estatísticas sobre cheques demonstram que, tanto considerando os valores quanto o número de documentos, a relação cheques trocados versus cheques sem fundos manteve-se estável em todos os Estados da região, ao longo do ano de 2006, notando-se, apenas, pequenas elevações no mês de janeiro de 2007 (comportamento semelhante ao apresentado no resto do país).

¹⁹ Para averiguar a situação do endividamento, utilizaram-se três conceitos: taxa de consumidores com dívidas em atraso, que se refere à parcela dos consumidores que possuem contas ou dívidas em atraso; taxa de comprometimento da renda do consumidor, que diz respeito à parcela da renda dos consumidores que está comprometida com contas ou dívidas e taxa de inadimplência em potencial, que reflete a parcela de consumidores que não terão condições de pagar contas ou dívidas no mês em curso. As obrigações consideradas na pesquisa incluem cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, compra de imóveis e prestações de carros e de seguros.

²⁰ Foram considerados consumidores em potencial pessoas com 18 anos ou mais. Na cidade de Maceió, 506.228 pessoas, em Arapiraca, 107.140 e em Fortaleza um total de 1.373.293 pessoas, para dezembro de 2006.

²¹ A média anual, na pesquisa de Arapiraca, considera os meses disponíveis (abril a dezembro de 2006).

3.5 - Produção Agropecuária

3.5.1 - Agricultura

A expectativa da produção de grãos para a atual safra brasileira deverá bater um recorde histórico. O Sexto Levantamento de Avaliação da Safra 2006/2007, divulgado em março pela Conab (2007b), aponta para 127,7 milhões de toneladas, ou seja, um incremento positivo de 5,7% em relação à safra anterior, cuja produção atingiu 120,8 milhões de toneladas. A região Nordeste tende a crescer aproximada de 9,6% sua produção, atingindo 10,8 milhões de toneladas (8,4% da produção nacional). Esses números revelam uma guinada em relação às previsões contidas na Conjuntura Econômica n. 11. Naquela ocasião, previa-se um incremento mais modesto em relação à safra 2005/2006: 1,1%. Esta expectativa favorável ocorre, sobretudo, em virtude do aumento de produtividade decorrente das condições climáticas favoráveis.

Quando se observa a área destinada ao plantio de grãos, verifica-se uma tendência à redução de 3,5%, conduzindo a 45,6 milhões de hectares plantados, porém, uma revisão para cima de 0,9% em relação à expectativa da última Conjuntura (45,2 milhões de hectares), impulsionada principalmente pelo acréscimo da área plantada com milho. O Nordeste brasileiro, contrariando a tendência nacional, deverá aumentar sua área plantada com grãos em 2,0%, em função principalmente da expansão da fronteira agrícola baiana, com o aumento das áreas destinadas ao cultivo do algodão, feijão e milho (Tabela 24).

Dentre os principais grãos da agricultura nordestina, os maiores incrementos na produção são verificados para as culturas de algodão-

pluma (26,0%), algodão-carço (22,7%) e arroz (12,2%). Destaca-se, nesse contexto, o aumento da produção baiana nas três culturas, impulsionando os números regionais: crescimento de 25,1%, 23,5% e 152,8%, respectivamente. Redução na produção pode ser observada para o feijão (-7,8%), impactado pelas significativas reduções do Ceará: o maior produtor do Nordeste tende a reduzir sua produção em 9,4% e Pernambuco (23,3%).

Conforme diagnosticado na Conjuntura Econômica n. 11, a expectativa é de um crescimento na área cultivada com algodão, de aproximadamente 22,3% em relação à safra 2005/2006, atingindo 1,05 milhão de hectares. Houve um incremento de 2,0% na estimativa passada, em virtude do estímulo à produção, lastreada na melhora dos preços nos mercados interno e externo, uma vez que a produção mundial para a safra 2006/2007 está estimada em volumes inferiores à demanda, o que contribui para um aumento na produção brasileira. Aliado a esse fator tem-se condições climáticas mais favoráveis à safra anterior, contribuindo para um aumento de produtividade e conseqüente produção, de modo que: algodão-carço tende a atingir 3,6 milhões de toneladas (30,6% maior que a safra 2005/2006) e o algodão-pluma 1,4 milhão de toneladas (33,0% maior). O Nordeste, como se vê, tende a acompanhar esse ritmo de crescimento, consolidando a Bahia como segundo maior produtor brasileiro, com 386,2 mil toneladas de algodão-pluma e 591,6 mil toneladas de algodão-carço, numa área de 277,4 mil hectares, atrás apenas de Mato Grosso, com 721,6 mil toneladas

Tabela 24 – Brasil: Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos: Produtos Selecionados (*) Safras 2005/2006 e 2006/2007

Região/UF	Área (em mil ha)			Média (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	1.724,7	1.697,0	-1,6	2.072	2.187	5,6	3.574,3	3.712,1	3,9
RR	57,2	57,2	-	3.558	3.578	0,6	203,5	204,7	0,6
RO	390,2	367,3	-5,9	1.925	2.027	5,3	751,3	744,5	-0,9
AC	77,0	77,4	0,5	1.238	1.266	2,3	95,3	98,0	2,8
AM	29,6	29,6	-	1.805	1.808	0,2	53,4	53,5	0,1
AP	5,8	5,9	1,7	948	956	0,8	5,5	5,6	2,7
PA	641,0	636,5	-0,7	2.022	1.922	-4,9	1.296,2	1.223,6	-5,6
TO	523,9	523,1	-0,1	2.232	2.642	18,4	1.169,1	1.382,2	18,2
Nordeste	7.961,7	8.118,6	2,0	1.232	1.324	7,5	9.805,5	10.751,6	9,6
MA	1.343,5	1.324,5	-1,4	1.645	1.655	0,6	2.209,5	2.191,5	-0,8
PI	942,0	953,9	1,3	1.168	1.502	28,6	1.100,4	1.432,9	30,2
CE	1.250,0	1.249,0	-0,1	914	833	-8,9	1.142,2	1.040,9	-8,9
RN	192,8	192,8	-	640	612	-4,4	123,3	118,0	-4,3
PB	409,9	409,9	-	744	548	-26,3	304,8	224,5	-26,3
PE	629,3	629,3	-	659	518	-21,4	414,6	326,0	-21,4
AL	195,6	195,6	-	619	592	-4,4	121,1	115,8	-4,4
SE	203,1	203,1	-	1.227	1.199	-2,3	249,1	243,5	-2,2
BA	2.795,5	2.960,5	5,9	1.481	1.709	15,4	4.140,4	5.058,5	22,2
Centro-Oeste	14.418,7	13.707,2	-4,9	2.782	3.086	10,9	40.118,6	42.299,4	5,4
MT	7.761,4	7.333,8	-5,5	2.803	3.047	8,7	21.758,1	22.345,9	2,7
MS	2.839,0	2.689,9	-5,3	2.548	2.948	15,7	7.233,5	7.930,6	9,6
GO	3.698,8	3.564,8	-3,6	2.890	3.237	12	10.689,6	11.540,5	8
DF	119,5	118,7	-0,7	3.660	4.064	11	437,3	482,4	10,3
Sudeste	5.433,5	5.111,0	-5,9	2.918	3.191	9,4	15.856,5	16.309,2	2,9
MG	3.113,0	2.976,7	-4,4	2.826	3.255	15,2	8.798,1	9.688,4	10,1
ES	67,5	65,5	-2,9	1.654	1.747	5,6	111,7	114,5	2,5
RJ	20,4	20,0	-1,9	2.012	1.966	-2,3	41,0	39,3	-4,2
SP	2.232,3	2.048,8	-8,2	3.093	3.157	2,1	6.905,7	6.467,1	-6,4
Sul	17.787,3	17.015,9	-4,3	2.891	3.208	11,0	51.419,9	54.580,6	6,1
PR	8.783,0	8.322,0	-5,2	2.856	3.312	16,0	25.087,7	27.566,4	9,9
SC	1.497,0	1.468,2	-1,9	3.620	4.295	16,6	5.419,2	6.306,6	16,4
RS	7.507,3	7.225,7	-3,8	2.786	2.866	2,9	20.913,0	20.707,6	-1
Norte/Nordeste	9.686,4	9.815,6	1,3	1.381	1.474	6,7	13.379,8	14.463,7	8,1
Centro-Sul	37.639,5	35.834,1	-4,8	2.853	3.159	10,7	107.395,0	113.189,2	5,4
Brasil	47.325,9	45.649,7	-3,5	2.552	2.796	9,6	120.774,8	127.652,9	5,7

Fonte: Conab (2007a). (*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

e 1.128,6 mil toneladas, respectivamente, numa área de 501,4 mil hectares.

Em relação à área de cultivo de arroz no Brasil, não houve alteração significativa, mantendo-se a previsão de 3,0 milhões de hectares. A produção, porém, deverá recuar em 2,3% em relação à safra 2005/2006, caindo para o patamar de 11,3 milhões de toneladas. O fator que mais contribuiu para esse quadro pode ser creditado à redução em 8,5% na área destinada a tal cultura no Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, com conseqüente redução de 10,7% no produto. O Nordeste, porém, trilhou o caminho inverso, beneficiado pelas condições climáticas e perspecti-

vas de melhoria no preço em decorrência da queda de produção gaúcha. Daí, se espera na região incremento de 2,8% na área e 12,2% na produção, destaque para o crescimento das áreas da Bahia (25,0%), Piauí (8,0%) e Maranhão (1,0%), e na quantidade produzida em 152,8%, 43,6% e 2,1%, respectivamente. Diante desses números, o Maranhão se consolida como maior produtor regional e quarto do ranking nacional, reduzindo sua área plantada de soja e cedendo espaço para o arroz (Tabela 25).

A expectativa para a safra 2006/2007 do feijão é de incremento na área plantada em torno de 1,2% e na produção em 3,1% em relação

Tabela 25 – Arroz: Comparativo de Área, Produtividade e Produção Safras 2005/2006 e 2006/2007

Região/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	455,4	488,5	7,3	2.228	2.354	5,7	1.014,6	1.150,2	13,4
RR	23,5	23,5	-	5.200	5.250	1,0	122,2	123,4	1,0
RO	76,0	72,2	-5,0	1.930	2.091	8,3	146,7	151,0	2,9
AC	24,6	24,6	-	1.350	1.366	1,2	33,2	33,6	1,2
AM	10,9	10,9	-	1.912	1.900	-0,6	20,8	20,7	-0,6
AP	3,3	3,3	-	1.120	1134	1,3	3,7	3,7	1,3
PA	211,6	211,6	-	2.000	1.980	-1,0	423,2	419,0	-1,0
TO	105,5	142,4	35,0	2.510	2.800	11,6	264,8	398,8	50,6
Nordeste	734,9	755,2	2,8	1.517	1.657	9,2	1.115,1	1.251,1	12,2
MA	506,3	511,4	1,0	1.400	1.415	1,1	708,9	723,6	2,1
PI	148,2	160,1	8,0	1.316	1.750	33,0	195,0	280,1	43,6
CE	35,7	34,7	-2,8	3.180	3.268	2,8	113,5	113,4	-0,1
RN	1,5	1,5	-	2.470	2.602	5,3	3,7	3,9	5,3
PB	7,8	7,8	-	1.390	1.373	-1,2	10,8	10,7	-1,2
PE	4,8	4,8	-	4.380	5.180	18,3	21,0	24,9	18,3
AL	3,2	3,2	-	4.200	4.516	7,5	13,4	14,5	7,5
SE	9,8	9,8	-	3.370	4.126	22,4	33,0	40,4	22,4
BA	17,6	22,0	25,0	890	1.800	102,2	15,7	39,6	152,8
Centro-Oeste	442,2	492,9	11,5	2.576	2.747	6,7	1.139,0	1.354,1	18,9
MT	287,5	330,6	15,0	2.570	2.720	5,8	738,8	899,2	21,7
MS	43,4	42,1	-3,0	4.450	4.810	8,1	193,3	202,7	4,8
GO	111,2	120,1	8,0	1.860	2.100	12,9	206,8	252,2	21,9
DF	0,1	0,1	-	1.000	1.000	-	0,1	0,1	-
Sudeste	127,4	115,3	-9,5	2.361	2.391	1,3	300,8	275,7	-8,3
MG	92,5	85,0	-8,1	2.150	2.200	2,3	198,9	187,0	-6
ES	3,3	2,9	-11,0	2.960	2.960	-	9,8	8,7	-11
RJ	2,7	2,8	3,8	3.200	3.400	6,3	8,6	9,5	-10,3
SP	28,9	24,6	-15,0	2.890	2.870	-0,7	83,5	70,5	-15,6
Sul	1.236,3	1.145,4	-7,4	6.479	6.359	-1,8	8.009,4	7.283,9	-9,1
PR	62,3	57,9	-7,0	2.900	3.010	3,8	180,7	174,4	-3,5
SC	155,9	155,9	-	7.050	7.050	-	1.099,1	1.099,1	-
RS	1.018,1	931,6	-8,5	6.610	6.452	-2,4	6.729,6	6.010,4	-10,7
Norte/Nordeste	1.190,3	1.243,7	4,5	1.789	1.931	7,9	2.129,8	2.401,2	12,7
Centro-Sul	1.805,9	1.753,6	-2,9	5.232	5.083	-2,9	9.449,2	8.913,8	-5,7
Brasil	2.996,2	2.997,3	0,0	3.865	3.775	-2,3	11.579,0	11.315,0	-2,3

Fonte: Conab (2007a).

à safra 2005/2006, atingindo 4,3 milhões de hectares e 3,6 milhões de toneladas, respectivamente. Esses dados, constantes no sexto levantamento de avaliação da soja 2006/2007, da Conab (2007b), corrigem as informações de previsão de crescimento de área do quarto (2,7%) e quinto (2,5%) levantamentos. Para o nível de produção, estes levantamentos estimavam aumento de 4,3%. Essa correção a menor se deve à redução da área cultivada no Centro-Sul, responsável por 68,6% da produção nacional, em virtude das condições climáticas adversas, bem como à baixa atratividade no preço do produto. Na região Nordeste, apesar de exibir a maior área cultivada (2,4 milhões de hectares – 55,6% do total), sua produção fica em segundo

lugar no ranking nacional (1,0 milhão de toneladas – 28,1%), em decorrência de sua mais baixa produtividade, caracterizando a cultura na região baseada na agricultura familiar, com baixa escala de produção e condições edafoclimáticas desfavoráveis.

Contrariando a previsão exposta na Conjuntura Econômica nº 11, a área cultivada com milho deve superar a safra 2005/2006 em 3,0%, atingindo 13,4 milhões de hectares. A produção deverá se expandir 14,7% e atingir 48,8 milhões de toneladas. O principal motivo que levou a essa correção foi a apreciação do preço do milho no mercado internacional, associada às boas condições climáticas. A expectativa do nº11 deste periódico foi influenciada pela re-

dução na área plantada na 1ª safra (1,8%), principalmente no Sul do país, com seus produtores optando pelas culturas de soja e feijão. Apesar desse fato, a produtividade foi superior à safra passada, o que, aliado às boas condições climáticas e preços de mercado, impulsionou um incremento na área para a 2ª safra em 17,1%. O Nordeste brasileiro que concentra 87,0% de sua produção na 1ª safra, apresentou um aumento de 1,3% na área plantada e 13,0% na produção, perfazendo uma área de 3,0 milhões de hectares e 3,7 milhões de toneladas (Tabela 26). A principal característica é a baixa produtividade, explicada pelo baixo nível tecnológico da região, única exceção para o que ocorre no oeste da Bahia, único Estado nordestino que produz milho na 2ª safra do ano (safrinha).

Tal como a área destinada ao cultivo do milho, a expectativa é de encolhimento na área cultivada com soja na ordem de 7,4%, restringindo-se a 20,6 milhões de hectares. Em contrapartida, a produção tende a aumentar em 6,2%, elevando-se para 56,7 milhões de toneladas, impulsionada, principalmente, pelo excelente ganho de produtividade dos Estados de Paraná e Mato Grosso do Sul, em função das boas condições climáticas que têm favorecido as lavouras em estágio de frutificação e maturação: 27,6% e 25,0%, respectivamente. No Nordeste, a soja tem sido cultivada nos Estados da Bahia, Maranhão e Piauí, sendo o primeiro o maior produtor regional, ocupando uma área de 0,8 milhão de hectares para uma produção de 2,2 milhões de toneladas. Apesar

Tabela 26 – Milho Total (1º e 2º Safras): Comparativo de Área, Produtividade e Produção Safras 2005/2006 e 2006/2007

Região/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	556,6	559,3	0,5	2.029	2.035	0,3	1.129,2	1.138,3	0,8
RR	12,2	12,2	-	2.000	2.000	-	24,4	24,4	-
RO	142,3	138,6	-2,6	2.011	2.058	2,3	286,2	285,2	-0,3
AC	36,6	37,0	1,1	1.459	1.497	2,6	53,4	55,4	3,7
AM	12,9	12,9	-	1.798	1.868	3,9	23,2	24,1	3,9
AP	1,5	1,6	6,7	800	813	1,6	1,2	1,3	8,3
PA	275,7	280,1	1,6	2.078	1.900	-8,6	572,9	532,2	-7,1
TO	75,4	76,9	2,0	2.227	2.805	26	167,9	215,7	28,5
Nordeste	2.850,9	2.889,0	1,3	1.137	1.268	11,5	3.242,4	3.662,6	13
MA	362,7	367,1	1,2	1.170	1.215	3,8	424,4	446,0	5,1
PI	290,1	295,9	2,0	804	1.400	74,1	233,2	414,3	77,7
CE	638,8	638,8	-	1.159	1.035	-10,7	740,4	661,2	-10,7
RN	84,0	84,0	-	625	575	-8	52,5	48,3	-8
PB	187,6	187,6	-	900	622	-30,9	168,8	116,7	-30,9
PE	283,4	283,4	-	780	493	-36,8	221,1	139,7	-36,8
AL	83,7	83,7	-	630	615	-2,4	52,7	51,5	-2,3
SE	142,7	142,7	-	1.330	1.235	-7,1	189,8	176,2	-7,2
BA	777,9	805,8	3,6	1.491	1.996	33,9	1.159,5	1.608,7	38,7
Centro-Oeste	2.372,5	2.829,1	19,2	4.043	4.099	1,4	9.592,2	11.595,3	20,9
MT	1.046,8	1.324,4	26,5	3.848	3.724	-3,2	4.028,3	4.932,0	22,4
MS	623,4	678,1	8,8	3.595	3.463	-3,7	2.241,0	2.348,1	4,8
GO	662,8	786,1	18,6	4.660	5.163	10,8	3.088,8	4.058,5	31,4
DF	39,5	40,5	2,5	5.927	6.338	6,9	234,1	256,7	9,7
Sudeste	2.472,0	2.493,8	0,9	3.904	4.170	6,8	9.651,9	10.398,0	7,7
MG	1.371,7	1.417,3	3,3	3.850	4.341	12,8	5.280,8	6.152,4	16,5
ES	39,8	38,6	-3	2.101	2.251	7,1	83,6	86,9	3,9
RJ	11,1	10,7	-3,6	2.396	2.271	-5,2	26,6	24,3	-8,6
SP	1.049,4	1.027,2	-2,1	4.060	4.025	-0,9	4.260,9	4.134,4	-3
Sul	4.711,9	4.579,6	-2,8	4.011	4.795	19,5	18.899,2	21.957,7	16,2
PR	2.491,1	2.479,7	-0,5	4.485	5.171	15,3	11.173,0	12.823,3	14,8
SC	784,8	714,2	-9,0	4.050	5.320	31,4	3.178,4	3.799,5	19,5
RS	1.436,0	1.385,7	-3,5	3.167	3.850	21,6	4.547,8	5.334,9	17,3
Norte/Nordeste	3.407,5	3.448,3	1,2	1.283	1.392	8,5	4.371,6	4.800,9	9,8
Centro-Sul	9.556,4	9.902,5	3,6	3.991	4.438	11,2	38.143,3	43.951,0	15,2
Brasil	12.963,9	13.350,8	3,0	3.279	3.652	11,4	42.514,9	48.751,9	14,7

Fonte: Conab (2007a).

de maior produtor regional, fica muito aquém no cenário nacional, aparecendo em 7º lugar no ranking nacional (Tabela 27).

O mercado de grãos continua numa trajetória de crescimento em relação ao primeiro trimestre do ano 2006. Inclusive a soja que preocupou em virtude da expectativa de safra recorde dos Estados Unidos, aliado ao crescimento do consumo em ritmo inferior da produção (conduzindo à elevação do estoque de passagem), demonstrou incremento positivo no preço. Na Bolsa de Chicago (CBOT) os preços futuros da soja estão cotados a US\$ 276,84/tonelada, para vencimento em maio de 2007, e US\$ 296,31/tonelada, para vencimento em maio de 2008, crescimento de 7,0% em um ano (CMA, 2007)²².

No mercado interno, o preço da soja está cotado a R\$ 31,88/sc 60kg pelo Índice CEPEA (2007d), com leve alta de 0,22% em relação ao

último trimestre. Esse índice reflete o comportamento dos preços do Estado do Paraná. O Nordeste tem apresentado preços menos atraentes para os produtores de tal commodity: R\$ 32,00 Barreiras (BA), R\$ 27,50 Sorriso, R\$ 24,00 Balsas (Gráfico 10).

A valorização do Real continua a preocupar o setor de grãos brasileiro, em especial a soja, tendo em vista que 75% da produção brasileira é destinada ao mercado externo (CEPEA, 2007d). Em contrapartida, minimiza esse efeito o elevado preço da soja no mercado externo, como vimos anteriormente através da cotação do índice CBOT. A elevação dos preços internacionais pode ser creditada às altas cotações do milho na Bolsa de Chicago (valorizado pelo possível aumento da produção do etanol à base de milho) e a projeção da USDA para a próxima safra americana, que indica redução da área plantada de soja, cedendo espaço ao milho.

Tabela 27 – Soja - Comparativo de Área, Produtividade e Produção Safras 2005/2006 e 2006/2007

Região/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	517,5	453,0	-12,5	2.480	2.773	11,8	1.283,2	1.256,1	-2,1
RR	20,0	20,0	-	2.800	2.800	-	56,0	56,0	-
RO	106,4	91,0	-14,5	2.660	2.922	9,8	283,0	265,9	-6,0
AM	1,9	1,9		3.000	2.786	-7,1	5,7	5,3	-7,0
PA	79,7	70,8	-11,2	2.987	2.964	-0,8	23,8,1	209,9	-11,8
TO	309,5	269,3	-13,0	2.263	2.670	18,0	700,4	719,0	2,7
Nordeste	1.487,1	1.425,4	-4,1	2.395	2.684	12,1	3.560,9	3.826,2	7,5
MA	382,5	351,9	-8,0	2.680	2.750	2,6	1.025,1	967,7	-5,6
PI	232,0	222,7	-4,0	2.347	2.750	17,2	544,5	612,4	12,5
BA	872,6	850,8	-2,5	2.282	2.640	15,7	1.991,3	2.246,1	12,8
Centro-Oeste	10.353,6	8.996,8	-13,1	2.588	2.930	13,2	26.795,5	26.362,3	-1,6
MT	5.891,5	5.007,8	-15,0	2.695	3.010	11,7	15.877,6	15.073,5	-5,1
MS	1.919,1	1.746,4	-9,0	2.280	2.850	25,0	4.375,5	4.977,2	13,8
GO	2.489,0	2.190,3	-12,0	2.570	2.810	9,3	6.396,7	6.154,7	-3,8
DF	54,0	52,3	-3,1	2.699	3.000	11,2	145,7	156,9	7,7
Sudeste	1.717,5	1.455,7	-15,2	2.359	2.685	13,8	4.051,8	3.908,6	-3,5
MG	1.060,9	930,4	-12,3	2.340	2.750	17,5	2.482,5	2.558,6	3,1
SP	656,6	525,3	-20,0	2.390	2.570	7,5	1.569,3	1.350,0	-14,0
Sul	8.153,6	8.249,6	1,2	2.174	2.588	19,0	17.722,5	21.353,6	20,5
PR	3.928,5	3.967,8	1,0	2.390	3.050	27,6	9.389,1	12.101,8	28,9
SC	339,5	376,8	11,0	2.400	2.790	16,3	814,8	1.051,3	29,0
RS	3.885,6	3.905,0	0,5	1.935	2.100	8,5	7.518,6	8.200,5	9,1
Norte/Nordeste	2.004,6	1.878,4	-6,3	2.416	2.706	12,0	4.844,1	5.082,3	4,9
Centro-Sul	20.224,7	18.702,1	-7,5	2.402	2.760	14,9	48.569,8	51.624,5	6,3
Brasil	22.229,3	20.580,5	-7,4	2.403	2.755	14,6	53.413,9	56.706,8	6,2

Fonte: Conab (2007a).

²² Preços de fechamento da bolsa para o dia 16 de março de 2007, convertidos de cents/bushel para US\$/tonelada.

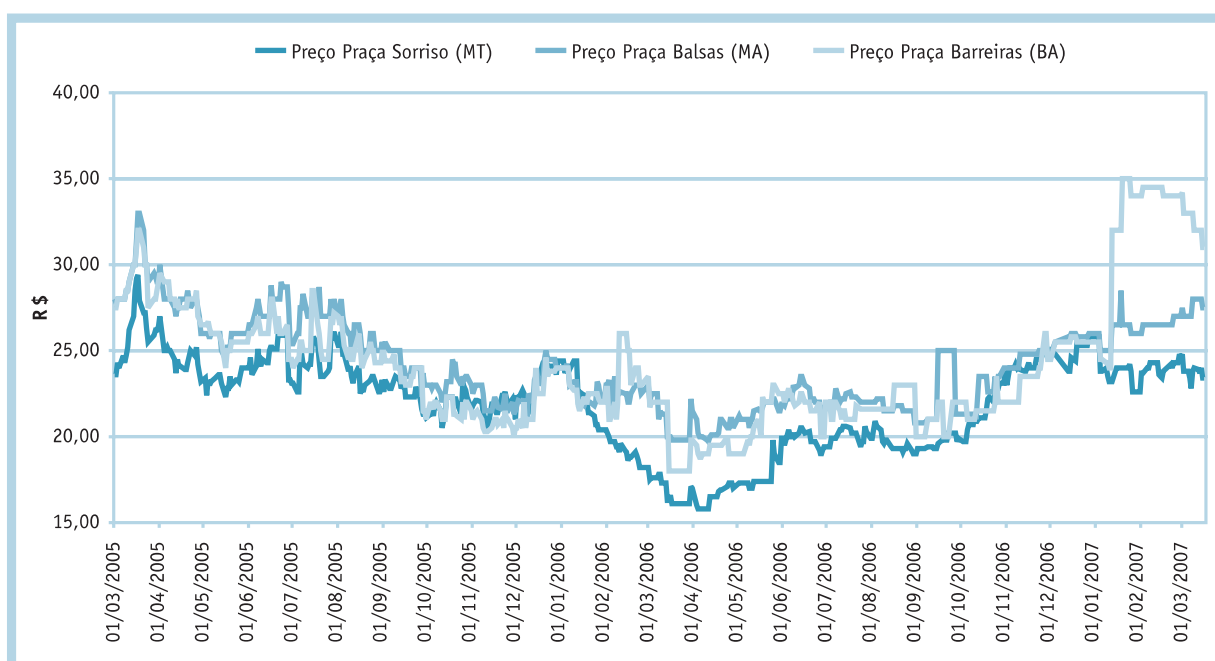


Gráfico 10 – Evolução dos Preços da Saca de 60Kg da Soja em Sorriso-Mato Grosso, Balsas-Maranhão e Barreiras-Bahia, Mar./ 05 a Mar./07

Fonte: Elaboração da Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica, baseada em CMA (2007).

Merecem destaque também os mercados chinês e indiano: ambos possuem baixa renda *per capita* e alta elasticidade de renda por alimentos. A manutenção das atuais taxas de crescimento da economia desses países contribui para um aumento na demanda por alimentos, sendo a China o maior importador mundial de soja, ou seja, 45% da soja mundial é importada pela China (CEPEA, 2007d).

Apesar de auferir menor rentabilidade com a valorização do Real frente ao Dólar do que a projetada, os produtores não vêem alternativa além da comercialização, pressionados pela insuficiência de capital para estocagem. Os custos também permanecem elevados, em decorrência, principalmente, do controle de pragas: técnicos do CEPEA/ESALQ estimam três aplicações médias de fungicidas na safra apenas para controle da ferrugem da soja, representando um custo de R\$ 1,5 bilhão, ou 6,6% do valor bruto da produção.

O preço do milho no mercado interno sofreu forte queda no primeiro trimestre de 2007, pressionado pela intensificação da colheita,

mas, ainda assim, mantém-se em patamar superior ao registrado em igual período de 2006. O índice CEPEA/ESALQ (baseado nos preços de Campinas-SP) já acumula queda no ano de 21,9%, enquanto Barreiras-BA e Fortaleza-CE apresentam reduções de 6,7% e 17,3%, respectivamente (Gráfico 11). As cotações nesses três mercados situam-se, na primeira quinzena de março/2007 em R\$ 20,00, R\$ 24,50 e R\$ 18,85, respectivamente, contra R\$ 14,50, R\$ 22,30 e R\$ 17,70, em igual período de 2006.

No mercado internacional, ao contrário, o preço do milho tem atingido patamares históricos de valorização na Bolsa de Chicago (CBOT), impulsionado pela perspectiva de aumento do consumo com o início da produção do etanol, com tendência a permanecer nesse patamar no médio prazo. Apenas na última semana de fevereiro, houve um recuo no preço da commodity, em virtude dos efeitos da queda da bolsa da China (CEPEA, 2007c). A atratividade do mercado internacional favorece a exportação brasileira, daí o incremento na área plantada para a safra 2006/2007.

O preço da arroba do algodão apresentou uma elevação positiva no primeiro trimestre de 2007 em relação ao mesmo período de 2006, de 1,2% em Fortaleza-CE (cotado atualmente

em R\$ 46,06), 2,1% em São Paulo-SP (R\$ 46,18), 1,0% em Rondonópolis-MT (R\$ 44,16) e queda de 3,5% em Barreiras-BA (R\$ 42,75), conforme (Gráfico 12).

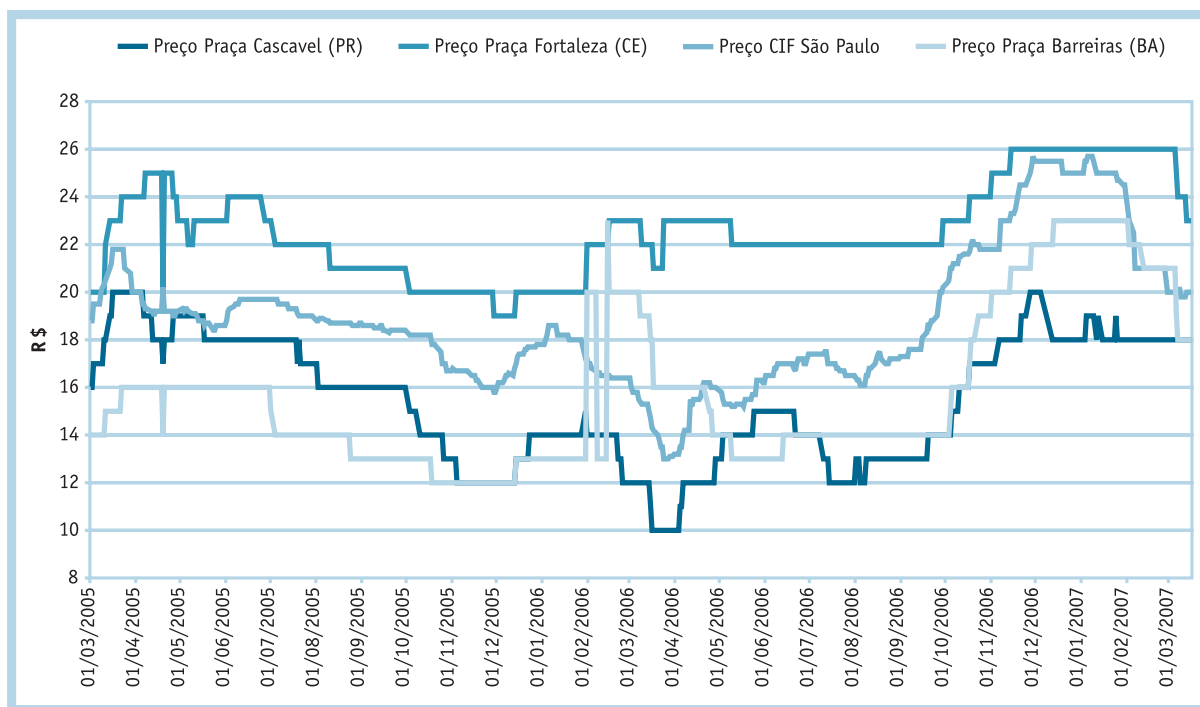


Gráfico 11 – Evolução dos Preços da Saca de 60 Kg de Milho em Cascavel - Paraná, Fortaleza - Ceará, Campinas - São Paulo e Barreiras - Bahia, Mar/ 05 a Mar/ 07

Fonte: Elaboração da Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica, baseada em CMA (2007).

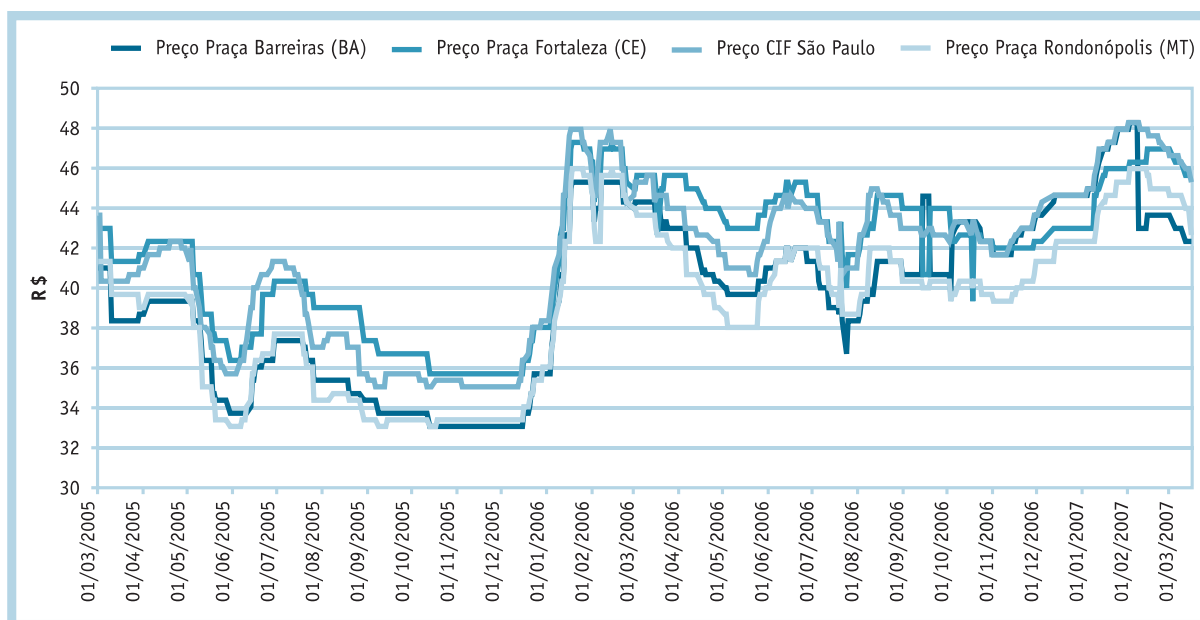


Gráfico 12 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras - Bahia, Fortaleza - Ceará, São Paulo (CIF) e Rondonópolis - Mato Grosso, Mar./ 05 a Mar/07

Fonte: Elaboração da Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica, baseada em CMA (2007).

A valorização cambial brasileira contribuiu negativamente para o setor, favorecendo a importação de manufaturados, inibindo a exportação de têxteis e causando excedente de oferta no mercado interno (CEPEA, 2007a). No mercado internacional, o contrato Março/07 da Bolsa de Mercadorias de Nova York (NYBOT) acumula alta de 2,87% no ano, com uma média mensal em fevereiro/2007 de R\$ 36,90/tonelada²³.

O aumento da oferta de café no mercado interno brasileiro no primeiro trimestre do ano derrubou a cotação do mesmo. Os fatores que contribuíram para esse incremento na oferta foram o pagamento de dívidas pré-comercializadas pelos produtores, bem como pagamento de financiamentos da safra passada, com vistas à obtenção de novo financiamento para a safra 2007/2008, que começa a ser colhida em abril (CEPEA, 2007b).

No mercado regional, Vitória da Conquista (BA) seguiu a tendência de queda, registrando,

na primeira quinzena de março, R\$ 235,00/sc 60kg (-14,5% em relação dezembro/2006) para o Café Bica Dura T.6/7, R\$ 225,00/sc 60kg para o Café Bica Rio T.6/7 (-2,2%) e R\$ 245,00/sc 60kg para o Café Despulpado (-18,3%). O Índice CEPEA/ESALQ também sofreu forte queda no período (-12,8%), registrando R\$ 247,01/sc 60kg em igual período (Gráfico 13).

A expectativa é de manutenção desses preços baixos no curto prazo, diante da tendência de valorização (ou manutenção) do câmbio brasileiro. Porém, a previsão é de alta para o preço do café na safra 2007/2008, baseado na produção inferior à oferta, efeito da bianualidade negativa da safra. O consumo interno médio estimado equivale a 17,4 milhões de sacas acrescidas de 24,5 milhões de sacas da demanda externa. A oferta, entretanto, está projetada em 31,1 a 32,3 milhões de sacas, somado a um estoque atual de 1,7 milhão de sacas (BNB CONJUNTURA ECONÔMICA, 2007).

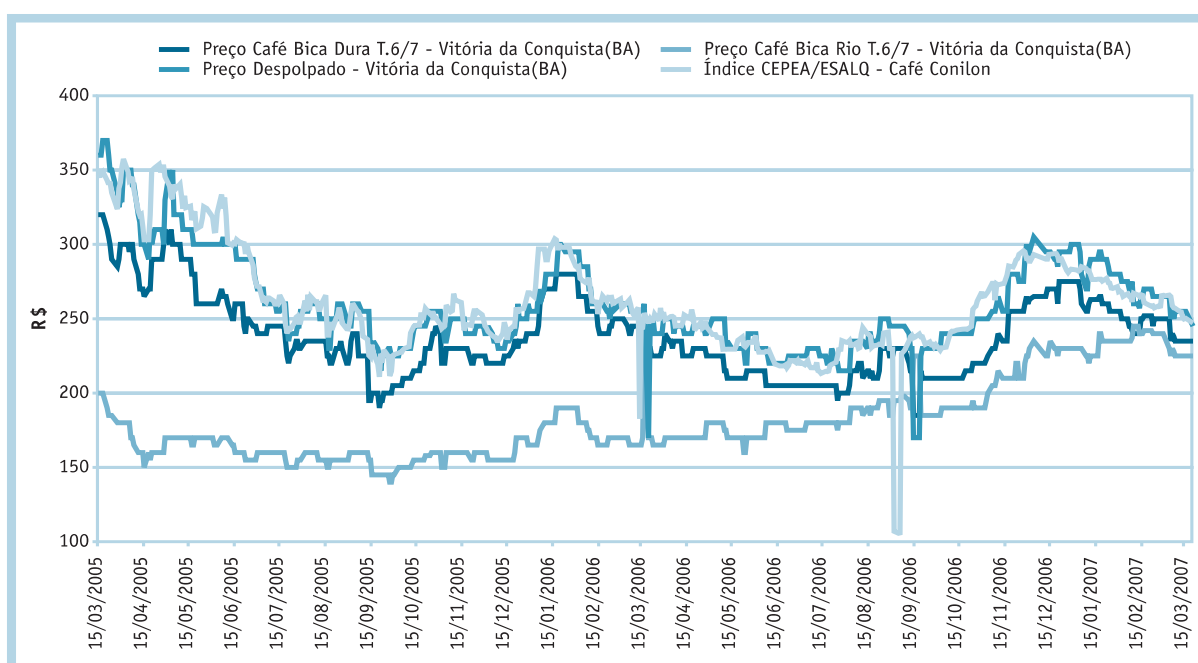


Gráfico 13 – Evolução dos Preços da Saca de 60Kg, em Vitória da Conquista - Bahia, dos Cafés: Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para o Café Conilon, Mar. 05/ Mar. 07

Fonte: Elaboração da Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica, baseada em CMA (2007).

²³ Média mensal da Bolsa de Mercadorias de Nova York para fevereiro de 2007, convertidos de US\$/lp para R\$/toneladas.

3.5.2 - Pecuária

O cenário que se descortinou para a pecuária no Brasil nos últimos meses de 2006 constitui-se em um verdadeiro desafio para os produtores, defrontados com a combinação entre aumentos nos custos de produção e reduções nos preços do boi gordo (Tabela 28).

Conforme a Fundação Getúlio Vargas – FGV (2007a), os preços recebidos pelos pecuaristas para o boi gordo caíram (em termos nominais) 2,68% de 2005 para 2006. Comportamento semelhante, porém com quedas mais fortes, verificaram-se para os Estados da Bahia e do Maranhão, destaques regionais na pecuária de corte. O mercado externo, aquecido pelo aumen-

to na demanda dos países em desenvolvimento, tem funcionado como verdadeira válvula de escape para a produção doméstica, uma vez que a demanda interna não sinalizou nenhum aumento (cabendo lembrar que esse mecanismo não funciona para o Nordeste, conforme comentado no número 11 desta BNB – Conjuntura Econômica). No entanto, é preciso ressaltar que o aumento dos custos e a valorização do real observados ao longo do ano têm levado o Brasil a perder competitividade no mercado externo.

Dados da CNA (2007a) revelam que desde dezembro de 2005 (nos últimos 13 meses, portanto) a atividade pecuária acumulou perdas de

Tabela 28 – Preços do Boi Gordo: Brasil e Estados Selecionados do Nordeste (R\$/arroba)

Meses	Brasil	Bahia	Maranhão
Jan/05	55,31	56,10	52,18
Fev/05	54,49	56,46	52,18
Mar/05	53,42	56,23	53,07
Abr/05	52,98	55,82	53,07
Mai/05	51,88	54,82	53,07
Jun/05	51,35	54,70	52,84
Jul/05	50,86	54,07	52,84
Ago/05	50,29	54,17	53,78
Set/05	49,89	54,25	53,78
Out/05	50,65	54,04	53,78
Nov/05	51,05	54,63	nd
Dez/05	51,09	55,21	nd
Média 2005 (Preços Correntes)	51,94	55,04	53,06
Média 2005 (Preços Constantes de fev/2007)	54,10	57,34	55,27
Jan/06	50,08	54,95	nd
Fev/06	49,25	53,72	48,00
Mar/06	48,53	53,28	48,00
Abr/06	48,55	53,26	48,00
Mai/06	48,56	53,04	48,00
Jun/06	48,57	52,75	48,30
Jul/06	48,59	52,23	47,49
Ago/06	50,75	52,04	nd
Set/06	52,55	52,68	nd
Out/06	54,79	53,50	nd
Nov/06	53,66	54,04	nd
Dez/06	52,69	53,98	nd
Média 2006 (Preços Correntes)	50,55	53,29	47,97
Média 2006 (Preços Constantes de Fev/2007)	52,14	54,97	49,48
Variação Nominal	-2,68	-3,18	-9,60
Variação Real	-3,62	-4,13	-10,48

Fonte: FGV (2007a).

6% em sua margem bruta. Tomando como referencial os preços praticados em março de 2003, o boi gordo desvalorizou-se 10,5% em média, paralelamente a um aumento de quase 33% dos custos totais de produção. O aumento de 16,7% do salário mínimo em abril/2006 agravou a situação do produtor, dado que a mão-de-obra é o item que mais pesa nos custos da pecuária. Os produtores que não conseguiram obter ganhos de produtividade que compensassem a redução da margem estão ameaçados de sair da atividade.

Diferente do ocorrido com os bovinos, os produtores de frango comemoraram um aumento em suas receitas de mais de 15%. Segundo reportagem da Gazeta Mercantil (2007), do início de janeiro de 2007 até meados de fevereiro, o preço do frango havia acumulado alta de 16,2%, passando de R\$ 1,60 para R\$ 1,86 o quilo. Segundo especialistas, esta alta se deve a repasses do aumento nos custos de produção, especialmente do preço do milho.

3.5.3 - Agronegócio

3.5.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

O IBGE (2007i) divulgou um crescimento de 4,1% para a agropecuária brasileira no ano de 2006, contrastando frontalmente com o retrocesso de 2,12% medido pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Universidade de São Paulo – CEPEA (Tabela 29), cujos cálculos são utilizados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA na elaboração do boletim Indicadores Rurais, o que causou polêmica junto à imprensa. Esse conflito de informações deve-se às diferentes metodologias de cálculo: o IBGE calcula o crescimento de um ano para o outro utilizando o mesmo vetor de preços (no caso, 2005), o que expressa o comportamento do volume produzido; o CEPEA, com o objetivo de avaliar a renda real da atividade, estima o crescimento com base na evolução dos preços e das quantidades de cada ano (BARROS & SILVA, 2007). Os dados do IBGE, infelizmente, só retratam uma parte das atividades (a produção agropecuária) que compõem o agronegócio, pelo que os comentários desta seção reportam-se aos números do CEPEA.

Apesar do desempenho ruim (segundo o CEPEA) do segmento da produção, o PIB do agronegócio em 2006 superou em R\$ 2,43 bilhões o do ano anterior (Tabela 30). Não é demais lembrar que a abordagem de agronegócio, aqui utilizada, incorpora, além das atividades produtivas agrícolas e pecuárias, a produção de insumos, o beneficiamento ou transformação dos produtos agropecuários e os serviços associados a quaisquer dessas atividades. Aquele crescimento, portanto, deveu-se principalmente ao desempenho da indústria (2,82%) e da distribuição (1,01%) integrantes do agronegócio (Tabela 29).

A indústria do agronegócio intensificou seu crescimento, uma vez que até agosto de 2006 havia crescido apenas 0,54%, para fechar o ano com incremento de 2,82%. Essa evolução só foi acompanhada parcialmente pela distribuição, que conseguiu reverter uma tendência de queda até junho, encerrando o ano com um incremento de 1,01%. Além da queda da produção, já comentada, o PIB dos insumos também registrou queda de 2,68%. (Gráfico 14 e Tabela 29).

Separando-se o agronegócio nos seus dois subsetores – agricultura e pecuária - constata-se que os seus PIB tiveram comportamentos opostos: enquanto o primeiro experimentou crescimento de 2,63% puxado pelo seu segmento industrial, o segundo amargou um retrocesso de 4,71%, principalmente em virtude da queda do PIB do segmento distribuição, embora todos os demais segmentos também tenham apresentado resultados bastante próximos. Dentre os segmentos do agronegócio da agricultura, destaca-se novamente a indústria, com seus 4,11% de crescimento, seguido de perto pelo setor de distribuição, que cresceu 3,60% (Tabela 29).

Conforme se vê, as previsões de declínio do PIB do agronegócio global – como as destacadas na edição anterior, que preconizavam uma queda de 1,23% em relação a 2005 (BNB CONJUNTURA ECONÔMICA N.11, 2007) – não se realizaram, muito embora o crescimento observado (0,45%) não tenha sido expressivo, o que em parte se deve à queda real de preços

observada durante o ano, tanto na lavoura quanto na pecuária.

Confirmou-se a previsão de queda de preços para a maior parte dos produtos do agronegócio, conforme estimado na última edição deste periódico. Os preços de todos os produtos pecuários e de dezesseis (em um total de vinte) produtos agrícolas caíram em relação a 2005. Apesar do aumento no quantum de todos os produtos pecuários e de boa parte dos agrícolas, não foi possível compensar a redução no Valor Bruto da Produção (VBP) da Agropecuária Brasileira, que caiu 3,6% (passou de R\$ 174,0 bilhões em 2005 para R\$ 167,7 bilhões em 2006), correspondendo a uma perda de R\$ 6,3 bilhões em relação ao ano anterior, dos quais R\$ 2,3 bilhões nos produtos agrícolas e R\$ 4,0 bilhões nos produtos pecuários (Tabela 31) (CNA, 2007b).

Em termos absolutos, os produtos agrícolas com maiores reduções no VBP foram a soja (R\$ 3,69 bilhões), o algodão em caroço (R\$ 1,93 bilhão) e o arroz (R\$ 1,55 bilhão). A soja, mes-

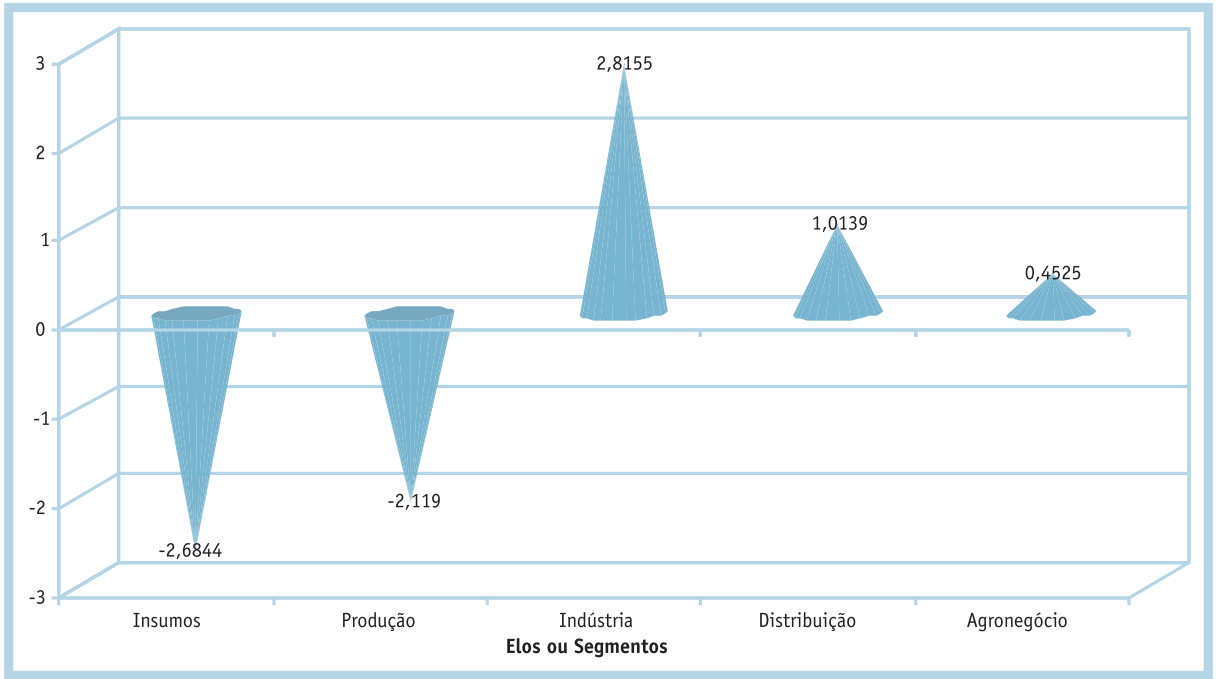


Gráfico 14 – Brasil. PIB do Agronegócio: Variação (%) Acumulada de janeiro a Dezembro/2006

Fonte: Elaboração própria, com base em Barros e Silva (2007).

Tabela 29 – Brasil: PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2005-2006 (%)

AGROPECUÁRIA					
2006	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Acumulado em 2005	-10,1601	-9,7891	0,1301	-3,3326	-4,6578
2006					
Janeiro	-0,4544	-0,3479	0,0472	-0,1229	-0,1564
Fevereiro	-0,3520	-0,2326	0,0927	-0,0581	-0,0817
Março	-0,5376	-0,4974	0,1618	-0,0873	-0,1518
Abril	-0,4854	-0,3745	-0,1666	-0,3255	-0,3020
Maio	-0,3484	-0,2402	-0,0650	-0,0908	-0,1450
Junho	-0,2100	-0,2028	-0,0880	-0,1466	-0,1479
Julho	-0,2759	-0,3853	0,3181	0,1597	0,0356
Agosto	-0,2280	-0,0686	0,2355	0,1280	0,0794
Setembro	-0,2120	0,0000	0,7914	0,5661	0,4261
Outubro	0,0817	-0,0235	0,5298	0,4557	0,3284
Novembro	0,3755	0,3024	0,5571	0,4185	0,4328
Dezembro	-0,0680	-0,0702	0,3706	0,1167	0,1375
Acumulado em 2006	-2,6844	-2,1190	2,8155	1,0139	0,4525
AGRICULTURA					
2006	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Acumulado em 2005	-15,0618	-15,4612	0,5165	-3,7580	-5,7780
2006					
Janeiro	-0,7124	-0,5601	0,0985	-0,0758	-0,1561
Fevereiro	-0,5330	-0,2911	0,1608	0,0441	-0,0246
Março	-0,6350	-0,3854	0,2395	0,0866	-0,0059
Abril	-0,4696	-0,1866	-0,0710	-0,1454	-0,1524
Maio	-0,3618	-0,1932	-0,0212	0,0195	-0,0703
Junho	0,0551	0,1488	0,0364	0,1269	0,0886
Julho	-0,0358	0,0216	0,4844	0,5764	0,3817
Agosto	0,0203	0,1932	0,3758	0,4090	0,3213
Setembro	-0,2825	-0,3012	0,9201	0,7132	0,5194
Outubro	0,2204	-0,0114	0,5593	0,5303	0,4146
Novembro	0,9439	0,8391	0,6816	0,7105	0,7428
Dezembro	0,5520	0,4705	0,5740	0,5545	0,5465
Acumulado em 2006	-1,2451	-0,2640	4,1080	3,6025	2,6320
PECUÁRIA					
2006	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Acumulado em 2005	-1,6659	-1,4886	-2,0748	-2,3447	-1,8958
2006					
Janeiro	-0,0684	-0,0815	-0,2528	-0,2308	-0,1571
Fevereiro	-0,0827	-0,1595	-0,3077	-0,2926	-0,2168
Março	-0,3934	-0,6371	-0,2968	-0,4872	-0,4979
Abril	-0,5087	-0,6096	-0,7340	-0,7424	-0,6596
Maio	-0,3286	-0,2991	-0,3273	-0,3474	-0,3240
Junho	-0,6014	-0,6452	-0,8338	-0,7855	-0,7160
Julho	-0,6328	-0,9013	-0,6880	-0,8227	-0,8026
Agosto	-0,5993	-0,4036	-0,6234	-0,5439	-0,5136
Setembro	-0,1058	0,3879	-0,0043	0,2108	0,1956
Outubro	-0,1266	-0,0390	0,3455	0,2749	0,1147
Novembro	-0,4814	-0,3764	-0,2209	-0,2916	-0,3381
Dezembro	-1,0160	-0,7702	-0,9121	-0,9588	-0,8909

Fonte: Barros e Silva (2007).

Notas: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio

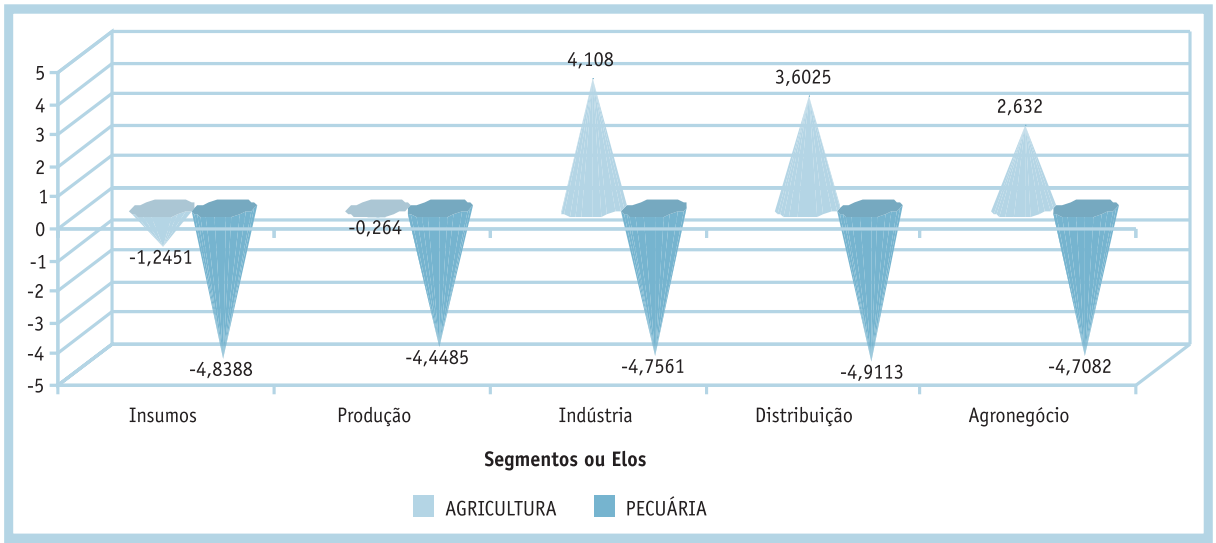


Gráfico 15 – Brasil: PIB da Agricultura e da Pecuária: Variação % Acumulada de Janeiro a Dezembro/2006

Fonte: Barros e Silva (2007).

Tabela 30 – Brasil: PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2005 e 2006 (R\$ bilhões, a preços de 2005)

Atividades	Anos		Variação	
	2005	2006	(%)	Abs.
Agricultura	85,20	84,97	-0,27	-0,23
Pecuária	67,84	64,82	-4,45	-3,02
Agropecuária	153,04	149,80	-2,12	-3,24
Agronegócio	537,63	540,06	0,45	2,43
Outros Segmentos	384,59	390,26	1,47	5,67

Fonte: CNA (2007b).

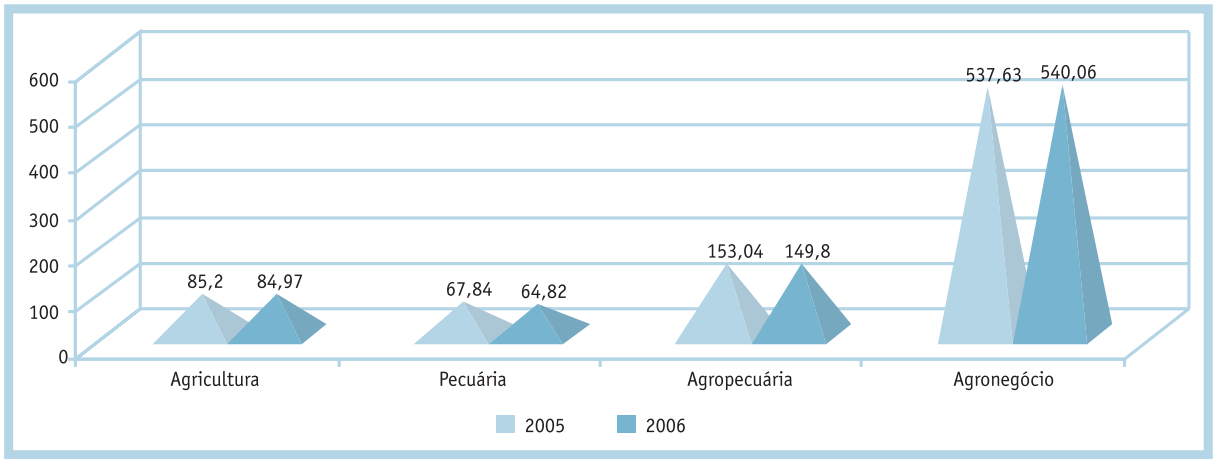


Gráfico 16 – Brasil: PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2005)

Fonte: CNA (2007b).

mo com um aumento de produção de 3,8% de 2005 para 2006 perdeu receita devido a uma retração de 17,6% nos preços. Os destaques entre os produtos com crescimento do VBP fica-

ram com a cana-de-açúcar (R\$ 4,28 bilhões) e a laranja (R\$ 1,03 bilhão). Entre os produtos pecuários, as maiores perdas de VBP ficaram com a carne bovina (R\$ 1,65 bilhões) e o leite (R\$

1,05 bilhão). Apenas a produção de ovos registrou variação positiva (R\$ 40 milhões) no VBP.

Em termos relativos, as maiores quedas foram registradas para a mamona (-60,2%), o algodão (-54,7%) e o cacau (-26,6%), nos produtos agrícolas, e para os suínos (-9,8%) nos produtos pecuários. A queda do dólar, combinada com as barreiras à entrada de produtos brasileiros praticadas nos países ricos, represou o crescimento do agronegócio brasileiro, que não encontrou alternativas fora do país que compensassem a queda de preços.

Nossa estimativa para o Valor Bruto da Produção da agropecuária brasileira em 2006 (Tabela 32), por incorporar mais produtos que aquela feita pela CNA (Tabela 31), alcançou R\$ 181,8 bilhões, registrando uma queda de 3,0% em relação a 2005 (R\$ 187,4 bilhões). A agricultura responde pela maior parte (61,8%) desse valor (R\$ 112,3 bilhões), cabendo o restante à pecuária (R\$ 69,4 bilhões – 38,2%). Em relação ao ano anterior, estima-se ter havido quedas de 1,3% no faturamento agrícola e de 5,6% no faturamento pecuário nacionais.

O Valor Bruto da Produção agropecuária do Nordeste foi estimado em R\$ 24,4 bilhões, representando 13,4% do total nacional (Tabela 32). A agricultura participa com 81,3% daquele

valor (R\$ 19,8 bilhões). A participação do Nordeste no VBP nacional deve evoluir de 12,1% em 2005 para 13,4% em 2006.

O faturamento agrícola regional passou a representar, em 2006, 17,6% do nacional (contra 16,1% em 2005). As lavouras permanentes regionais aumentaram a sua participação no VBP nacional de forma mais intensa (28,3% em 2006 e 24,9% em 2005) do que as lavouras temporárias (14,8% em 2006 e 13,5% em 2005). Em relação a 2005, das vinte e quatro lavouras permanentes registradas na Tabela 32, cinco apresentaram crescimento das quantidades (algodão arbóreo, castanha-de-caju, coco-da-baía, guaraná e uva) e oito tiveram aumento dos preços (abacate, banana, coco-da-baía, laranja, limão, pimenta-do-reino, sisal e tangerina), resultando em dez lavouras com aumento final no VBP, dentre as quais as cinco de maior VBP foram a banana, o coco-da-baía, a laranja o sisal e a castanha-de-caju. Já entre as vinte e uma lavouras temporárias, também em relação ao ano de 2005, dez tiveram aumento nas quantidades e somente quatro nos preços. Entretanto, dez culturas apresentaram um aumento final no VBP: abacaxi, algodão herbáceo, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mamona, milho, soja, e sorgo (Tabela 32).

Tabela 31 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP): 2005 e 2006

Produtos	Produção			Preços Médios Reais (base outubro/2006, pelo IGP - DI)			Valor Bruto da Produção (VBP) R\$ Milhões		Variação	
	Unidade	2005	2006	Unidade	2005	2006	2005	2006	%	Abs.
Agrícolas							101.518,0	99.259,8	-2,22	-2.258,2
Algodão em Caroto	mil t	3.427,0	1.685,0	kg	1,03	0,95	3.531,0	1.600,6	-54,70	-1.930,4
Amendoim	mil t	302,0	268,0	kg	1,01	0,94	304,1	252,0	-17,10	-52,1
Arroz	mil t	13.228,0	11.579,0	kg	0,51	0,45	6.807,8	5.258,2	-22,80	-1.549,6
Banana	mi cach de 10 dúzias	705,0	713,0	dúzia	0,65	0,64	4.548,5	4.568,6	0,40	20,1
Batata Inglesa	mil t	3.128,0	3.126,0	kg	0,67	0,65	2.093,1	2.039,4	-2,60	-53,7
Cacau (em amêndoa)	mil t	236,0	204,0	15 kg	56,73	48,19	892,6	655,4	-26,60	-237,2
Café Beneficiado	mil sacas de 60kg	32.944,0	41.573,0	60 kg	294,89	247,78	9.714,8	10.301,0	6,00	586,2
Cana-de-açúcar	mil t	422.926,0	457.984,0	t	32,42	39,28	13.713,2	17.988,6	31,20	4.275,4
Cebola	mil t	1.099,0	1.168,0	kg	0,62	0,52	680,7	610,5	-10,30	-70,2
Feijão	mil t	3.046,0	3.473,0	kg	1,35	1,23	4.104,9	4.266,3	3,90	161,4
Fumo	mil t	894,0	908,0	kg	4,57	4,69	4.086,5	4.260,2	4,30	173,7
Laranja	milhões de caixas	437,8	442,5	cx	7,33	9,58	3.207,5	4.240,9	32,20	1.033,4
Mamona	mil t	210,0	104,0	kg	0,70	0,56	147,3	58,6	-60,20	-88,7
Mandioca	mil t	25.725,0	26.662,0	t	177,96	165,79	4.578,1	4.420,3	-3,40	-157,8
Milho	mil t	35.007,0	41.682,0	kg	0,30	0,26	10.499,7	10.732,0	2,20	232,3
Sisal	mil t	207,0	247,0	kg	0,96	1,06	197,8	260,7	31,80	62,9
Soja	mil t	51.452,0	53.414,0	kg	0,51	0,42	26.106,2	22.418,2	-14,10	-3.688,0
Tomate	mil t	3.397,0	3.278,0	kg	0,94	0,87	3.188,5	2.863,2	-10,20	-325,3
Trigo	mil t	5.846,0	4.873,0	kg	0,36	0,33	2.101,6	1.624,9	-22,70	-476,7
Uva	mil t	1.247,0	1.228,0	kg	0,81	0,68	1.014,2	840,3	17,10	-173,9
Pecuários							72.448,3	68.411,1	-5,57	-4.037,2
Carne Bovina, Eq.Cab.	mil t	8.750	8.900	15 kg	53,53	49,86	31.227,9	29.580,8	-5,30	-1.647,1
Frango	mil t	9.297	9.895	kg	1,89	1,71	17.612,4	16.906,2	-4,00	-706,2
Leite	milhões de litros	25.000	25.750	litro	0,53	0,47	13.250,0	12.201,5	-7,90	-1.048,5
Ovos	mil cx de 30 dúzias	68.440	74.894	dúzia	1,52	1,40	3.466,9	3.506,9	1,20	40,0
Suínos	mil t	2.708	2.885	15 kg	38,17	32,32	6.891,2	6.215,8	-9,80	-675,4
Total							173.966,3	167.671,0	-3,6	-6.295,3

Fonte: CNA (2007b).

Tabela 32 – Nordeste: Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP): 2005 E 2006

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço		VBP (mil reais)	
		2005	2006	2005	2006	2005	2006
Lavoura Temporária (a)							
Brasil						87.570.088	89.019.254
Nordeste						11.788.371	13.213.257
Abacaxi	Mil frutos	699.943	732.164	0,50	0,53	352.283	390.749
Algodão Herbáceo (em caroço)	Tonelada	887.398	1.073.837	1,29	1,10	1.141.194	1.180.489
Alho	Tonelada	7.468	7.464	1,82	1,82	13.558	13.551
Amendoim (em casca)	Tonelada	11.119	13.326	1,11	1,17	12.336	15.628
Arroz (em casca)	Tonelada	1.109.130	1.246.996	0,65	0,59	722.330	740.950
Batata - doce	Tonelada	189.144	189.144	0,39	0,39	72.820	72.820
Batata - inglesa	Tonelada	169.596	158.016	0,99	0,82	168.395	129.621
Cana-de-açúcar	Tonelada	65.867.123	65.286.758	0,03	0,04	1.761.177	2.464.068
Cebola	Tonelada	251.927	236.181	1,13	0,89	284.520	209.151
Fava (em grão)	Tonelada	13.115	13.115	1,36	1,36	17.836	17.836
Feijão (em grão)	Tonelada	1.027.447	1.281.435	1,45	1,51	1.490.006	1.934.909
Fumo (em folha)	Tonelada	33.310	31.425	2,90	1,53	96.682	48.133
Mamona (baga)	Tonelada	86.194	162.078	0,94	0,66	81.080	106.866
Mandioca	Tonelada	9.674.448	10.086.714	0,16	0,14	1.568.982	1.401.988
Melancia	Tonelada	517.452	517.452	0,27	0,27	139.350	139.350
Melão	Tonelada	320.819	320.819	0,69	0,69	221.173	221.173
Milho (em grão)	Tonelada	3.176.447	4.043.663	0,43	0,42	1.369.722	1.708.725
Soja (em grão)	Tonelada	3.466.628	4.204.578	0,45	0,42	1.571.538	1.774.523
Sorgo Granífero (em grão)	Tonelada	138.998	192.765	0,62	0,62	86.568	120.054
Tomate	Tonelada	517.784	517.083	1,19	1,01	615.464	521.415
Trigo (em grão)	Tonelada	3.715	3.715	0,36	0,34	1.356	1.257
Lavoura Permanente (b)							
Brasil						26.256.827	23.302.622
Nordeste						6.535.675	6.584.473
Abacate	Tonelada	9.074	9.074	0,89	0,94	8.088	8.489
Algodão Arbóreo (em caroço)	Tonelada	675	925	1,11	1,11	746	1.022
Banana	Tonelada	2.829.753	2.777.471	0,42	0,51	1.190.654	1.402.924
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	23.975	23.975	1,61	1,61	38.638	38.638
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	135.925	128.711	3,52	3,01	478.728	387.654
Café (beneficiado)	Tonelada	181.164	145.998	4,99	4,19	903.749	611.975
Caqui	Tonelada	55	55	2,40	2,40	132	132
Castanha-de-caju	Tonelada	236.140	252.768	1,11	1,11	262.564	281.053
Côco-da-baía	Mil frutos	1.300.626	1.462.584	0,42	0,57	543.073	827.394
Dendê (côco)	Tonelada	171.044	171.044	0,17	0,17	29.077	29.077
Goiaba	Tonelada	216.445	216.445	0,47	0,47	101.772	101.772
Guaraná (semente)	Tonelada	1.405	2.089	1,27	1,27	1.785	2.654
Laranja	Tonelada	1.786.009	1.650.164	0,28	0,37	505.055	613.301
Limão	Tonelada	75.217	75.217	0,87	1,15	65.545	86.275
Mamão	Tonelada	890.862	890.862	0,80	0,69	714.280	614.116
Manga	Tonelada	610.177	610.177	0,73	0,64	442.683	391.345
Maracujá	Tonelada	209.401	209.401	1,12	1,09	233.947	228.301
Marmelo	Tonelada	70	70	3,50	3,50	245	245
Palmito	Tonelada	1.698	1.698	1,65	1,65	2.803	2.803
Pimenta-do-reino	Tonelada	3.988	3.768	5,06	5,25	20.193	19.791
Sisal ou Agave (fibra)	Tonelada	247.558	215.164	1,08	1,51	267.569	325.680
Tangerina	Tonelada	40.651	40.651	0,70	0,87	28.537	35.187
Urucum (semente)	Tonelada	3.586	3.586	1,57	1,57	5.612	5.612
Uva	Tonelada	245.521	247.624	2,81	2,30	690.197	569.031
Agricultura (c)							
Brasil						113.826.915	112.321.876
Nordeste						18.324.046	19.797.730
Pecuária (d)							
Brasil						73.535.547	69.437.948
Nordeste						4.379.442	4.556.419
Carne Bovina	Tonelada	745.071,4	802.147,8	3,62	3,37	2.698.996	2.706.101
Frango	Tonelada	116.765,5	256.851,6	1,92	1,73	224.520	445.433
Leite	Milhões de Litros	1.455,7	1.511,1	0,54	0,48	783.122	726.787
Ovos	Mil Cx. de	10.686,1	11.693,9	1,54	1,43	549.442	555.781
Suínos	30 dúzias						
	Tonelada	47.760,1	55.932,7	2,58	2,19	123.362	122.317
Agropecuária							
Brasil						187.362.462	181.759.823
Nordeste						22.703.488	24.354.148
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura Temporária (a)						13,46	14,84
Lavoura Permanente (b)						24,89	28,26
Agricultura (c = a + b)						16,10	17,63
Pecuária (d)						5,96	6,56
Agropecuária (c + d)						12,12	13,40

Fonte: Elaboração própria. Dados originais de BNB (2007); CNA (2007b); FGV (2007) e IBGE (2007a; 2007b).

3.5.3.2 - Balança comercial do agronegócio

A inclusão, pelo Ministério da Agricultura, das informações relativas aos meses de novembro e dezembro confirmou, para o ano de 2006, os efeitos da valorização do real frente ao dólar, também, sobre a balança comercial do agronegócio. Na comparação de 2006 com 2005, destaca-se o crescimento mais elevado das importações que das exportações, seja para as balanças totais brasileira (enquanto as importações cresceram 24,2% as exportações aumentaram 16,2%) ou nordestina (as importações cresceram 40,8% e as exportações 10,1%), seja para as balanças do agronegócio nacional (importações crescendo 31,0% e as exportações aumentando 13,4%) ou regional (como as importações cresceram 43,0%, face a um aumento de 10,3% das exportações) (Tabela 33).

Tabela 33 – Nordeste: Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2005 e 2006 (R\$ milhões)
Dados de janeiro a dezembro de cada ano

Região/Estado	2005			2006		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	118.308,3	73.551,4	44.756,9	137.469,7	91.383,9	46.085,8
Brasil – Agroneg.(b)	43.589,0	5.110,1	38.478,9	49.421,8	6.695,0	42.726,9
Nordeste – Total (c)	10.554,3	6.308,2	4.246,1	11.620,8	8.882,8	2.738,0
Nordeste – Agroneg. (d)	3.974,5	615,4	3.359,1	4.383,1	880,4	3.502,7
Alagoas	521,6	11,6	510,0	641,5	20,6	620,9
Bahia	1.554,3	167,4	1.386,9	1.802,4	236,8	1.565,6
Ceará	708,7	120,5	588,2	703,1	208,6	494,5
Maranhão	246,1	15,6	230,5	252,7	17,6	235,2
Paraíba	170,1	26,3	143,9	136,9	51,3	85,6
Pernambuco	396,4	219,9	176,5	448,1	270,5	177,6
Piauí	51,5	3,4	48,0	38,7	3,4	35,4
Rio Grande do Norte	284,6	25,7	258,8	303,0	45,8	257,2
Sergipe	41,2	25,0	16,3	56,6	25,8	30,8
VARIAÇÕES 2006/2005						
Brasil – Total				16,2	24,2	3,0
Brasil – Agroneg.				13,4	31,0	11,0
Nordeste – Total				10,1	40,8	-35,5
Nordeste – Agroneg.				10,3	43,0	4,3
Alagoas				23,0	77,6	21,7
Bahia				16,0	41,4	12,9
Ceará				-0,8	73,2	-15,9
Maranhão				2,7	12,7	2,0
Paraíba				-19,5	95,4	-40,5
Pernambuco				13,0	23,0	0,6
Piauí				-24,7	-2,3	-26,3
Rio Grande do Norte				6,5	77,9	-0,6
Sergipe				37,4	3,5	89,4
RELAÇÕES						
b/a	36,8	6,9	86,0	36,0	7,3	92,7
d/c	37,7	9,8	79,1	37,7	9,9	127,9
d/b	9,1	12,0	8,7	8,9	13,1	8,2

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados originais do Ministério da Agricultura e SISCOMEX.

Tanto para o Brasil quanto para o Nordeste, os saldos dos agronegócios cresceram mais que os saldos das balanças comerciais totais: 11,0% contra 3,0%, para o Brasil e 4,3% contra -35,5% para o Nordeste. À primeira vista, esses resultados podem parecer um retrocesso rumo a uma economia agroexportadora, mas há que se levar em conta que o conceito de agronegócios incorpora produtos processados – alguns deles produzidos com acentuado padrão tecnológico, como é o caso do café descafeinado e de essências produzidas a partir da casca da laranja²⁴ – e ainda que, atualmente, as atividades agroexportadoras tendem a ser vistas com outros olhos, especialmente pelos seus impactos ambientais, de forma que esse julgamento só deve ser feito com uma análise dos produtos da pauta.

Com exportações de US\$ 4,38 bilhões, importações de US\$ 0,88 bilhão e saldo de US\$ 3,5 bilhões em 2006, o agronegócio nordestino manteve-se praticamente no mesmo patamar de importância dentro da balança do agronegócio nacional, posto que o seu saldo passou a representar 8,2% do saldo nacional em 2006, quando no ano anterior representava 8,7%. Esse pequeno recuo deveu-se, principalmente, ao fato de as importações regionais terem crescido bem mais que as nacionais: 43,0% contra 31,0%, provavelmente em virtude da valorização do real. As importações de couros e peles bovinos – importante insumo para a indústria calçadista local, passaram de US\$ 3,7 mil para US\$ 275,2 mil, apenas no Estado de Pernambuco. Considerando que a indústria calçadista utiliza-se do regime de *drawback* (eliminação de tributos sobre insumos importados para utilização em produtos exportados), a valorização do real deve deslocar fortemente as aquisições de matéria-prima nacional.

Enquanto o saldo comercial do agronegócio nordestino cresceu 4,3% em relação a 2005, passando de US\$ 3.359,1 para US\$ 3.502,7 milhões, o saldo comercial total – que era de US\$ 4.246,1 milhões – diminuiu 35,5%, fechando o ano de 2006 em US\$ 2.738,0 milhões.

Bahia, Alagoas e Ceará são responsáveis por 76,5% do saldo comercial no agronegócio nordestino (Gráfico 17). Esses mesmos Estados são, também, os que mais se destacam nas exportações, com o Ceará à frente de Alagoas. Já nas importações destaca-se o Estado de Pernambuco, à frente da Bahia e do Ceará.

Quanto ao desempenho em relação a 2005, Sergipe foi o Estado que mais aumentou o saldo do agronegócio (89,4%) porque foi também o que mais cresceu em exportações (37,4%). O maior aumento das importações foi registrado pela Paraíba (95,4%).

As exportações de suco de laranja do Estado de Sergipe passaram de US\$ 24,5 milhões em 2005 para US\$ 33,6 milhões, em 2006, o que representou um crescimento de 37,1% no período. Vale salientar que as exportações de suco de laranja representaram 59,4% do valor exportado pelo Estado (US\$ 56,6 milhões).

O crescimento das importações da Paraíba teve dois destaques: as importações de fios, linhas e tecidos de algodão passaram de US\$ 0,7 milhão para US\$ 9,7 milhões (um aumento de 1.235,2%). Esse item, sozinho, representou 18,9% do total das importações do Estado (US\$ 51,3 milhões). Já a importação de calçados de couro, praticamente inexistentes em 2005, alcançou o montante de US\$ 1,2 milhão, fazendo com que o setor²⁵ couros, produtos de couro e peleteria crescesse 808,6% em relação a 2005. ●

²⁴ Para fazer um contraponto com produtos como o café em grão e o suco de laranja.

²⁵ São 25 os setores utilizados pelo Ministério da Agricultura na base de dados Agroestat: Animais vivos; Bebidas; Cacau e seus produtos; Café; Carnes; Cereais, farinhas e preparações; Chá mate e especiarias; Complexo soja; Complexo sucroalcooleiro; Couros, produtos de couro e peleteria; Demais produtos de origem animal; Demais produtos de origem vegetal; Fibras e produtos têxteis; Frutas inclusive nozes e castanhas; Fumo e seus produtos; Lácteos; Pescados; Plantas vivas e produtos de floricultura; Produtos apícolas; Produtos florestais; Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos; Produtos oleaginosos exclusive soja; Rações para animais; Sucos de fruta.

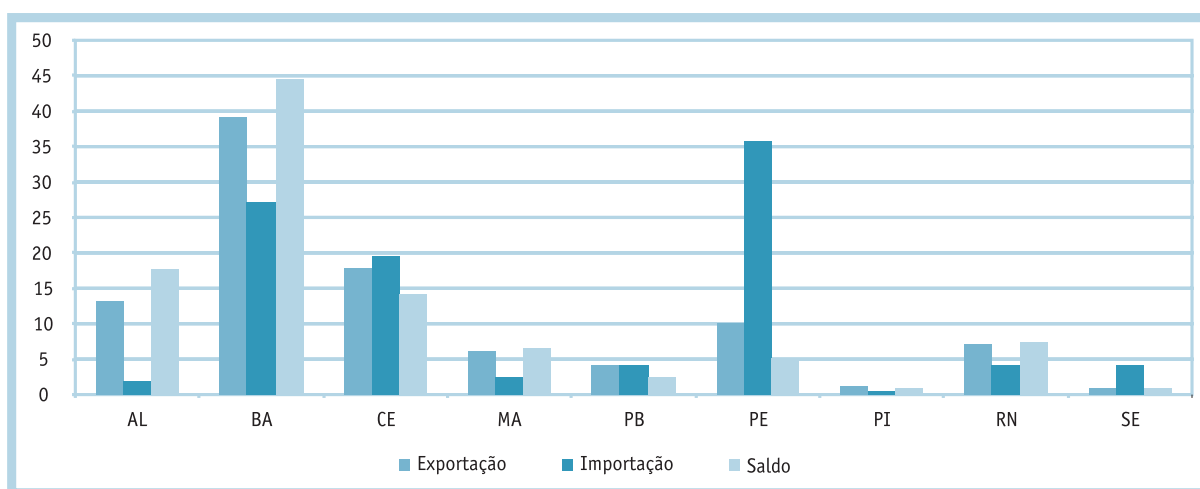


Gráfico 17 – Nordeste: Participação (%) dos Estados nas Exportações, Importações e no Saldo da Balança Comercial do Agronegócio – Jan-Dez/2006

Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados do Ministério da Agricultura

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

4.1 - Emprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE (2007t), estimou em 9,3% a taxa de desocupação²⁶ em janeiro de 2007, no agregado das regiões pesquisadas²⁷, o que representou elevação de 0,9 ponto percentual na comparação com dezembro último (Gráfico 22). Esse resultado está associado, principalmente, segundo os dados da Pesquisa, à queda no contingente de ocupados do grupamento de atividades indicado por comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis, que é devida, em especial, a motivos sazonais relacionados ao término das festas de fim de ano. A taxa de desocupação de janeiro permaneceu praticamente estável em relação ao mesmo mês de 2006, com 9,2%, que havia sido a menor taxa para o mês de janeiro nos últimos quatro anos.

As regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas, Recife e Salvador, continuam apresentando taxas de desocupação superiores

às observadas para o agregado das regiões metropolitanas, como aponta o Gráfico 18; mas, em 2007, foram registradas as menores taxas dos últimos quatro anos para o mês de janeiro. Vale destacar que as duas RMs nordestinas têm apresentado ininterruptamente, há cada mês, as duas maiores taxas de desocupação, entre as regiões pesquisadas, há mais de dois anos.

O número de pessoas desocupadas, no conjunto das Regiões Metropolitanas, segundo os dados da PME, foi estimado em 2,1 milhões, em janeiro de 2007, significando elevação em relação ao mês anterior (10,7%), e estabilidade na comparação com janeiro de 2006 (Gráfico 19).

Para a RM de Recife, a PME indicou elevação na taxa de desocupação, que passou de 10,4%, em dezembro, para 11,6% em janeiro. Esse resultado pode ser atribuído principalmente a quedas nos contingentes de pessoas ocupadas nos setores de construção e comércio, segundo os dados da Pesquisa.²⁸ Já na comparação com

²⁶ Relação entre desocupados procurando trabalho e população economicamente ativa. Foram classificadas, pelo IBGE, como desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando e permaneciam disponíveis para trabalhar na semana de referência e tinham tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa. A população economicamente ativa (PEA) compreende as pessoas ocupadas, com trabalho remunerado ou não, e as desocupadas na semana de referência. A PEA é o contingente de pessoas na força de trabalho. Vale destacar que os valores apresentados levam em conta pessoas com 10 anos ou mais de idade, ou seja, pessoas em idade ativa.

²⁷ Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

²⁸ A PME considera a população ocupada distribuída pelos seguintes grupamentos de atividades: i) indústria extrativa, de transformação e de distribuição de eletricidade, gás e água; ii) construção; iii) comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis; iv) serviços prestados a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira; v) educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social; vi) serviços domésticos; e vii) outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais).

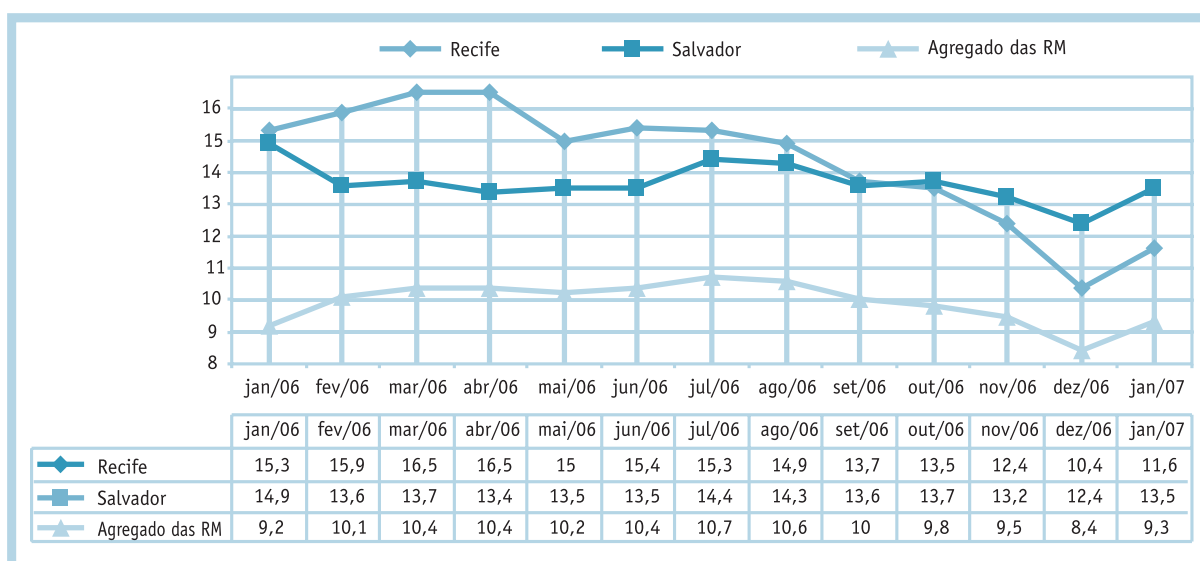


Gráfico 18 – Taxa de Desocupação para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador (Jan./06 - Jan./07)

Fonte: IBGE (2007q). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE – Conjuntura Econômica.

o mesmo mês do ano anterior, constatou-se um recuo de 3,7 pontos percentuais na taxa de desocupação, em especial por conta da elevação no contingente de ocupados nos setores de serviços relacionados ao turismo. Em termos do contingente de desocupados, que, em janeiro de 2007, ficou em 174 mil, não houve variação significativa no confronto com dezembro, mas apresentou redução de 24,5% na comparação com janeiro de 2006. Os maiores percentuais no contingente de desocupados encontram-se entre mulheres (51,2%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (53,6%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (50,6%). Dos desocupados, 48,0% tinham tempo de procura por emprego entre 31 dias a menos de 6 meses.

Para a RM de Salvador, a taxa de desocupação em janeiro de 2007 foi estimada em 13,5%, contra 12,4% em dezembro de 2006, e 14,9% em janeiro de 2006. A elevação mensal da taxa não foi provocada por algum grupamento de atividade em especial, segundo a pesquisa, mas a queda anual foi provocada pela redução no contingente de ocupados do grupamento de atividades denominado serviços prestados a empresas, alu-

guéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira. Salvador vem apresentando a maior taxa de desocupação, entre as regiões pesquisadas, nos últimos quatro meses (ver tabela 34). O contingente de pessoas desocupadas em Salvador, referente a janeiro de 2007, foi estimado em 231 mil, um crescimento de 9,2% em relação a dezembro último, mas estável na comparação anual. Os maiores percentuais no contingente de desocupados encontram-se entre as mulheres (58,3%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (47,3%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (49,9%). Dos desocupados, 43,1% tinham tempo de procura por emprego entre 31 dias e menos de 6 meses.

Fazendo uma comparação da população desocupada, em suas características, entre as RMs de Recife e Salvador, temos que, entre os desocupados, há preponderância, em Recife, de homens, 48,8% contra 41,7% em Salvador, de meia idade (25 a 49 anos), 53,6% em Recife contra 47,3% em Salvador, e mais alto nível de instrução (11 anos ou mais de estudo), 50,6% em Recife contra 49,9% em Salvador. A população desocupada apresenta um maior

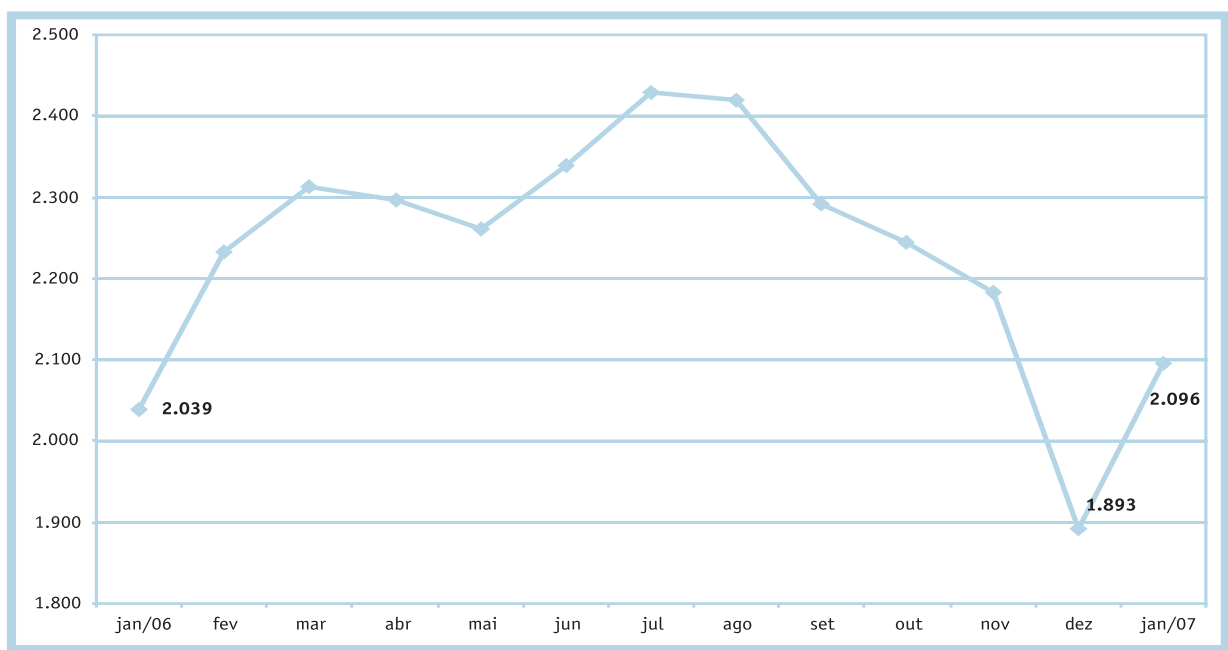


Gráfico 19 – População Desocupada Total (em mil pessoas)

Fonte: IBGE (2007t).

Tabela 34 – Taxa de Desocupação: Janeiro 2007

Regiões Metropolitanas	Taxa
Recife	11,6
Salvador	13,5
Belo Horizonte	8,4
Rio de Janeiro	6,6
São Paulo	10,1
Porto Alegre	8,1

Fonte: IBGE (2007t).

percentual de pessoas com mais alto nível de instrução (51,4%), no conjunto das regiões metropolitanas, comparativamente às RMs nordestinas pesquisadas.

Uma comparação das taxas de desocupação mensais, ao longo do ano de 2006, com os respectivos meses de 2005, é possível com base na Tabela abaixo. Para o conjunto das Regiões Metropolitanas, as taxas mensais de 2006 se mostraram menores do que aquelas de 2005 durante o primeiro semestre, comportamento que se mostrou inverso ao longo dos meses seguintes. Esse resultado pode ser explicado pelo crescimento mais pronunciado da atividade econômica no primeiro trimestre de 2006 (3,3%), e pela expansão industrial ocorrida no segundo trimestre (4,8%), resultado do aumento do inves-

timento no primeiro semestre do ano (9,0%), em relação ao mesmo período de 2005. Diferentemente do que ocorreu para o conjunto das Regiões Metropolitanas, no caso das RMs nordestinas pesquisadas, Recife e Salvador, as taxas de desocupação mensais em 2006 foram menores nos últimos meses do ano, em relação aos respectivos meses de 2005, provavelmente pelo efeito retardado do aquecimento da economia sobre as regiões industriais periféricas.

No conjunto das Regiões Metropolitanas pesquisadas, o contingente da população ocupada (20,5 milhões, em janeiro de 2006) apresentou declínio na comparação com dezembro (-1,2%), puxado pelo grupamento comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio e varejo de

Tabela 35 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana (%), 2005-2006

Mês	Total		Recife		Salvador	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Jan	10,2	9,2	12,2	15,3	15,8	14,9
Fev	10,6	10,1	13,2	15,9	15,6	13,6
Mar	10,8	10,4	14,1	16,5	15,7	13,7
Abr	10,8	10,4	13,0	16,5	17,0	13,4
Mai	10,2	10,2	12,8	15,0	15,9	13,5
Jun	9,4	10,4	9,6	15,4	14,7	13,5
Jul	9,4	10,7	12,7	15,3	15,7	14,4
Ago	9,4	10,6	13,4	14,9	15,5	14,3
Set	9,6	10,0	15,0	13,7	15,2	13,6
Out	9,6	9,8	14,3	13,5	14,9	13,7
Nov	9,6	9,5	14,7	12,4	15,0	13,2
Dez	8,3	8,4	13,9	10,4	14,6	12,4

Fonte: IBGE (2007t).

combustíveis, e crescimento em relação a janeiro de 2006 (2,6%), puxado pelo grupamento serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, e pelo grupamento outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais), que inclui, significativamente, atividades relacionadas ao turismo.

A população ocupada estimada em Recife, em janeiro de 2007, foi de 1.335 mil pessoas, apresentando estabilidade em relação ao mês anterior, mas um aumento de 3,9% na comparação com janeiro de 2006, provocado principalmente pelo grupamento denominado outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais). Há preponderância, entre os ocupados, de homens (57,4%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (66,1%) e com 11 anos ou mais de estudo (51,8%). Com relação ao tempo de permanência no trabalho, a PME indicou que 67,5% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos. Das pessoas ocupadas, em Recife, 48,7% estavam ligadas a estabelecimentos de maior porte, com 11 ou mais pessoas, enquanto que nos estabelecimentos de pequeno porte, de 1 a 5 pessoas, encontravam-se 44,4% dos ocupados (Tabela 36).

A população ocupada na Região Metropolitana de Salvador foi estimada em 1.485 mil pessoas. Esse resultado significou estabilidade na comparação com dezembro de 2006, e crescimento na comparação anual (4,2%), provocado principalmente pelo grupamento comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis. Há preponderância, entre os ocupados, de homens (53,0%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (65,6%) e com 11 anos ou mais de estudo (54,9%). Com relação ao tempo de permanência no trabalho, a PME indicou que 67,8% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos. A maior parcela dos trabalhadores ocupados em Salvador (50,3%) encontram-se em estabelecimentos de maior porte, com 11 pessoas ou mais (Tabela 36).

A População Ocupada Ativa (POA), para o conjunto das Regiões pesquisadas, também é indicada na Tabela acima, para efeito de comparação. A POA compreende as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência da pesquisa. A População Ocupada, por sua vez, é formada pela POA e pelas pessoas que estavam temporariamente afastadas de trabalho remunerado²⁹.

²⁹ Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, licença remunerada pelo empregador, más condições de tempo ou outros fatores ocasionais.

Tabela 36 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%): Janeiro 2007

Mês de Janeiro	Total	Recife	Salvador	POA*
Sexo				
Masculino	56,0	57,4	53,0	55,7
Feminino	44,0	42,6	47,0	44,3
Faixa Etária				
10 a 14 Anos	0,2	0,4	0,4	0,2
15 a 17 Anos	1,7	1,5	1,5	2,3
18 a 24 Anos	15,8	14,7	15,9	16,1
25 a 49 Anos	63,2	66,1	65,6	63,1
50 anos ou Mais	19,1	17,3	16,5	18,2
Anos de Estudo				
Sem Instrução e Menos de 1 Ano	1,9	3,6	2,1	1,3
1 a 3 Anos	5,0	5,6	5,7	4,4
4 a 7 Anos	21,6	22,9	18,8	25,4
8 a 10 Anos	17,9	15,6	18,4	19,8
11 Anos ou Mais	53,5	51,8	54,9	49,0
Tamanho do Empreendimento				
1 a 5 Pessoas	37,2	44,4	43,3	35,5
6 a 10 Pessoas	6,1	6,9	6,4	5,6
11 ou Mais Pessoas	56,6	48,7	50,3	58,9
Tempo de Permanência no Trabalho				
Atê 30 Dias	1,9	2,3	2,3	2,6
De 31 Dias a Menos de 1 Ano	18,2	19,9	19,2	20,5
De 1 Ano a Menos de 2 Anos	11,9	10,3	10,7	11,3
2 Anos ou Mais	68,1	67,5	67,8	65,6

Fonte: IBGE (2007t).

Nota: (*) POA é a População Ocupada Ativa. A População Ocupada é formada pela POA e pelas pessoas que estavam temporariamente afastadas de trabalho remunerado.

Fazendo uma comparação da população ocupada, em suas características, entre as RMs de Recife e Salvador, temos que, entre os ocupados, há preponderância em Recife de homens (57,4%) contra 53,0% em Salvador, de meia idade (25 a 49 anos), 66,1% em Recife contra 65,6% em Salvador, e nível médio de instrução (4 a 7 anos de estudo), 22,9% em Recife contra 18,8% em Salvador. Em relação ao conjunto das regiões metropolitanas, a população ocupada na RM de Salvador apresenta um maior percentual de pessoas com alto nível de instrução (11 anos ou mais de estudo), enquanto que o percentual é menor na RM de Recife.

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que responde por 41,7% da população ocupada no conjunto das Regiões Metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, apresentou estabilidade em relação a dezembro passado, mas elevou-se em 4,1% frente a janeiro de 2006. No Nordeste, os trabalhadores com

carteira assinada representam 35,0% e 37,2% da população ocupada nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, respectivamente (Tabela 37). Em Recife, o contingente de trabalhadores “com carteira” apresentou estabilidade em relação a dezembro de 2006, e um aumento de 6,7% na comparação anual. Em Salvador, houve estabilidade, tanto na comparação anual como naquela com dezembro passado.

Na Região Metropolitana de Fortaleza, destaca-se a pesquisa denominada Ocupação e Desemprego em Fortaleza, realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT (2007), entidade cuja atribuição, estabelecida pelo Poder Executivo estadual, é executar políticas públicas nas áreas do trabalho e empreendedorismo. Tal Pesquisa é uma importante fonte de dados para investigação do emprego e rendimento em uma das três principais Regiões Metropolitanas do Nordeste, tendo em vista que o IBGE, por meio de sua PME, não inclui a RM de Fortaleza em sua

Tabela 37 – Distribuição da População Ocupada, por Região Metropolitana, segundo a Posição Ocupada (%): Janeiro 2007

Distribuição da População Ocupada por Posição na Ocupação	TOTAL	REC	SAL	POA
Com Carteira no Setor Privado	41,7	35,0	37,2	43,9
Sem Carteira no Setor Privado	14,4	15,4	13,4	14,0
Conta própria	19,6	21,6	22,2	18,0
Empregador	4,8	4,0	4,2	4,8

Fonte: IBGE (2007t).

abrangência. As diferenças metodológicas das duas pesquisas impedem quaisquer comparações teoricamente consistentes entre os números estimados para a RM de Fortaleza e aqueles apresentados pelo IBGE para as RMs de Recife e Salvador. Mas, em termos temporais, a análise de evolução do emprego na RM de Fortaleza é de grande valia.

Dessa forma, os números apresentados na pesquisa Ocupação e Desemprego em Fortaleza mostram que as taxas de ocupação mantêm uma tendência de alta por seis meses consecutivos, atingindo 44,44% em dezembro de 2006, ou 912.472 pessoas. A taxa de desemprego, por

sua vez, que apresentou certa estabilidade no último trimestre de 2006, tendo sido estimada em 13,24% registrando, em dezembro, novo declínio em termos anuais, situando-se em patamar inferior ao observado no mês de dezembro dos últimos seis anos. Essas maiores oportunidades de trabalho vieram acompanhadas de níveis mais expressivos de informalidade no mercado, segundo a pesquisa. Adicionalmente, a evolução anual das taxas não pode ser atribuída a algum setor em particular, pois não foram registradas alterações estatisticamente significativas na composição setorial da ocupação, ao menos em relação a 2005.

4.2 - Rendimento

Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE em janeiro de 2007, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores atingiu R\$ 1.066,10, representando recuo de 1,2% em relação a dezembro último, por conta principalmente do grupamento de atividades serviços prestados a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira. Essa redução mensal foi sofrida particularmente por trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado (-1,5%). Vale destacar que o nível de ocupação, acompanhando o rendimento, recuou 1,2%, em relação a dezembro. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o rendimento real teve um incremento de 4,7%, puxado principalmente pelo setor de construção, no qual os rendimentos reais cresceram

13,5%. Os benefícios mostraram-se maiores para trabalhadores por conta própria, cuja renda média cresceu 5,5%. O rendimento médio apresentou crescimento anual (4,7%) acima do mostrado para a ocupação, que foi de 2,6%. Vale destacar que, na comparação anual, o comportamento do rendimento foi de elevação em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas.

A Região Metropolitana de Recife exibiu um incremento de 1,3% no rendimento médio real em relação a dezembro, e de 9,1% em relação a janeiro de 2006. Para a RM de Salvador, foi verificado um recuo nos rendimentos na comparação com dezembro (-3,9%), e aumento na comparação com janeiro de 2006 (1,7%). A RM de Salvador vem apresentando queda do rendimento nos últimos quatro meses (Gráfico 20).

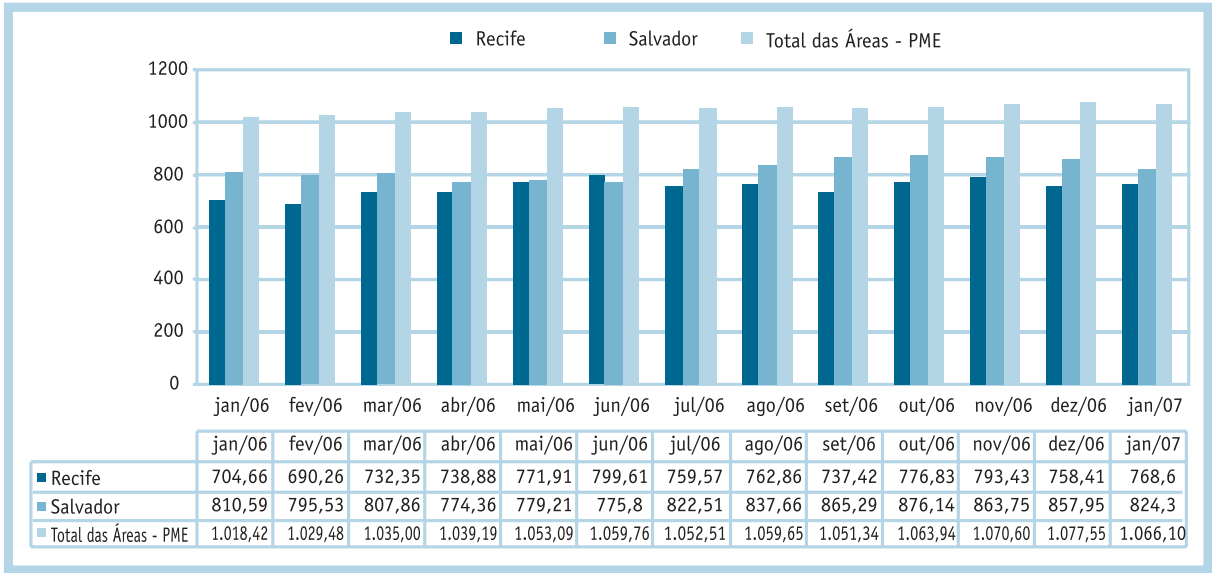


Gráfico 20 – Rendimento Médio Real (R\$ 1,00) Habitualmente Recebido para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador (Jan. 06/Jan. 07)

Fonte: IBGE (2007t). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Na RM de Recife, no que tange às variações mensais do rendimento segundo as categorias de posição na ocupação, houve redução nos rendimentos médios habituais para os empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada (-4,5%), “sem carteira” (-3,7%) e para os trabalhadores por conta própria (-1,3%), alcançando em janeiro, respectivamente, R\$ 660,14, R\$ 391,80 e R\$ 522,50. O aumento dos rendimentos médios recebidos foi provocado exclusivamente pelos ganhos auferidos por empregadores. Na comparação anual, auferiram ganhos os trabalhadores com carteira assinada (10,1%) e os trabalhadores por conta própria (11,4%), enquanto que para os sem carteira assinada, foram verificadas perdas dos rendimentos de 0,7%. Vale destacar que a categoria de ocupação outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais), que foi a que mais contribuiu para a elevação anual do nível de ocupação, apresentou a maior queda percentual nos rendimentos médios reais (-8,5%), o que indica baixa qualificação média do contingente de pessoas que elevou o nível de ocupação.

Na RM de Salvador, houve queda mensal nos rendimentos médios habituais para os empregados com carteira de trabalho assinada (-4,8%) e nos rendimentos dos empregados “sem carteira” (-1,4%), alcançando R\$ 834,90 e R\$ 522,10, respectivamente, em janeiro. Por outro lado, os rendimentos dos trabalhadores por conta própria cresceram 2,7%, para R\$ 616,60. Na comparação anual, todas as categorias auferiram ganhos, empregados com carteira de trabalho assinada (4,9%), trabalhadores “sem carteira” (13,2%) e aqueles por conta própria (10,1%).

Uma comparação do rendimento real mensal médio recebido pela população ocupada ao longo do ano de 2006 com os respectivos meses de 2005 é possível com base na Tabela abaixo. Para o conjunto das Regiões Metropolitanas, as taxas mensais de 2006 se mostraram maiores do que aquelas de 2005 para todos os meses do ano. Esse comportamento também é verificado no caso das Regiões Metropolitanas nordestinas pesquisadas, Recife e Salvador. O resultado pode ser atribuído à expansão da economia em 2006 (3,7%), em especial pelo elevado crescimento da produção industrial, particularmente no segundo trimestre do ano (4,8%).

Tabela 38 – Rendimento Médio Real por Região Metropolitana, 2005-2006 (R\$ 1,00)

Mês	Total		Recife		Salvador	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Jan	995,2	1.018,4	659,4	704,7	746,2	810,6
Fev	1.004,8	1.029,5	683,8	690,3	744,5	795,5
Mar	1.010,0	1.035,0	662,6	732,4	770,7	807,9
Abr	992,3	1.039,2	694,2	738,9	759,0	774,4
Mai	977,5	1.053,1	672,4	771,9	729,5	779,2
Jun	992,3	1.059,8	708,5	799,6	746,4	775,8
Jul	1.017,1	1.052,5	742,5	759,6	770,8	822,5
Ago	1.023,9	1.059,7	743,6	762,9	805,3	837,7
Set	1.023,8	1.051,3	795,1	737,4	832,1	865,3
Out	1.009,5	1.063,9	743,1	776,8	829,8	876,1
Nov	1.013,3	1.070,6	715,0	793,4	833,8	863,8
Dez	1.031,2	1.077,6	717,1	758,4	835,0	858,0

Fonte: IBGE (2007t).

4.3 – Considerações Adicionais sobre a Criação de Empregos Formais

4.3.1 – O desempenho do Brasil

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o ano de 2006 registrou um saldo positivo de 1.228.686 empregos celetistas, resultado da diferença entre o número de admitidos igual a 12.831.149 e desligados, 11.602.463 (BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007b). Esse resultado é ligeiramente inferior ao registrado no ano de 2005 quando o saldo foi de 1.253.981 novos empregos, variação de -2,0%. Vale salientar que esse resultado é o terceiro melhor saldo, registrado pelo CAGED, dos últimos dez anos, inferior apenas a 2004 e 2005.

Setorialmente, no ano de 2006, constata-se que todos os setores registraram saldo positivo no estoque de empregos formais, apesar dos eventos sazonais registrados no mês de dezembro, tais como, entressafra no Centro – Sul do país, o que traz redução no estoque de empregados no complexo agro-industrial, como também o final de período letivo, que tem como consequência uma sensível redução no número

de empregados no setor de Serviços. Entre os setores, os que registraram maior saldo no ano foram: Serviços, saldo de 521.609 empregos formais, redução de 8,4% com relação a 2005; e Comércio, saldo de 336.794 novos empregos, número 13,6% menor que o registrado em 2005. Essa retração no saldo de empregos gerados é fruto de uma sensível diferença no comércio varejista que, em 2006, termina o ano com saldo também positivo de 277.561, porém, com uma redução de -16,2%.

Dados de janeiro de 2007 mostram que a geração de emprego formal no Brasil mantém um bom nível de crescimento, saldo de 105.468 empregos. Comparado a janeiro de 2006, o país aumentou seu saldo em 21,8%. Segundo o próprio CAGED, esse é o segundo melhor resultado da série para o mês de janeiro. Menor apenas que o registrado em 2005, quando o saldo foi de 115.468 empregos formais.

Isto foi obtido graças ao bom desempenho de dois setores, Serviços e Indústria de Transforma-

Tabela 39 – Brasil: Variação Absoluta no Acumulado do Ano do Emprego Formal, segundo os Setores de Atividade Econômica

	Total das Atividades	Extração Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Jan a Dez/03	645.433	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198
Jan a Dez/04	1.523.276	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274
Jan a Dez/05	1.253.981	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878
Jan a Dez/06	1.228.696	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2007b).

ção, saldo de 47.315 e 39.118 postos de trabalho, respectivamente. Esses dois setores juntos representaram 74,0% do total do saldo de empregos formais para o Brasil. Dentre os Estados, o maior responsável pelo saldo dos dois setores foi São Paulo, que responde por 45,0% do total de Serviços e 64,3% do saldo da Indústria de Transformação. Outro fator importante para o crescimento desses dois setores é o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) que, nos últimos três meses, tem superado os US\$ 2 bilhões. Em janeiro de 2007, o fluxo do IDE, somente para os setores de Serviço e Indústria de Transformação, foi da ordem de US\$ 1,2 bilhões. Esse resultado responde por 47,7% do total do fluxo do IDE para o Brasil (IEDI, 2007c).

Quanto às regiões geográficas, em janeiro de 2007, o Sudeste registrou o maior saldo, com 68.425 novas vagas formais. Por sua vez, as regiões Norte e Nordeste assinalaram eliminação de postos de trabalho. A região Nordeste registrou saldo negativo de 22.265 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro de 2007. Esse resultado é atribuído ao período de entressafra, principalmente da cana-de-açúcar, que afeta negativamente todo o complexo agroindustrial da região. Verifica-se que o mês de janeiro é fortemente influenciado por fatores sazonais, já que coincide com o período de entressafra, férias escolares e encerramento do consumo de final de ano.

4.3.2 - Nordeste

Em 2006, o Nordeste apresentou, entre as regiões brasileiras, o terceiro melhor desempenho. A região fechou o ano de 2006 com 166.866 novos empregos formais. Entretanto, esse resultado representa uma queda de -15,3% com relação ao ano anterior. Setores como o calçadista e o têxtil, que possuem forte caráter exportador, foram afetados pela valorização do real, contribuindo para a redução do nível de emprego formal em comparação a 2005. A indústria Extrativa Mineral, em virtude do bom desempenho do setor no ano, assinalou a melhor performance em termos percentuais, com expansão de 74,3% em comparação a 2005. Já a Indústria de Transformação, foi responsável pela criação de 39.422

novos postos de trabalho com carteira assinada. Apenas Agropecuária registrou saldo negativo em 2006, com -3.397 postos de trabalho formal, decorrente de fatores sazonais.

Segundo os dados do Caged, Alagoas demonstrou, em 2006, retomada na criação de novos empregos formais ante 2005, totalizando 12.055 postos de trabalho adicionais. Entre os setores, a Indústria de Transformação e Comércio, a primeira puxada pela indústria alimentícia, apresentaram melhores desempenhos em relação ao ano anterior. Diferentemente do que ocorreu na maioria dos Estados nordestinos, a Construção Civil, no Estado, assinalou saldo negativo de 842 em 2006.

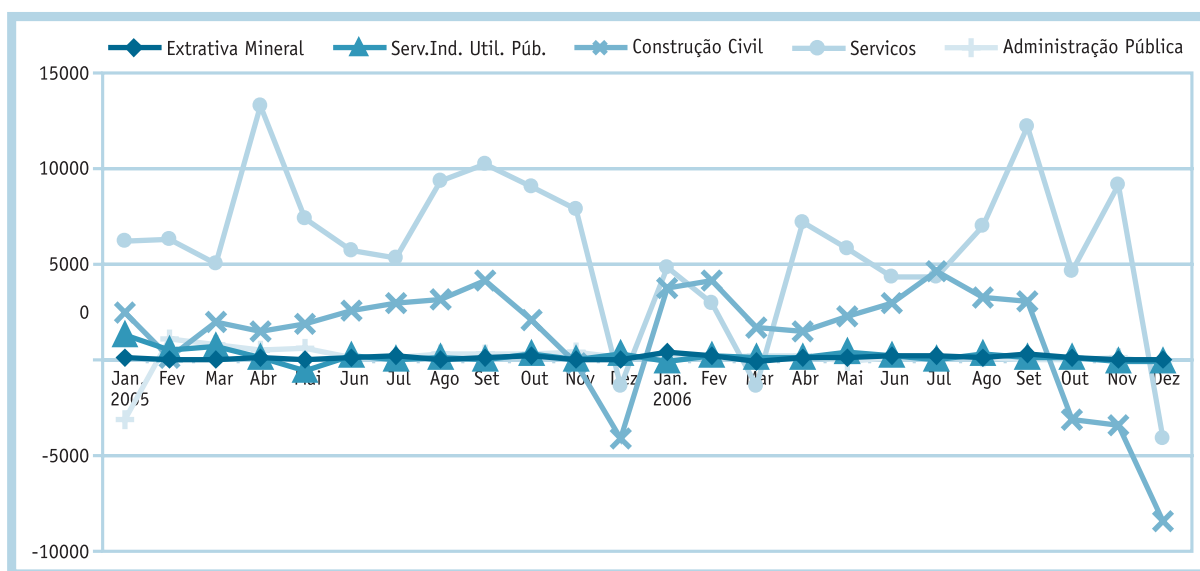


Gráfico 21 – Nordeste: Evolução do Emprego Formal por Setores da Atividade Econômica

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2007b).

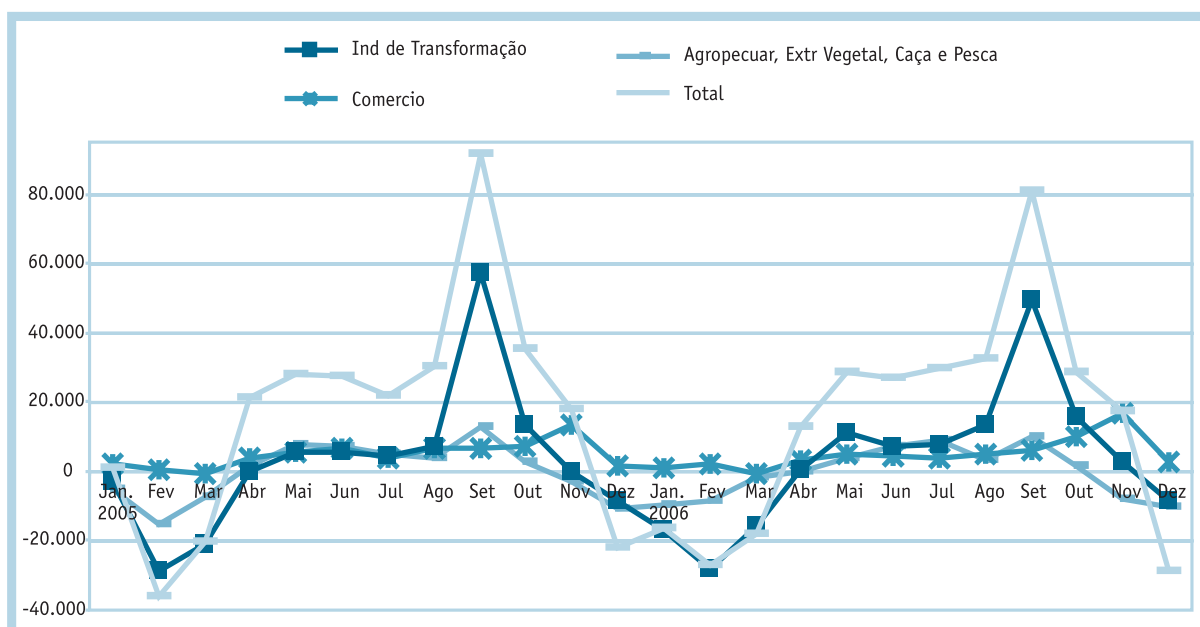


Gráfico 22 – Nordeste: Evolução do Emprego Formal por Setores da Atividade Econômica

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2007b).

Em janeiro de 2007, o Estado de Alagoas apresentou queda da demanda por trabalho, totalizando – 2.562 empregos celetistas. O saldo negativo é característico em janeiro para o Estado, haja vista que corresponde ao período de encerramento da safra da cana-de-açúcar, e, em consequência, as usinas demitem um grande número de trabalhadores.

A criação do emprego formal no Estado da Bahia apresentou, no ano de 2006, um saldo de 25.089 empregos formais, o que representa uma variação de -60,7%, em relação ao ano de 2005, onde o saldo foi de 63.952 empregos. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2007) autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado, através

da divulgação dos dados do Caged, essa redução no número de empregos tem relação direta com a queda no crescimento da economia baiana neste ano. As taxas de crescimento do PIB na Bahia³⁰ vêm diminuindo nos últimos anos, tendo sido de 9,6% em 2004, 5,0% em 2005 e 2,4% em 2006. Entre os setores da economia, os que registraram melhor desempenho em 2006 foram Comércio e Serviço, com um saldo de 14.717 e 9.571, respectivamente. Com relação a 2007, o Estado da Bahia iniciou o ano com saldo de 3.473 empregos formais, uma variação de -50,3% com relação a janeiro de 2006, onde o saldo foi de 6.994. Entre os setores econômicos, os que mereceram destaque no início de 2007 foram o de Agropecuária, com saldo de 1.101, e Serviços, que obteve saldo de 702.

O Ceará fechou o ano de 2006 com 33.560 novos empregos com carteira assinada, uma expansão de 8,7% em relação a 2005. Entre os setores, Serviços e Comércio foram os que mais criaram novos empregos celetistas, totalizando 20.708 novos postos de trabalho formal. Destaque para a Construção Civil, que registrou 4.752 novos empregos formais em 2006 ante o saldo de 413 em 2005, resultado de medidas de estímulo ao setor (expansão do crédito habitacional e isenção do IPI sobre materiais de construção). Já com relação a janeiro de 2007, o Ceará registrou saldo negativo de -4.356 postos de trabalho com carteira assinada, pior desempenho do Estado desde 2000. O setor que mais apresentou saldo negativo foi a Agropecuária, com eliminação de 2.344 empregos formais.

Em 2006, o Maranhão apresentou 13.732 novos empregos com carteira assinada, o que corresponde a uma expansão de 6,7% em comparação a 2005. Destaque para Construção Civil que registrou 2.950 novos postos de trabalho formais, um incremento de 128,5% em compa-

ração a 2005. Em janeiro de 2007, o Estado registrou uma queda no nível de emprego formal de 252 postos de trabalho, em comparação a 2005, quando o saldo foi de 533 novas vagas com carteira assinada. Setorialmente, Comércio eliminou 220 empregos celetistas em virtude do esgotamento da bolha de consumo no final do ano. Por outro lado, o setor Serviços criou 213 novas vagas formais, principalmente, nas atividades vinculadas a alojamento e alimentação.

Em 2006, a Paraíba assinalou a abertura de 13.076 empregos formais adicionais, um incremento de 21,4% em relação a 2005. Vale ressaltar que a Construção Civil, que fechou o ano com 1.644 novos empregos formais, quando, em 2005, havia eliminado 167 vagas com carteira assinada. Já a Indústria de Transformação, registrou no ano, a criação de 5.366 novos empregos celetistas. Em janeiro de 2007, o Estado registrou a eliminação de 6.403 postos de trabalho formal. Esse desempenho está fortemente ligado à entressafra da cana de açúcar e seus reflexos na indústria de alimento e bebidas. Juntos, Indústria de Transformação e Agropecuária foram responsáveis pelo fechamento de 6.937 postos de trabalho com carteira assinada.

No Estado de Pernambuco, durante o ano de 2006, foi registrado um saldo de 38.885 postos de trabalho, o que representa uma variação de -3,3% com relação a 2005, ano em que o saldo foi de 40.230 empregos celetistas. Setorialmente, os que obtiveram melhores resultados foram: Serviços, Comércio e Indústria de Transformação, com saldos de 15.321, 12.695 e 10.012, respectivamente. Apenas o setor de Agropecuária obteve saldo negativo, com -1.243 postos de trabalho. Em janeiro de 2007, Pernambuco obteve um saldo negativo de 9.722, resultado semelhante ao de janeiro de 2006, quando o saldo também foi negativo (- 10.216).

³⁰ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 07/03/2007.

No que se refere aos setores econômicos, a Construção Civil obteve o melhor resultado, com a geração de 259 mil novos postos. A maioria dos setores econômicos em Pernambuco obteve saldo negativo, tendo a Indústria de Transformação obtido o pior saldo negativo (6.167).

Segundo dados do Caged, o Piauí registrou saldo positivo no estoque de empregos formais em 2006. O saldo para o ano foi da ordem de 7.540 empregos celetistas, resultado melhor do que o apresentado no ano anterior, variação de 14,9%. Foram responsáveis pelo desempenho positivo os setores Comércio e Serviços, com saldo de 3.553 e 3.497 novos empregos, respectivamente. Esses dois setores, juntos, representam uma participação de quase 91% do total estadual. Com saldo positivo de 69 empregos formais, o Estado inicia o ano de 2007 com resultado bem superior ao apresentado em 2006, quando o saldo foi negativo, com 401 vagas de emprego fechadas, variação de 117,2%. Para o ano, a expectativa é bastante otimista, principalmente por causa das promessas de investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, que deverá investir R\$ 677 milhões no Estado, de 2007 até 2010, sendo R\$ 177 milhões somente para este ano (PIAUÍ, 2007). Entre os setores, o único com saldo positivo expressivo foi Serviços Industriais de Utilidade Pública, saldo de 104 empregos formais. Contudo, esse saldo foi ultrapassado no quadro total pelo mau desempenho dos setores de Agropecuária, Comércio e Construção Civil, que registraram, respectivamente, saldos negativos de 132, 72 e 32 postos fechados.

Para o Rio Grande do Norte, os dados do Caged registraram, em 2006, saldo de 15.341 novos empregos. Apesar do saldo positivo, quando comparado a 2005, constata-se uma

retração de 16,6%. Dentre os setores, os maiores destaques estão por conta de Comércio (4.354) Construção Civil (4.344) e Serviços (3.613). O bom desempenho do Comércio na geração de emprego formal é consequência do comércio varejista da Grande Natal, que apresentou um faturamento no ano de 2006 17,27% superior ao registrado em 2005 (FECOMÉRCIO-RN, 2007).

No início do ano de 2007, os dados do Caged apontaram um desempenho negativo do Estado. O saldo revela que foram eliminados 2.627 postos de trabalho. Esse resultado negativo é comum no início de cada ano. Esse fenômeno é resultado de fatores sazonais na Agropecuária (entressafra da cana de açúcar) e na Indústria de Transformação, que registraram saldos negativos de 1.746 e 1.552 postos de trabalho encerrados, respectivamente.

Quanto ao Estado de Sergipe, os dados do Caged confirmam um saldo positivo, em 2006, de 7.588 empregos formais. Saldo esse que, quando comparado a 2005, revela que quase não houve variação mas, apenas uma pequena redução de 0,7%. O saldo para ano de 2006 foi impulsionado pelos setores de Serviços com 3.044, e Comércio com 2.582 empregos celetistas. Os dois setores juntos respondem por 74% do saldo total do Estado.

Segundo os dados do Caged, janeiro de 2007 registrou o segundo pior saldo – da série histórica para janeiro no Estado desde 2000 – 115 postos de trabalho, ficando à frente apenas de janeiro de 2003. Quando comparado a janeiro de 2006, a variação é de -93,3%. Serviços foi o setor com maior saldo, 203, e Construção Civil foi o destaque negativo, ao registrar saldo de -146 empregos celetistas. Vale salientar que esse resultado negativo da Construção Civil não é fruto de fatores sazonais, pois, pelos dados do Caged, nunca foi registrado saldo negativo para esse setor no mês de janeiro³¹. ●

³¹ O Caged disponibiliza em seu domínio virtual a série histórica a partir de 1999 para todos os Estados brasileiros.

**Tabela 40 – Nordeste: Evolução do Emprego Formal por Estado em 2006 - Saldo
(Contratações menos Desligamentos)**

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	Serv. Ind. Util. Pub.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	86	6.912	95	-842	3.507	2.171	-2	128	12.055
Bahia	512	6.715	-58	-2.323	14.717	9.571	347	-4.392	25.089
Ceará	-1	6.597	350	4.752	9.192	11.516	-16	1.170	33.560
Maranhão	19	155	-55	2.950	4.757	5.286	23	597	13.732
Paraíba	-38	5.366	139	1.644	3.710	2.468	-16	-197	13.076
Pernambuco	209	10.012	340	1.533	12.695	15.321	18	-1.243	38.885
Piauí	23	712	-83	-153	3.553	3.497	-4	-5	7.540
Rio Grande do Norte	190	2.575	250	4.344	4.354	3.613	75	-60	15.341
Sergipe	429	378	142	193	2.582	3.044	215	605	7.588
Nordeste	1.429	39.422	1.120	12.098	59.067	56.487	640	-3.397	166.866

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2007a).

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balança Comercial Brasileira

Em 2006 a balança comercial brasileira bateu novos recordes com valores históricos para a corrente de comércio e o saldo comercial. A corrente de comércio (exportações mais importações – Gráfico 23) alcançou a cifra de US\$ 228,9 bilhões, significando 19,3% de incremento relativamente a 2005 – revelando um novo patamar para o comércio exterior brasileiro, enquanto que o saldo comercial (exporta-

ções menos importações) totalizou US\$ 46,1 bilhões, indicando 3,0% de crescimento na comparação com 2005 – resultado que contribuiu para um saldo positivo em transações correntes no Balanço de Pagamentos.

Os resultados para o acumulado jan.-fev./2007 revelam que a corrente de comércio continua apresentando crescimento, comparativamente ao mes-

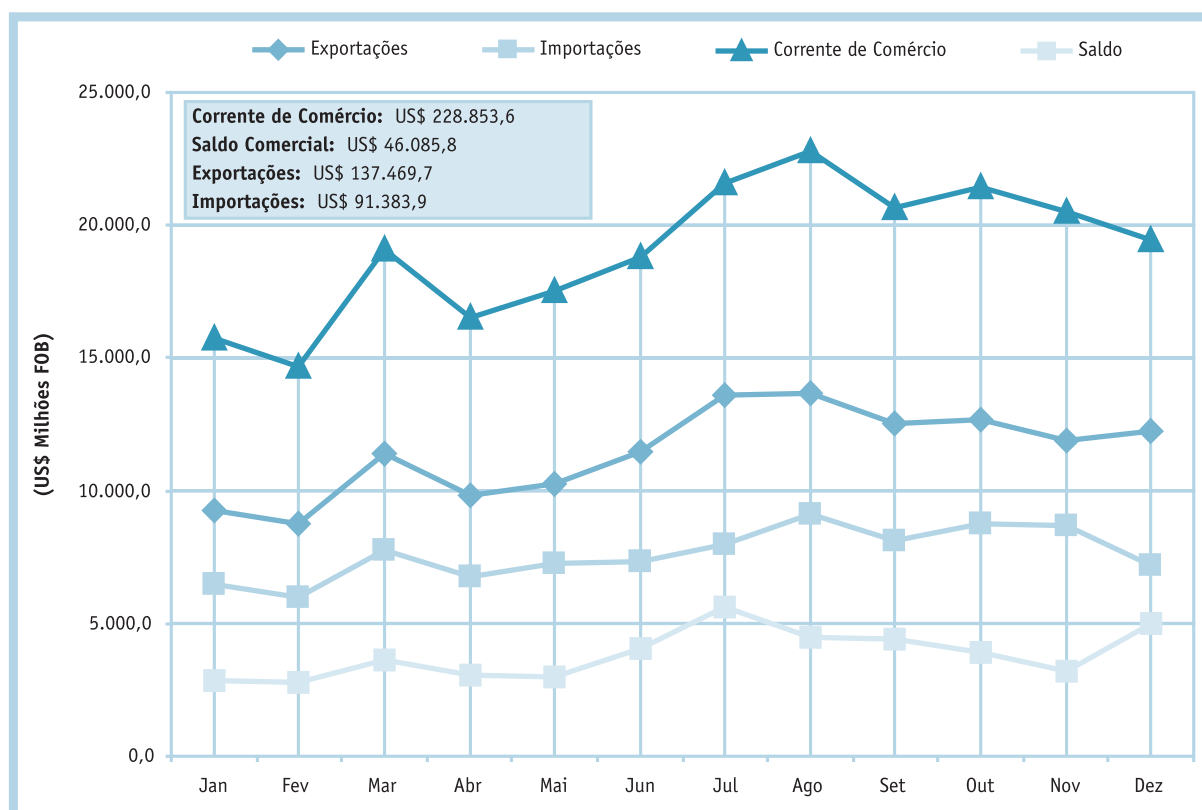


Gráfico 23 – Brasil: Balança Comercial 2006 (US\$ Milhões FOB)

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

mo período de 2005. Entretanto, o saldo comercial fechou o bimestre com US\$ 5,4 bilhões – decréscimo de 4,4% relativamente a jan.-fev./05, em função de uma taxa maior de crescimento das importações ante as exportações. Esse resultado corrobora as previsões do Governo Federal e de alguns analis-

tas de que o crescimento das importações será maior que das exportações em 2007, impactando num saldo comercial menor. Para a AEB (Associação de Comércio Exterior), o superávit comercial brasileiro em 2007 será de US\$ 36,5 bilhões, ou seja, 26,3% inferior ao de 2006 (MEDINA, 2007).

5.1.1 - Exportação

O valor das exportações em 2006 foi recorde histórico para o acumulado de doze meses. As exportações somaram US\$ 137,5 bilhões, superando a cifra prevista pelo Governo Federal de US\$ 135,0 bilhões (Gráfico 24). Esse resultado representou um crescimento de 16,2% relativamente a 2005. Dessa forma, as perspectivas do Governo para as vendas externas em 2007 permanecem positivas com o estabelecimento da meta de US\$ 152,0 bilhões (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2007a).

Nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, as exportações continuaram apresentando desempenho satisfatório, com valores superiores aos dos mesmos meses do ano anterior. No acumulado jan.-fev./2007, as exportações totalizaram US\$ 21,1 milhões, com incremento de 16,9% na comparação com igual período de 2006.

Entretanto, nota-se um movimento de desaceleração das taxas de crescimento das exportações quando avaliadas sob doze meses – em 2004 a taxa de crescimento das exportações

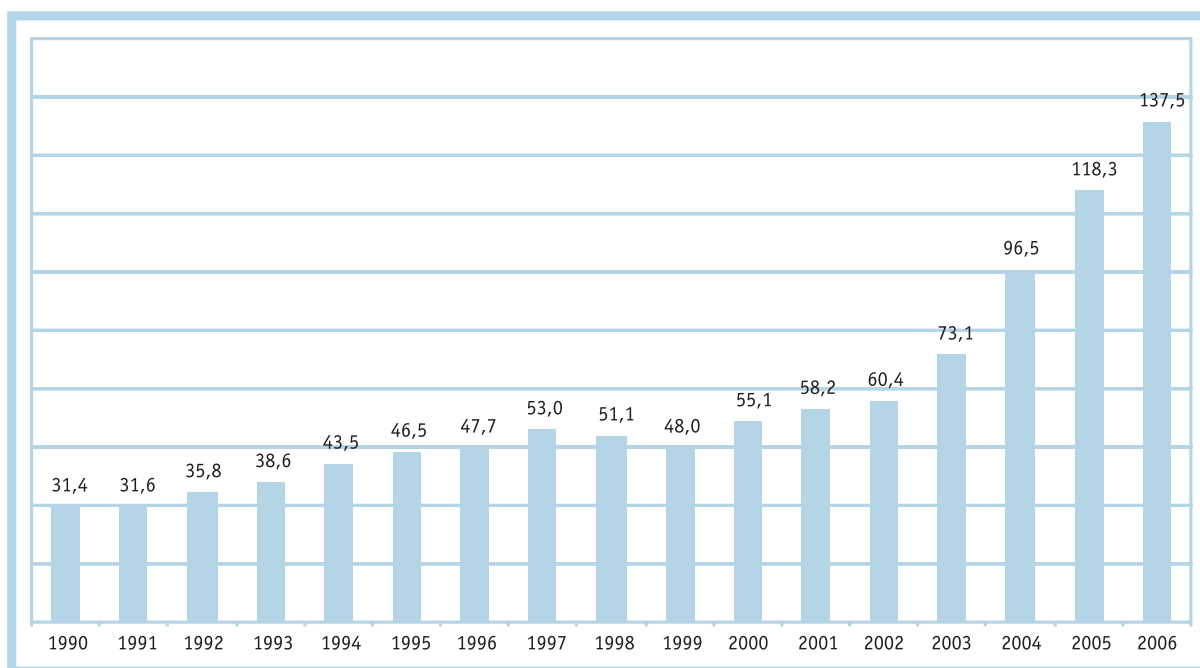


Gráfico 24 – Brasil: Exportações - Acumulado 12 meses - 1990 a 2006 (US\$ bilhões FOB)

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

foi de 32,0% relativamente ao ano anterior; em 2005 foi de 22,6%; e em 2006 foi de 16,2%, como visto anteriormente. Ademais, o ano passado foi o primeiro desde 1997 em que o ritmo de crescimento das exportações foi inferior ao das importações, que aumentaram 24,2% (ver item 5.1.2). Acredita-se que as vendas externas sofram redução em 2007 e sejam ligeiramente inferiores às de 2006 em decorrência da apreciação cambial e do menor crescimento da economia mundial (TREVISAN, 2007).

Segundo dados elaborados pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - Funcex (2007a), as exportações brasileiras em 2006 foram fortemente influenciadas pelos preços, que registraram aumento de 12,5%, contra 3,3% de crescimento do *quantum* exportado, na comparação com 2005. Com relação aos preços, as três categorias de produto apresentaram incremento, tendo os semimanufaturados registrado a maior taxa relativa (18,1%), enquanto os manufaturados e os básicos registraram 12,3% e 9,4%, respectivamente. Em volume, os produtos básicos apresentaram o maior incremento (6,0%), seguidos de semimanufaturados (3,5%) e manufaturados (2,1%) (Tabela 41).

Contudo, alguns críticos avaliam que a trajetória de alta das cotações internacionais deve estar alcançando seu limite, o que poderá levar a uma diminuição da disparidade entre a contribuição do *quantum* exportado e dos preços internacionais no crescimento das vendas externas brasileiras em 2007. Dados para o início de 2007 seguiram essa tendência. As exportações nacionais em janeiro de 2007, na comparação com janeiro de 2006, foram puxadas pelo crescimento de 10,3% dos preços e 7,4% da quantidade embarcada. Em volume, os produtos semimanufaturados tiveram aumento de 13,0%, seguidos de básicos (9,2%) e manufaturados (4,6%). Com relação aos preços, os semimanufaturados apresentaram expansão de 20,2%, acompanhados dos manufaturados (10,6%) e dos básicos (7,1%).

No que tange às exportações por classe de produtos, todos apresentaram crescimento, em 2006, na comparação com 2005. O maior incremento ocorreu nas exportações de semimanufaturados (23,3%). Já as exportações de produtos básicos e manufaturados aumentaram 16,9% e 15,6%, respectivamente (Tabela 42).

Tabela 41 - Variação dos Índices de Preço e *Quantum* (Janeiro/Dezembro - 2006/2005)

	Preço	Quantum
Exportação Total	12,5	3,3
Básicos	9,4	6,0
Semimanufaturados	18,1	3,5
Manufaturados	12,3	2,1

Fonte: Funcex (2007a).

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações.

Tabela 42 – Brasil: Exportação por Fator Agregado, em US\$ Milhões FOB (Jan.-Dez./06)

Exportações	Jan.-Dez./06	Jan.-Dez./05	Var.% 2006/2005 p/Média Diária	Part.%	
				2006	2005
Básicos	40.273	34.721	16,9	29,3	29,3
Industrializados	94.216	81.105	17,1	68,5	68,6
Semimanufaturados	19.520	15.961	23,3	14,2	13,5
Manufaturados	74.696	65.144	15,6	54,3	55,1
Operações Especiais	2.981	2.482	21,1	2,2	2,1
Total	137.470	118.308	17,1	100,0	100,0

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Em termos de composição da pauta nacional de exportações, os produtos manufaturados foram responsáveis por 54,3% da pauta total, seguidos dos básicos (29,3%) e semimanufaturados (14,2%). Ressalte-se que os semimanufaturados conseguiram aumentar sua participação de 2005 para 2006 em detrimento dos manufaturados.

A análise das exportações por segmento mostra que o setor de material de transportes destacou-se como o principal setor exportador em 2006, com exportações totais de US\$ 20,4 bilhões – representativos de 14,9% do total de exportações. Sublinham-se ainda as exportações de produtos metalúrgicos (US\$ 14,7 bilhões e participação de 10,7% no total das vendas externas); petróleo e derivados (US\$ 13,0 bilhões e 9,5%); minérios metalúrgicos (US\$ 9,8 bilhões e 7,1%); complexo de soja (US\$ 9,3 bilhões e 6,8%); produtos das indústrias químicas (US\$ 9,1 bilhões e 6,6%); carnes (US\$ 8,5 bilhões e 6,2%); e açúcar e álcool (US\$ 7,8 bilhões e 5,7%).

Há boas perspectivas para os produtores de açúcar e álcool no Brasil (FUNCEX, 2007c). Em 2005 os Estados Unidos assinaram a Lei de Política Energética, estabelecendo metas no consumo de biocombustíveis como forma de reduzir os impactos ambientais decorrentes do uso do petróleo. Maior consumidor mundial de petróleo como combustível automotivo, os Estados Unidos decidiram substituí-lo por fontes alternativas, dentre elas, o etanol que é a principal aposta do país. Dessa forma, os Estados Unidos e Brasil firmaram acordo de cooperação em biocombustíveis. Com o desenvolvimento do mercado externo de álcool, a expectativa dos grandes usineiros é de que as exportações brasileiras do produto praticamente dobrem nos próximos seis anos. Entre os mercados mais promissores estão os países que têm um programa de mistura de etanol na gasolina, a

exemplo dos Estados Unidos e da Índia nestes dois últimos anos.

Recentemente, o Brasil tornou-se o principal exportador mundial de carne bovina (DOMINGUES, 2006). O país já era o primeiro em volume exportado e agora se tornou o primeiro também em receita de exportação, superando a Austrália. Para a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), um dos fatores que contribuíram para esse desempenho satisfatório foi a conquista de novos mercados (a exemplo do Oriente Médio). Dentre outros fatores estão o aumento no preço e a incorporação de produtos com maior valor agregado. Para 2007, as expectativas são bastante otimistas. Após o término dos testes e a confirmação de que o rebanho do Brasil está livre de febre aftosa, os exportadores poderão tentar conquistar novos mercados consumidores para carne in natura, como os dois maiores compradores mundiais e ainda hoje fechados ao produto brasileiro: Estados Unidos e Japão.

Em termos de crescimento das exportações nacionais, os dois setores que mais contribuíram para o incremento das vendas externas em 2006 foram: o setor de petróleo e derivados, que cresceu 44,4% em 2006, relativamente a 2005, favorecidos pelo aumento da produção nacional e preços externos favoráveis; e o setor de açúcar e álcool, que aumentou suas exportações de álcool em 111,2% (US\$ 1,6 bilhão) e de açúcar em 58,6% (US\$ 6,2 bilhões). Esse aumento reflete a crescente demanda internacional.

O destaque negativo ficou por conta dos seguintes setores: pescado (-9,0%); têxteis e algodão (-4,7%); móveis (-1,8%); e complexo soja (-1,0%). A variável explicativa principal que tem contribuído para o desempenho insatisfatório desses setores tem sido a apreciação cambial. O setor de pescado vem enfrentando crise, diante da apreciação cambial nos últi-

mos dois anos, além da imposição de barreiras sanitárias. No ano passado a União Européia passou a exigir que os produtos brasileiros passassem por testes para comprovar que não estão contaminados (NUNES, 2007). As exigências dos europeus para comprar pescado brasileiro ocorrem num momento em que se discute a divisão de cotas para a pesca no Atlântico Sul. Atualmente o Brasil tem 30% de participação, contra 20% da Espanha, país que mais pressiona a Comissão Européia para barrar o pescado brasileiro.

Já o setor têxtil, segundo a ABIT (Global 21, 2007f), apresentou déficit na sua balança comercial de US\$ 60,2 milhões em 2006, sendo o primeiro déficit desde 2000. O câmbio foi a variável de influência mais negativa, pois setores como o têxtil, intensivos em insumos nacionais, sofreram tanto nas exportações como no mercado interno, pois tiveram que enfrentar a concorrência de países mais competitivos, a exemplo da China. Quanto ao setor de móveis, que tem como principais compradores Estados Unidos, França e Reino Unido, apresentou declínio das suas exportações em função da diminuição das importações dos Estados Unidos, além dos efeitos do câmbio desfavorável (GLOBAL 21, 2007g). O complexo de soja apresentou baixo desempenho de suas exportações não só por causa da apreciação cambial, mas também por causa dos baixos preços internacionais e da ferrugem asiática, fungo que continua reduzindo a produtividade (IBGE, 2007b).

Um dos fatores para o sucesso das vendas externas brasileiras tem sido a diversificação dos destinos das exportações, além dos tradicionais mercados compradores terem elevado suas compras – houve crescimento nas exportações para todos os principais blocos de destino em 2006. O maior crescimento relativo ocorreu nas exportações para o Oriente Médio (35,1%), elevando sua participação na pauta de exportações brasileira, de 3,6% para 4,2%. O segundo maior incremento

relativo se deu nas compras do bloco Aladi (exceto Mercosul), 28,2%. As vendas externas para a África ampliaram-se em 25,6%, ocupando o terceiro lugar entre os principais blocos compradores de produtos brasileiros. Já o Mercosul apresentou acréscimo de 19,9%, com compras no valor de US\$ 14,0 bilhões.

O principal parceiro do Brasil dentro do Mercosul, a Argentina, continuou como o segundo principal comprador do Brasil em 2006. As vendas para a Argentina passaram de US\$ 9,9 bilhões para US\$ 11,7 bilhões (elevação de 19,1%). Sua participação como destino das exportações brasileiras permaneceu relativamente estável (8,5%). Ressalte-se que a balança comercial bilateral, que vinha sendo superavitária para o Brasil desde 2004, se estabilizou em 2006, com superávit de US\$ 3,7 bilhões — uma redução de 0,5% em relação a 2005 (Tabela 43).

As vendas para a Europa Oriental registraram incremento de 17,4%, ao passo que as vendas para a União Européia cresceram 15,6%, na comparação de 2006 com 2005. A Ásia importou do Brasil, em 2006, US\$ 20,8 bilhões, crescimento de 13,0% relativamente a 2005. O principal parceiro brasileiro dentro do bloco, a China, elevou suas compras em 23,9%, passando de US\$ 5,8 bilhões em 2005, para US\$ 8,4 bilhões em 2006, ocupando o terceiro lugar entre os países de destino das exportações brasileiras.

As exportações do Brasil para os Estados Unidos, o nosso principal parceiro comercial, totalizaram US\$ 24,7 bilhões, crescimento de 9,4% comparativamente a 2005 – esse resultado revela que as exportações para os Estados Unidos não acompanharam o ritmo de crescimento das exportações totais em 2006, com a conseqüente diminuição da participação desse mercado como destino das exportações brasileiras de 19,2%, em 2005, para 18,0%, em 2006.

Tabela 43 – Brasil. Exportação – Principais Blocos Econômicos. Jan/Dez.-2006/2005 (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/ Dezembro		Var.% 2006/2005 p/Média Diária	Part.%	
	2006	2005		2006	2005
Aladi	31.382	25.428	24,4	22,8	21,5
- Mercosul	13.950	11.726	19,9	10,1	9,9
- Argentina	11.714	9.915	19,1	8,5	8,4
- Demais da Aladi	17.432	13.702	28,2	12,7	11,6
União Européia	30.373	26.493	15,6	22,1	22,4
EUA*	24.679	22.741	9,4	18,0	19,2
Ásia	20.793	18.552	13,0	15,1	15,7
- China	8.399	6.834	23,9	6,1	5,8
África	7.449	5.977	25,6	5,4	5,1
Oriente Médio	5.745	4.286	35,1	4,2	3,6
Europa Oriental	4.496	3.861	17,4	3,3	3,3
Demais	12.553	10.970	15,3	9,1	9,3
Total	137.470	118.308	17,1	100,0	100,0

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007b). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.
Nota: (*) Inclui Porto Rico.

5.1.2 - Importação

As importações brasileiras atingiram, igualmente, valor recorde histórico para o período acumulado de doze meses em 2006, totalizando US\$ 91,4 bilhões, expressando 24,2% de incremento sobre 2005 (Gráfico 25). A perspectiva do Governo é que a taxa de crescimento das importações em 2007 seja de 25,0%, portanto, próxima à taxa de crescimento registrada em 2006 (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2007a). Entre janeiro e fevereiro de 2007, as importações nacionais aumentaram 26,5%, comparativamente ao acumulado jan.fev./2006, impactando negativamente no saldo comercial brasileiro no período (ver item 5.1). Essa elevação das importações já era esperada, dada a apreciação cambial e a retomada do crescimento doméstico.

Os dados da Funcex de 2006 mostram que ao contrário das exportações, o incremento nas importações foi puxado pelo crescimento do *quantum*, 16,1% – desempenho bem superior ao dos preços (7,0%) (FUNCEX, 2007a). Destacam-se as variações desse índice registradas pelos bens de consumo duráveis (73,5% relativamente a 2005) e pelos bens de capital (24,0%).

Em seguida, destacam-se os bens intermediários (15,7%), os bens de consumo não-duráveis (14,0%) e, com a menor variação do ano, os combustíveis (4,6%). Com relação ao incremento dos preços de importação, o melhor desempenho em 2006 foi registrado pelos combustíveis, com alta de 24,6%, comparativamente a 2005. As demais categorias apresentaram crescimento moderado de preços: bens de consumo não-duráveis (alta de 13,1%); bens de consumo duráveis (5,3%); bens intermediários (3,5%); e bens de capital (0,8%).

O crescimento das importações, em 2006, foi acompanhado por todas as categorias de uso. O segmento de bens de consumo apresentou a maior variação, 42,5%, seguido de combustíveis e lubrificantes (28,4%), bens de capital (23,9%) e matérias-primas e intermediários (20,8%) (Tabela 44).

A categoria mais relevante da pauta de importações do Brasil, matérias-primas e intermediários, respondeu por 49,5% das compras totais em 2006. Entretanto, essa participação foi inferior à de 2005 (51,4%). Contribuíram para o crescimento das importações dessa ca-

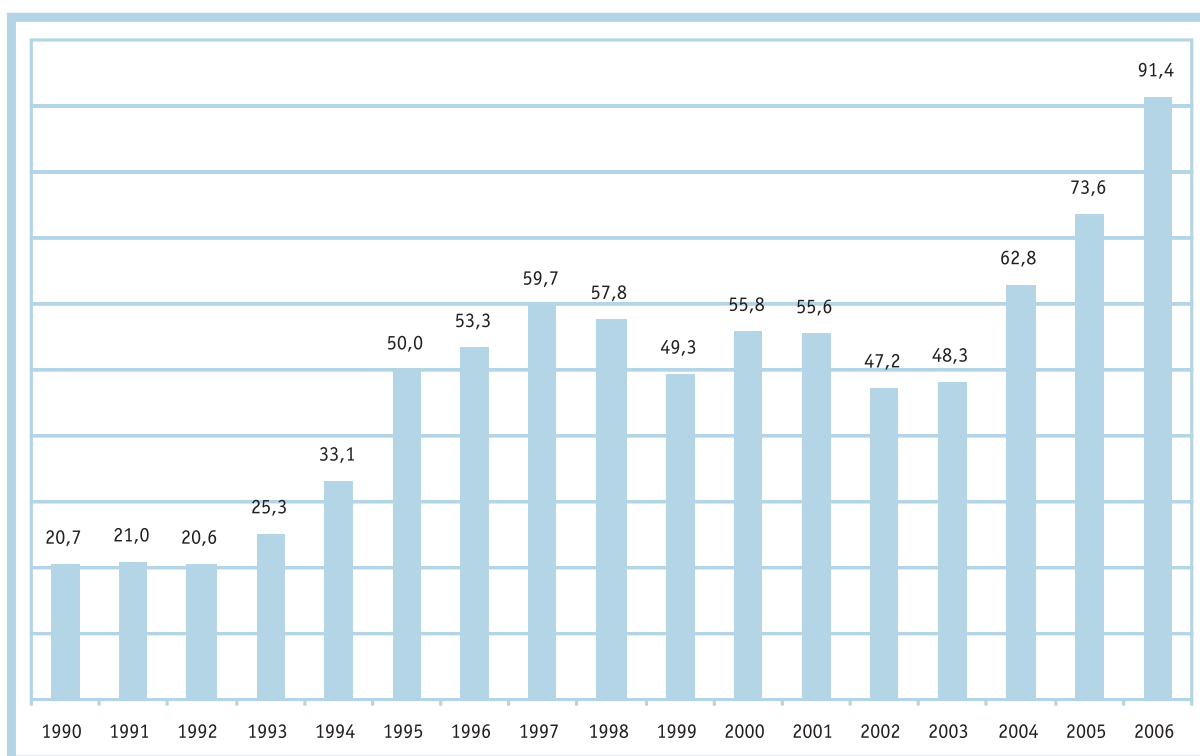


Gráfico 25 – Brasil: Importações - Acumulado 12 Meses - 1990 a 2006 (US\$ Bilhões FOB)

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tegoria: aumento das compras de produtos minerais (45,2%); agropecuários não alimentícios (35,1%); produtos alimentícios (30,3%); materiais de construção (25,6%); partes e peças para equipamentos de transporte (18,6%); partes e peças de produtos intermediários (16,7%); e produtos químicos e farmacêuticos (14,4%).

As importações de bens de capital foram responsáveis por 20,7% das importações nacionais em 2006, resultado ligeiramente inferior ao registrado em 2005 (20,9%). Destacam-se as aquisições de: equipamento móvel de transporte (44,9%); ferramentas (29,0%); máquinas e aparelhos de escritório, serviços científicos (27,3%); maquinaria industrial (24,9%); equipamento fixo de transporte (15,4%); partes e peças para bens de capital para indústria (15,0%); outros bens ou equipamentos para agricultura (9,5%); partes e peças para bens de capital para agricultura (8,8%); e acessórios de maquinaria industrial (8,6%).

Combustíveis e lubrificantes, a categoria que apresentou o segundo maior incremento nas importações em 2006, participou com 16,6% nas importações. O incremento nas importações dessa categoria se deve aos altos preços do petróleo no mercado internacional, mas, também, esteve relacionado à maior quantidade importada de óleos combustíveis.

Apesar de apresentarem a maior variação dentre as importações, em 2006, a categoria bens de consumo (42,5%) teve a menor participação na pauta importadora nacional (13,1%) - inclusive esse resultado foi inferior ao de 2005. Contribuíram para o incremento de 56,0% nas importações de bens duráveis: automóveis (135,6%); máquinas e aparelhos de uso doméstico (57,4%); móveis e outros equipamentos para casa (37,8%); utensílios domésticos (32,3%); objetos de adorno, de uso pessoal e outros (23,9%); e partes e peças para bens de consumo duráveis (18,1%).

Tabela 44 – Brasil: Importação por Categoria de Uso. Jan./ Dez. - 2006/2005. (US\$ milhões FOB)

Exportações	Janeiro/ Dezembro		Var.% 2006/2005	Part.%	
	2006	2005		2006	2005
Bens de Capital	18.912	15.387	23,9	20,7	20,9
Matérias-primas e Intermediários	45.286	37.804	20,8	49,5	51,4
Bens de Consumo	11.997	8.484	42,5	13,1	11,5
- Não-duráveis	5.919	4.556	31,0	6,5	6,2
- Duráveis	6.078	3.928	56,0	6,7	5,3
. Automóveis	1.914	819	135,6	2,1	1,1
Combustíveis e Lubrificantes	15.201	11.931	28,4	16,6	16,2
- Petróleo	9.087	7.672	19,4	9,9	10,4
- Demais	6.114	4.259	44,7	6,7	5,8
	91.396	73.606	25,2	100,0	100,0

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Quanto à importação de automóveis, 2006 registrou incremento de 135,6% em relação a 2005. Dados para o primeiro bimestre de 2007 revelam o contínuo crescimento das importações desse produto, com elevação de 188,1% relativamente ao mesmo período de 2006 (SILVA, 2006). As montadoras importaram 34 mil veículos entre janeiro e fevereiro de 2007, contra 11,8 mil em jan.fev./06. Em 2008 ou 2009, o Uruguai deverá abrigar a primeira montadora de automóveis, a chinesa Chery, que pretende exportar mais da metade da produção para o Brasil, impactando na produção e importação brasileiras.

Entre as importações de bens não-duráveis, que cresceram 31,0%, sublinham-se: vestuário e outras confecções têxteis (64,1%); bebidas e tabacos (35,3%); produtos farmacêuticos (28,9%); produtos alimentícios (25,8%); e produtos de tocador (17,3%).

A expansão das importações nos últimos três anos deve-se a dois fatores: apreciação cambial e maior intercâmbio comercial mundial. Muito se fala dos efeitos negativos da valorização do câmbio sobre a competitividade e sobre o desempenho da economia. Sabe-se que a valorização do câmbio está impactando a produção e exportação de setores intensivos em trabalho, a exemplo do setor têxtil, que apresentou queda da produção industrial (no segmento vestuário e acessórios) e diminuição das exportações em 2006 (ver item 5.1.1). Contudo, alguns analistas da Funcex, observam que a apreciação cambial ainda não está ocasionando um processo de desindustrialização no país – a alta das importações estaria mais ligada ao aumento do consumo doméstico, do que a uma substituição da produção nacional por importados (MARKWALD; RIBEIRO, 2007).

5.2 – Balança Comercial Nordestina

A região Nordeste apresentou o terceiro melhor resultado entre as regiões brasileiras quanto ao crescimento das exportações em 2006, alcançando US\$ 11,6 bilhões – significando incremento de 10,1% sobre 2005. Esse resultado revela que as exportações nordestinas não

acompanharam o ritmo de crescimento das exportações brasileiras em 2006 (16,2%), depois de vir registrando taxas de crescimento bem superiores às do Brasil, a exemplo dos anos 2000, 2002, 2003 e 2005. Apesar de ter elevado suas exportações no ano passado, o Nordes-

te diminuiu sua participação no total das exportações nacionais de 8,9% em 2005 para 8,5% em 2006.

Já as importações nordestinas totalizaram US\$ 8,9 bilhões em 2006, com incremento de 40,8% relativamente a 2005, ao passo que as importações do Brasil cresceram 24,2% sob a mesma base de comparação. Esse resultado elevou a participação do Nordeste no total de importações nacionais de 8,6%, em 2005, para 9,7%, em 2006.

Esse considerável crescimento das importações impactou diretamente no saldo comercial nordestino – exportações menos importações – que apresentou queda de 32,7% em relação a 2005, somando US\$ 2,7 bilhões. A corrente de comércio regional em 2006 – exportações mais importações – teve expansão de 21,9% comparativamente a 2005, totalizando US\$ 20,5 bilhões.

No primeiro bimestre deste ano, as exportações somaram US\$ 2,0 bilhões, com incremento de 20,0% relativamente a 2005, ao passo que as

importações apresentaram taxa de crescimento menor, 18,1%, totalizando US\$ 1,5 bilhão – resultando num superávit de US\$ 500,0 milhões, expressando aumento de 25,7% em relação a 2005, enquanto que o saldo comercial do Brasil apresentou déficit no primeiro bimestre de 2006 na comparação com igual período de 2005.

No que se refere ao destino das exportações nordestinas, por Bloco Econômico, constatou-se que União Européia (26,1%), Estados Unidos (21,9%), Aladi (11,3%), Ásia (10,8%) e Mercosul (9,6%), representaram, conjuntamente, 79,7% das vendas internacionais da região em 2006. Em relação aos principais países de destinos dos produtos nordestinos, destacam-se: Estados Unidos (21,7%); Argentina (9,0%); Países Baixos (7,9%); México (5,6%); China (5,1%); Bahamas (4,5%) e Itália (3,8%).

A análise da pauta de exportações da região Nordeste revela que os capítulos da NCM³² mais expressivos em valor, no ano de 2006, foram: combustíveis, óleos e ceras minerais; veículos

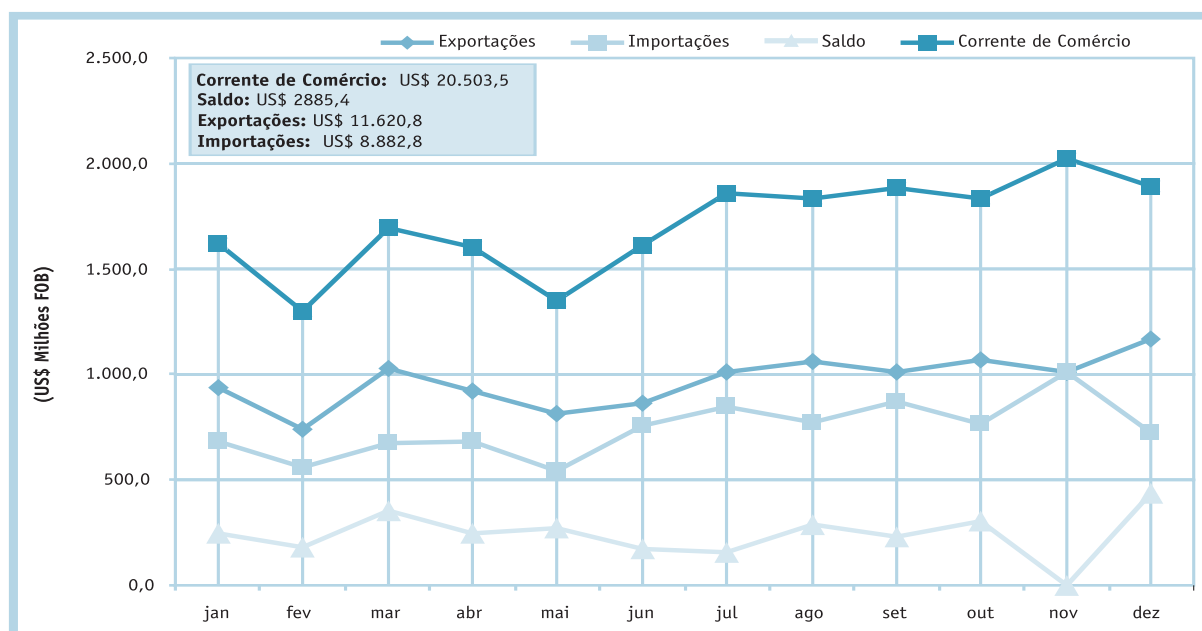


Gráfico 26 – Nordeste. Balança Comercial 2006 (US\$ Milhões FOB)

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

³² A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

automóveis, tratores e ciclos; produtos químicos orgânicos; cobre e suas obras; açúcares e produtos de confeitaria; ferro fundido, ferro e aço; e pastas de madeira ou outras matérias fibrosas; alumínio e suas obras; frutas, cascas de

cítricos e de melões; plásticos e suas obras; calçados, polainas, etc. e suas partes; sementes de frutos oleaginosos, grãos, etc. e algodão. Esses capítulos representaram 62,9% da pauta de exportações nordestinas no referido ano.

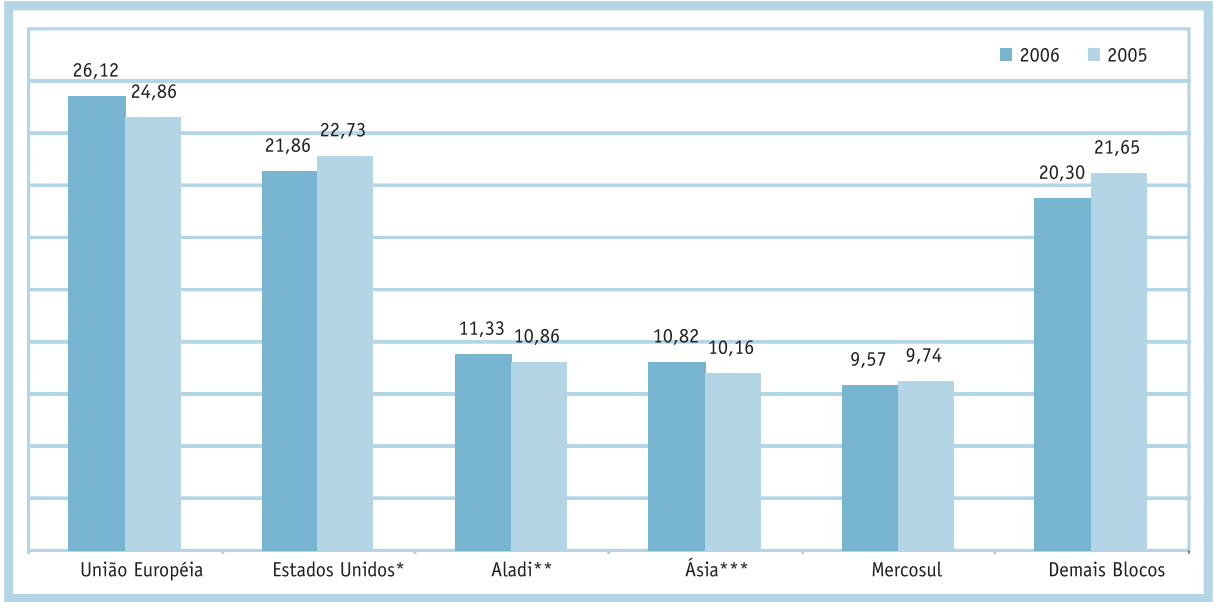


Gráfico 27 – Participação (%) dos Blocos Econômicos nas Exportações do Nordeste (Jan.-Dez 06/Jan.-Dez.05)

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007b). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.
Nota: (*) Inclusive Porto Rico; (**) Exclusive Mercosul; (***) Exclusive Oriente Médio.

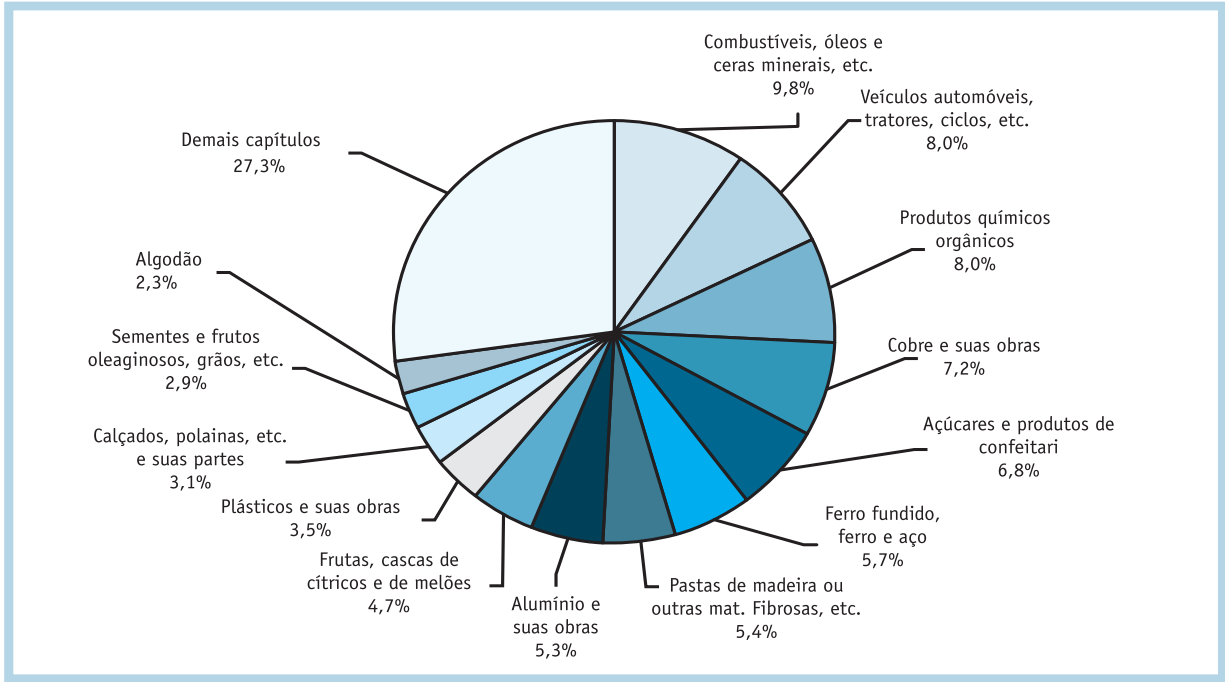


Gráfico 28 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Ressalte-se o bom desempenho das exportações de cobre e suas obras com elevação de 126,5% nas vendas externas, em relação a 2005, duplicando sua participação na pauta de exportações do Nordeste, ao passar de 3,5% em 2005 para 7,2% em 2006. Esse bom resultado deve-se à demanda mundial aquecida, pelo crescimento da China e da Índia, principalmente, ocasionando elevação dos preços no mercado externo. Além desse produto, sublinha-se o incremento nas exportações de pastas de madeira ou outras matérias fibrosas etc. (72,5%). Esse último resultado se deu em função do aumento das exportações desses capítulos pela Bahia. Os destaques negativos das exportações nordestinas ficam por conta dos capítulos: combustíveis, óleos e ceras minerais (-24,9%); sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (-13,6%); e ferro fundido, ferro e aço (-4,8%).

Em relação às exportações dos Estados da região, quatro apresentaram queda: Piauí, Rio

Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Analisando a participação dos Estados nas exportações do Nordeste, não houve mudanças significativas de 2005 para 2006, de forma que os principais Estados exportadores continuam sendo Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Alagoas, por ordem de importância. Conforme o Gráfico, verifica-se que os Estados que aumentaram sua participação nas exportações regionais foram: Maranhão, Alagoas, Sergipe e Bahia – tendo as exportações baianas registrado o aumento mais relevante. Os demais Estados apresentaram queda de participação, sendo mais acentuada nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

As exportações alagoanas totalizaram US\$ 692,5 milhões em 2006, com crescimento de 18,6% sobre o total exportado em 2005. Entretanto, o Estado apresentou queda de participação nas exportações da região, passando de 7,4% em 2005 para 6,7% em 2006. Sua pauta

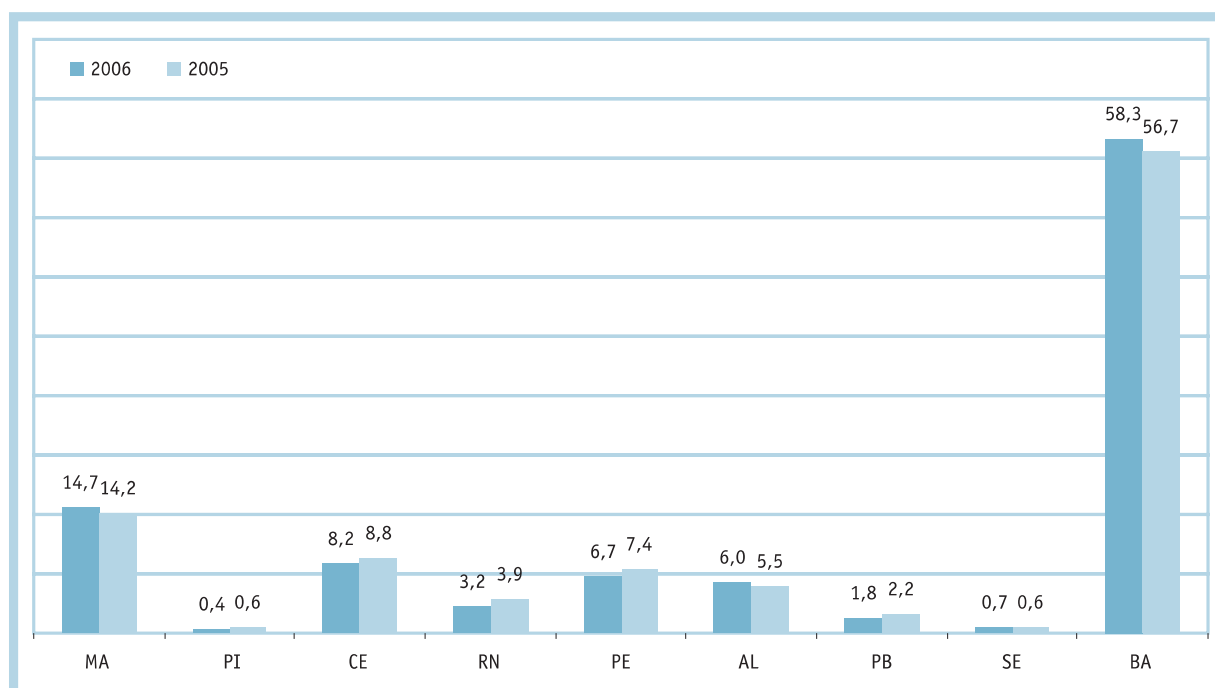


Gráfico 29 – Nordeste: Participação dos Estados nas Exportações do Nordeste em 2006 (%)

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica

de exportações concentrou-se essencialmente em um capítulo da NCM: açúcares e produtos de confeitaria. Esse capítulo sozinho representou cerca de 75,0% das vendas externas de Alagoas e revela que, em 2006, a pauta de exportações alagoana tornou-se mais concentrada, uma vez que esse capítulo representou 68,2% da pauta do Estado em 2005. Além desse capítulo, Alagoas exportou: bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 117,0 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 24,4 milhões); plástico e suas obras (US\$ 14,3 milhões); e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento (US\$ 9,0 milhões). Houve aumento nas exportações de quase todos os capítulos citados, com exceção de dois: bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; e produtos químicos orgânicos. A diminuição das exportações desses dois capítulos da NCM levou a uma queda da participação deles nas exportações alagoanas.

As exportações da Bahia somaram US\$ 6,8 bilhões em 2006, com expansão de 13,1% relativamente a 2005. A sua pauta de exportações foi composta por: combustíveis, óleos e ceras mine-

rais (US\$ 1,1 bilhões); veículos automóveis, tratores e ciclos (US\$ 920,7 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 887,5 milhões); cobre e suas obras (US\$ 832,9); pastas de madeira ou outras mat. fibrosas (US\$ 628,6 milhões); plásticos e suas obras (US\$ 339,0 milhões); cacau e suas preparações (US\$ 209,6 milhões). Conjuntamente, esses capítulos representaram 66,0% da pauta de exportações baiana. Como visto anteriormente, a maior expansão das exportações na pauta baiana se deu nos capítulos: cobre e suas obras; e pastas de madeira ou outras matérias fibrosas. Já as exportações dos capítulos combustíveis, óleos e ceras minerais, e cacau e suas preparações, tiveram decréscimo de 20,1% e 6,6%, respectivamente.

As exportações do Ceará, terceiro maior exportador da região Nordeste, somaram US\$ 957,0 milhões, com crescimento de 2,9% em relação a 2005. As vendas externas do Estado concentraram-se basicamente em cinco capítulos da NCM, os quais corresponderam a 78,7% da pauta de exportações: calçados, polainas, etc. e suas partes (US\$ 237,7 milhões); frutas, cascas de cí-

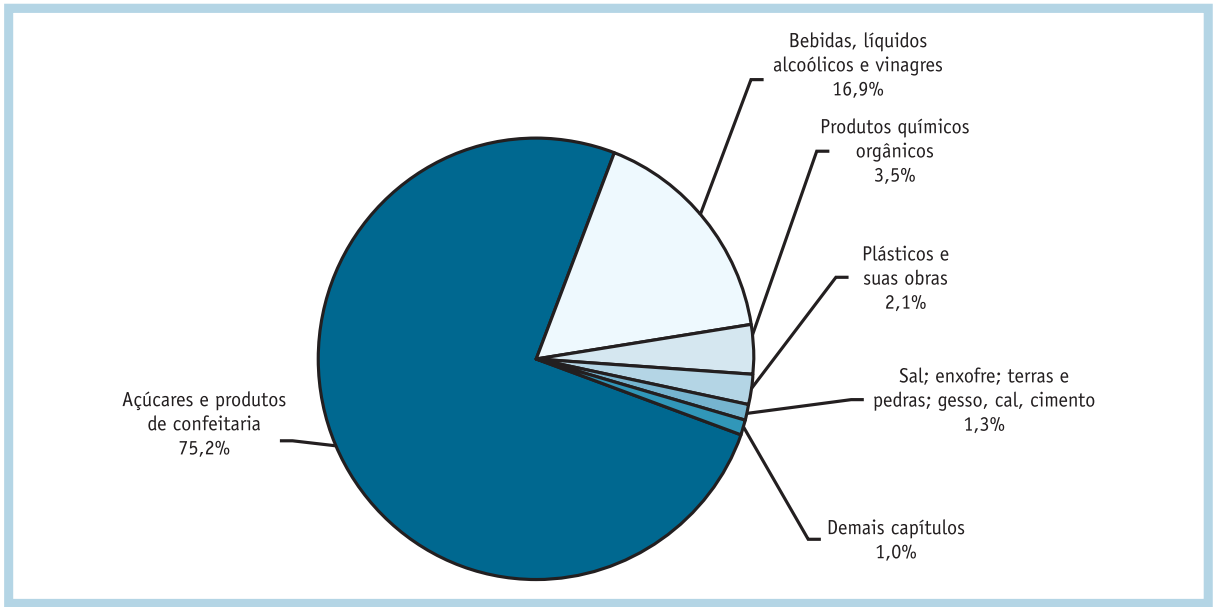


Gráfico 30 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica

tricos e de melões (US\$ 185,6 milhões); peles (exceto peleterias) e couros (US\$ 127,9 milhões); algodão (US\$ 110,5 milhões); peixes e crustáceos, moluscos, etc. (US\$ 91,6 milhões).

O capítulo calçados, polainas, etc. e suas partes foi o que apresentou o melhor desempenho entre as exportações cearenses de 2006, com elevação de 15,8% nas vendas. Esse resultado mostra recuperação do setor calçadista que, desde 2005, vinha enfrentando problemas diante da apreciação cambial e da concorrência chinesa. Segundo a Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados), a perspectiva para 2007 não é mais de fechamento de fábricas, mas, de manutenção dos níveis de negócios e de empregos atuais (FUNCEX, 2007d). Já o capítulo peixes e crustáceos, moluscos, etc. registrou decréscimo de 15,5% nas suas exportações, resultado que confirma a crise que o setor de pescado vem enfrentando em decorrência da valorização do câmbio e da redução da produção de lagosta (ver setor externo item 5.1.1). As exportações cearenses de algodão também registraram recuo (-1,7%).

O Maranhão exportou em 2006 o total de US\$ 1,7 bilhões, representando aumento de 14,1% na comparação com 2005. Esse valor garantiu ao Estado o segundo lugar nas exportações nordestinas, pautando-se nos seguintes capítulos: alumínio e suas obras (US\$ 585,2 milhões); ferro fundido, ferro e aço (US\$ 451,3 milhões); minérios, escórias e cinzas (US\$ 251,7 milhões); sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 231,8 milhões); e produtos químicos orgânicos (US\$ 152,6 milhões). Esses quatro capítulos responderam juntos por 97,7% das exportações maranhenses.

Os maiores incrementos nas exportações maranhenses foram registrados pelos capítulos: ferro fundido, ferro e aço (34,4%) e alumínio e suas obras (33,9%). O bom resultado nas exportações de ferro fundido, ferro e aço apresentado pelo Maranhão não foi suficiente para influenciar a balança comercial nordestina, que registrou queda nas exportações desses produtos. A única variação negativa nas exportações do Maranhão foi do capítulo minérios, escórias e cinzas (-24,1%)

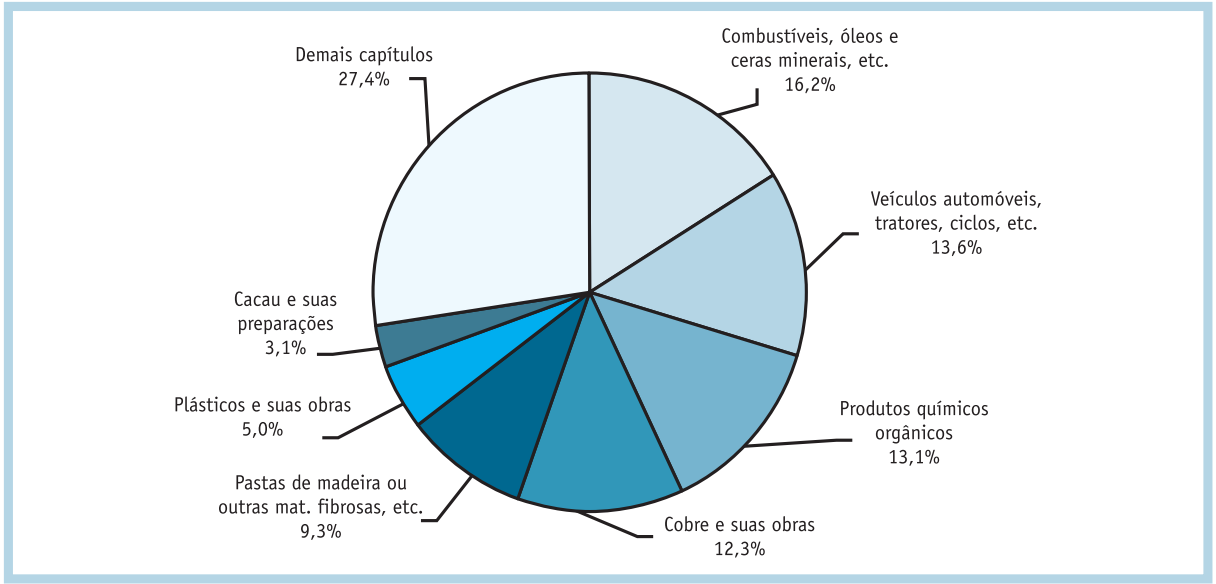


Gráfico 31 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

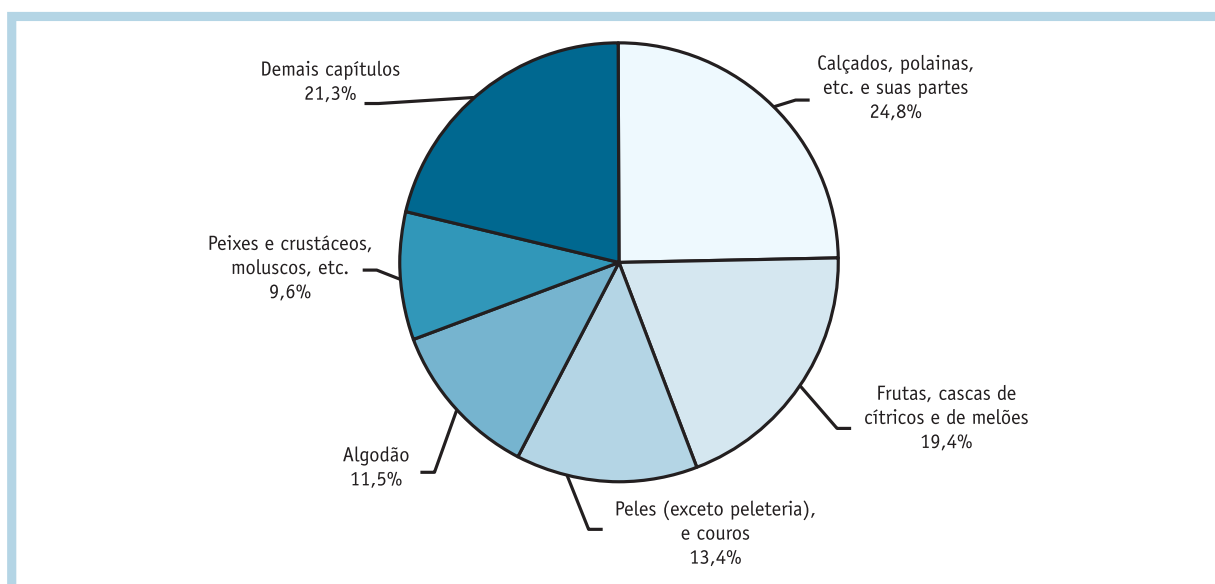


Gráfico 32 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

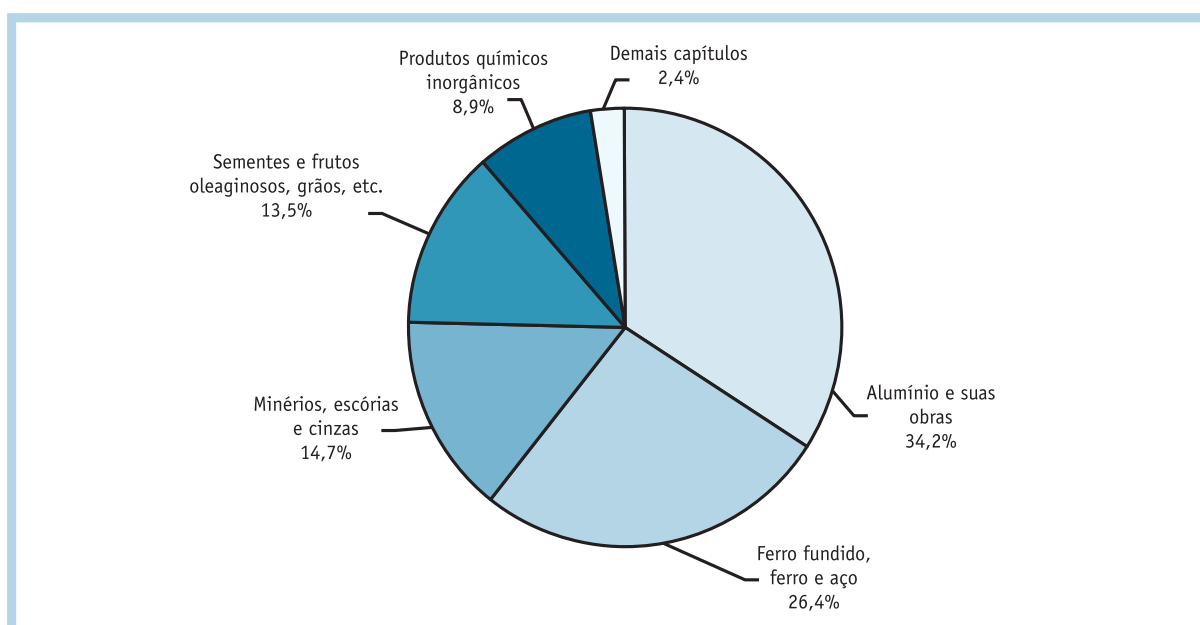


Gráfico 33 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O Estado da Paraíba, exportou US\$ 208,6 milhões em 2006, apresentando queda de 8,5% relativamente a 2005. Os principais capítulos da NCM exportados pela Paraíba foram: outros artefatos têxteis confeccionados (US\$ 51,4 milhões); calçados, polainas, etc. e suas partes (US\$ 41,9 milhões); algodão (US\$ 21,9 milhões); tecidos especiais, rendas, tapeçarias,

etc. (US\$ 18,0 milhões); e açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 16,7 milhões). Os dois últimos capítulos ganharam importância relativa em detrimento dos capítulos: bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento. Conjuntamente, esses capítulos corresponderam a 71,8% da pauta de exportações paraibanas.

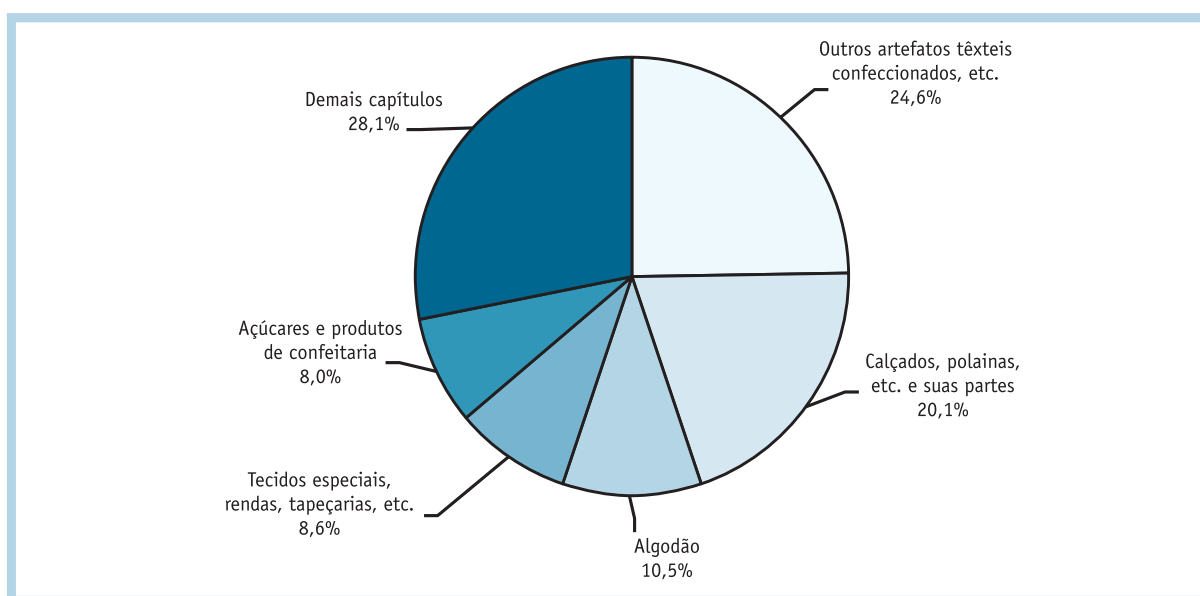


Gráfico 34 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

As exportações pernambucanas atingiram US\$ 780,3 milhões em 2006 – o quarto maior valor exportado na região – com ligeira retração de 0,6% comparativamente a 2005. A pauta de exportações de Pernambuco concentrou-se nos seguintes capítulos da NCM: açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 203,3 milhões); frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 10,1); borracha e suas obras (US\$ 61,7 milhões); máquinas, aparelhos e mat. elétricos (US\$ 54,5 milhões); peixes e crustáceos, moluscos (US\$ 46,5 milhões); plásticos e suas obras (US\$ 46,0 milhões); bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 41,1 milhões). Esses sete capítulos representaram juntos 70,9% das exportações totais. Todos os principais capítulos exportados por Pernambuco aumentaram suas vendas, sendo mais significativo o aumento de 27,7% registrado por plásticos e suas obras.

O Piauí exportou US\$ 47,1 milhões em 2006, apresentado queda de 19,7% com relação a 2005. Os cinco capítulos da NCM mais exportados pelo Estado em 2006 foram: gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais (US\$ 16,3 mi-

lhões); frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 6,0 milhões); sementes e frutos oleaginoso, grãos, etc. (US\$ 5,4 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 4,4 milhões); e peles (exceto peleteria), e couros (US\$ 4,2 milhões). Juntos, os cinco capítulos representaram 77,1% das exportações do Estado. Destaca-se a variação negativa dos seguintes capítulos: sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (-35,5%) – impactando diretamente nas exportações desses produtos pela região Nordeste; e frutas, cascas de cítricos e de melões (-18,7%).

As vendas externas do Rio Grande do Norte alcançaram US\$ 371,5 milhões em 2006, com diminuição de 10,1% em relação ao total exportado em 2005. As vendas externas do Estado concentraram-se em cinco capítulos da NCM, que responderam por 80,9% da pauta de exportações: frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 144,5 milhões); peixes e crustáceos, moluscos, etc. (US\$ 59,6 milhões); açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 44,7 milhões); combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 27,9 milhões); bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 24,0 milhões). Destaca-se o bom de-

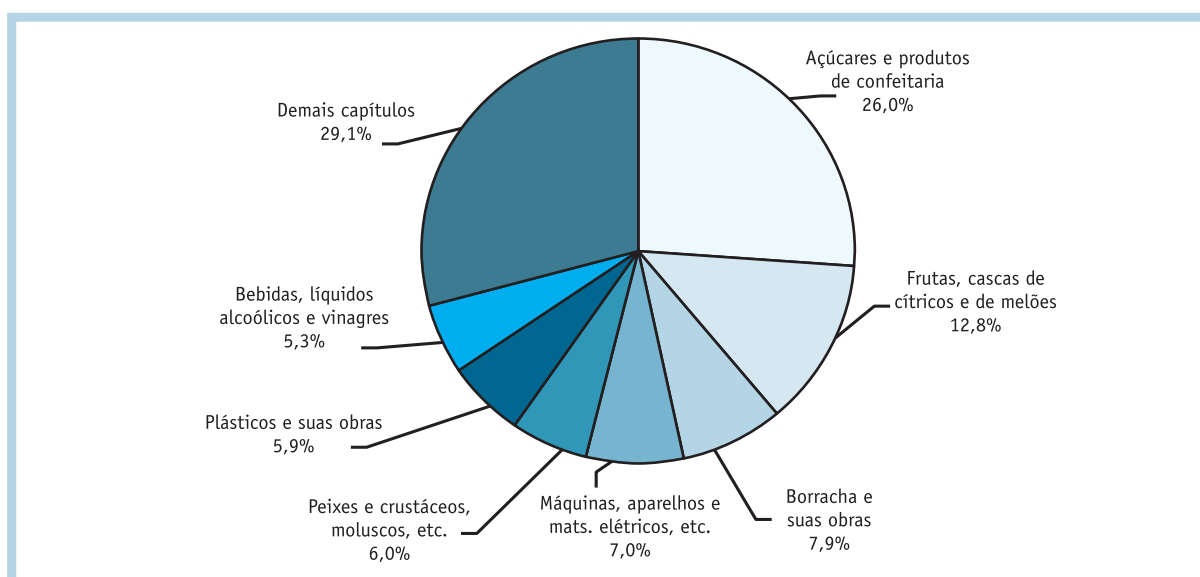


Gráfico 35 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

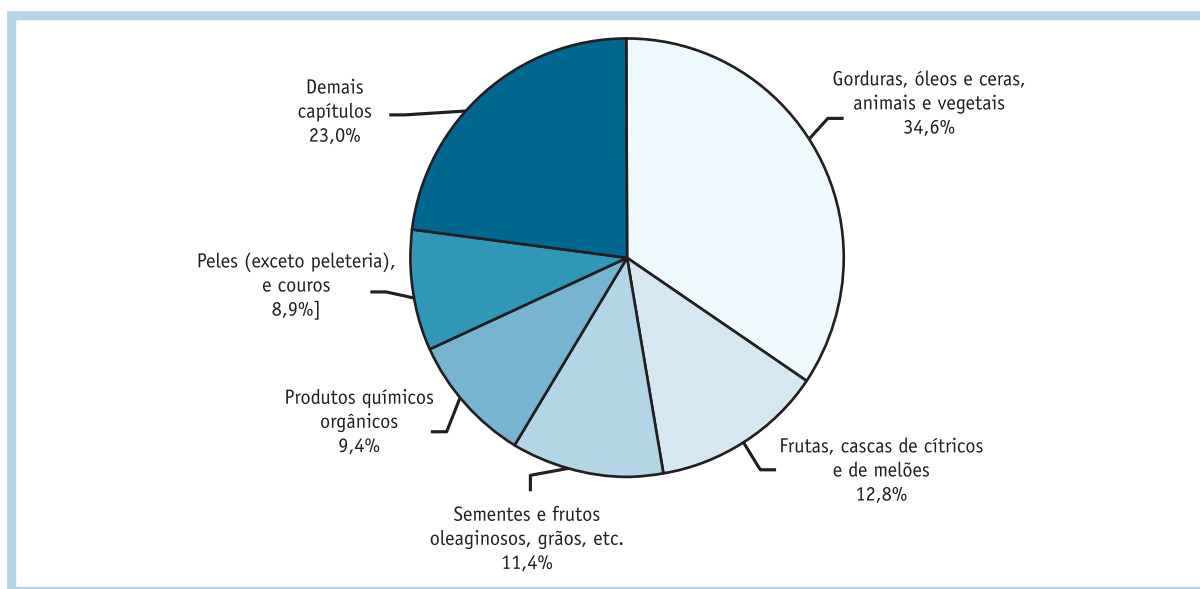


Gráfico 36 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Piauí em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

sempenho do último capítulo, que ganhou importância relativa em 2006, a despeito do capítulo sal; enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento, que esteve entre os principais capítulos exportados pelo Rio Grande do Norte em 2005. Dois capítulos apresentaram variação negativa nas exportações: combustíveis, óleos e ceras minerais (-71,2%); e peixes e crustáceos, moluscos, etc. (-24,2%).

O Estado de Sergipe exportou US\$ 78,9 milhões, significando 30,7% de crescimento sobre o total exportado em 2005. As vendas externas de Sergipe tiveram como principais capítulos exportados: preparação de produtos hortícolas, frutas, etc (US\$ 44,7 milhões); sal; enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento (US\$ 14,1 milhões); calçados, polainas e suas partes (US\$ 7,6 milhões); algodão (US\$ 6,6 milhões); e ou-

tros artefatos têxteis confeccionados, etc. (US\$ 1,3 milhões). Os cinco capítulos participaram com 94,2% das exportações sergipanas. Ganham importância relativa na pauta de exportações de Sergipe os capítulos: calçados, polainas e suas partes, etc.; e outros artefatos têxteis selecionados. A despeito da perda de participação relativa dos capítulos: adubos e fertilizantes e açúcares e produtos de confeitaria. Por outro lado, Sergipe apresentou queda de 24,0% das exportações de algodão em 2006.

Deve-se ressaltar que há boas perspectivas para os produtores de algodão, uma vez que o Brasil ganhou junto à OMC direito de retaliação pelos subsídios agrícolas concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos seus produtores. Em agosto do ano passado, os Estados Unidos decidiram pela eliminação do programa de subsídio, o que trará benefícios para o Brasil e para todos os países com potencial agrícola, podendo beneficiar safras futuras (O ALGODÃO..., 2007).

A análise das importações nordestinas mostra que os bens intermediários responderam por 41,8% do total importado em 2006, seguidos de combustíveis e lubrificantes (34,1%), bens de capital (16,1%) e bens de consumo (7,9%). Os únicos a apresentarem incremento na participação foram os bens de consumo, que detinham 6,2% em 2005. O crescimento de 40,9% das importações do Nordeste foram puxadas pelo expressivo aumento de 82,7% das importações de bens de consumo — bem superior ao crescimento registrado pelas importações nacionais desta categoria (42,5%). Os bens intermediários apresentaram o segundo melhor desempenho em relação às importações, com incremento de 47,8%. O item combustível e lubrificante teve crescimento de 34,7%, ao passo que, o menor crescimento foi de importações de bens de capital (24,8%) — ainda assim, esse resultado mostrou-se relativamente superior à média nacional (23,9%).

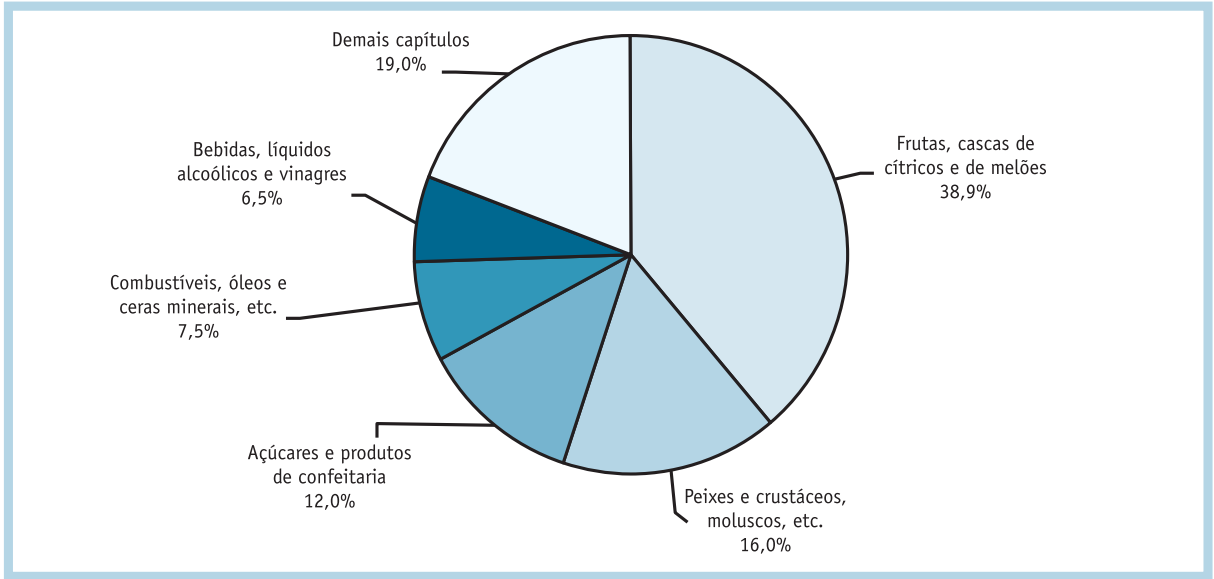


Gráfico 37 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

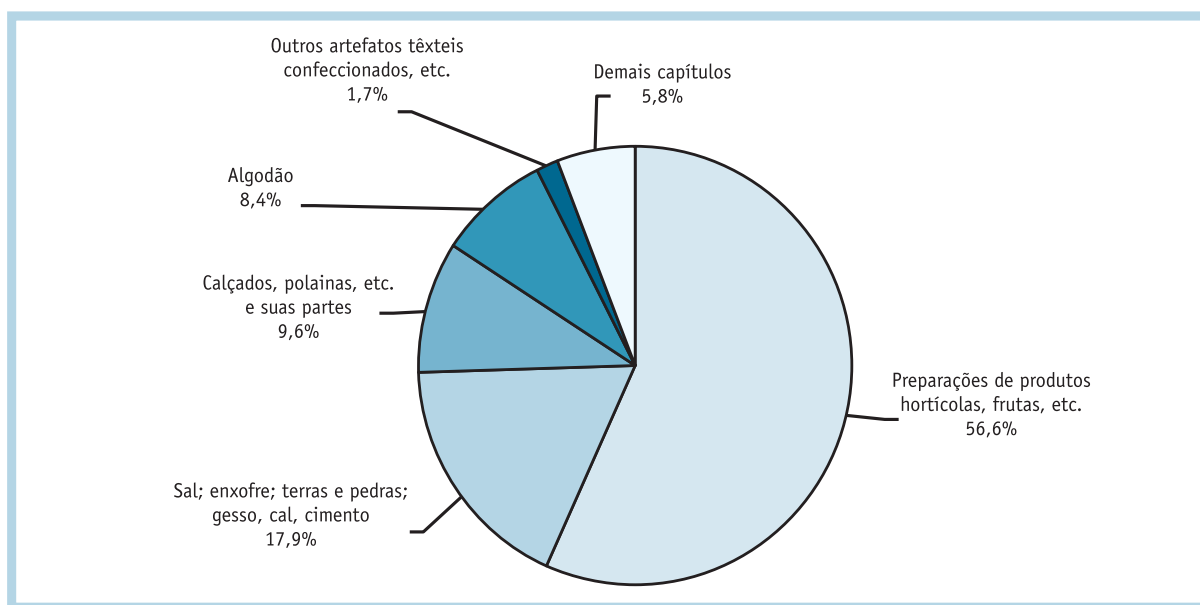


Gráfico 38 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe em 2006

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2007c). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

5.3 – Balanço de Pagamentos

Em 2006, o superávit de transações correntes foi de US\$ 13,5 bilhões, resultado inferior ao de US\$ 13,9 bilhões obtidos no ano anterior. Esse recuo deveu-se, principalmente ao crescimento de 7,5% do déficit na conta serviços e rendas que compensou o aumento de 3,0 % do excedente da balança comercial.

Já no primeiro bimestre de 2007, o saldo da conta de transações correntes foi de US\$ 918 milhões, superior aos US\$ 339 milhões no mesmo período de 2006. A estimativa do Banco Central para o superávit em transações correntes para 2007 foi elevada de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 7,7 bilhões.

O desempenho das transações correntes resultou, principalmente, do excedente de US\$ 5,4 bilhões da balança comercial nos dois primeiros meses do ano, a despeito da valorização da moeda nacional. Outro fator que contribuiu para esse superávit foi a expansão de 13,5% das transferências unilaterais nos dois

primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Vale destacar, também, a diminuição do déficit nas contas serviços e rendas, que totalizaram US\$ 5,0 bilhões, queda de 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (Tabela 45).

As remessas líquidas de rendas totalizaram US\$ 3,7 bilhões no primeiro bimestre, recuo de 22,9% ante o acumulado dos dois primeiros meses de 2006. Contribuiu para essa retração a queda de 29,1% das remessas líquidas de lucros e dividendos relativos a investimentos diretos e investimentos em carteira.

Essa retração é importante, principalmente se considerarmos que somente as despesas de lucros e dividendos vinculados aos investimentos diretos atingiram US\$ 12,3 bilhões no ano passado – incremento de 25,5% em relação a 2005. A valorização da moeda nacional, ao elevar o lucro das empresas em dólares, vi-

nha estimulando a remessa de lucros e dividendos nos últimos anos.

Em contrapartida, constatou-se um aumento significativo dos ingressos de lucros e dividendos relativos a investimentos brasileiros no exterior que totalizou US\$ 928 milhões no ano passado – crescimento de 44,7 % em relação a 2005. No mês de janeiro, essas receitas já somaram US\$ 310 milhões – incremento de 1.450% em relação a igual período do ano anterior. Essa progressão das receitas de lucro e dividendos reflete o processo crescente de internacionalização das empresas brasileiras (Gráfico 39).

Com relação à conta serviços, a maior contribuição para o déficit no primeiro bimestre do ano foi do item aluguel de equipamentos, que alcançou o montante de US\$ 835 milhões – aumento de 25,8% em relação ao mesmo período de 2006. A maior utilização de bens de capital de não-residentes reflete a realização de investimentos com o propósito de ampliar a capacidade produtiva do país. Destaque também para o crescimento das remessas líquidas de viagens internacionais que atingiram US\$ 174,0 milhões no acumulado do ano, reflexo da expansão da renda doméstica e da valorização cambial.

Tabela 45 – Brasil: Conta de Transações Correntes (US\$ milhões)

Discriminação	2006	2007
	Jan-Fev	Jan-Fev
Total de Rendas	-4.826	-3.744
Salários e Ordenados	41	68
Renda de Investimentos	-4.867	-3.812
Renda de Investimento Direto	-1.743	-1.424
Lucros e Dividendos	-1.493	-1.210
Juros de Empréstimos Intercompanhias	-250	-214
Renda de Investimento em Carteira	-2.588	-1.747
Lucros e Dividendos	-877	-444
Juros de Títulos de Dívida (Renda Fixa)	-1.711	-1.303
Renda de Outros Investimentos ^{1/}	-536	-642

Fonte: Bacen (2007l).

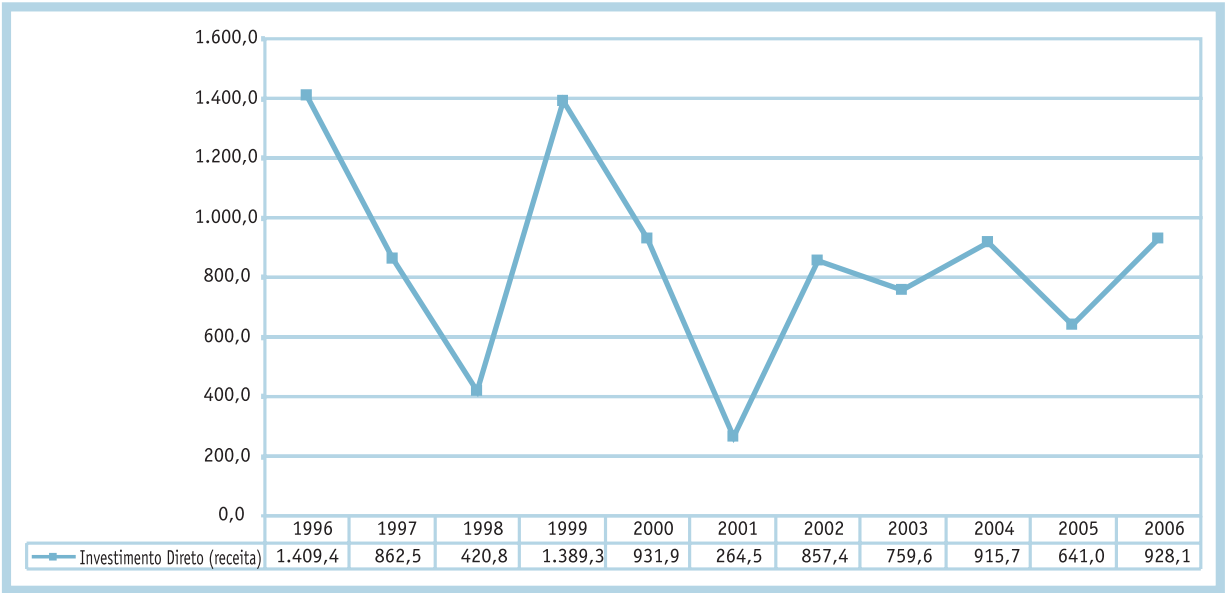


Gráfico 39 – Ingresso de Renda Relativo a Investimentos no Exterior (US\$ milhões)

Fonte: Bacen (2007p). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica

No que tange a conta capital e financeira, o ano de 2006 registrou ingressos líquidos de US\$ 16,3 bilhões, após dois anos consecutivos de saldos negativos. Já os dois primeiros meses do ano assinalaram entradas líquidas de US\$ 14,1 bilhões – elevação de 354,8% em relação ao primeiro bimestre de 2006. Parte significativa desses resultados decorreu dos investimentos diretos que contabilizaram US\$ 7,2 bilhões no acumulado do ano. Desse total, US\$ 3,8 bilhões referem-se a entradas líquidas de investimento direto estrangeiro e US\$ 3,4 bilhões estão vinculados a retornos líquidos dos investimentos brasileiros no exterior (Tabela 46).

Vale salientar que a esse retorno líquido de investimentos diretos brasileiros no exterior segue-se a saída líquida de US\$ 2,3 bilhões no mês de dezembro, contribuindo para que os investimentos brasileiros no exterior atingissem US\$ 27,2 bilhões em 2006, ultrapassando pela primeira vez na história os ingressos líquidos de investimentos diretos estrangeiros (Gráfico 40).

O aumento dos ativos externos reflete o processo de expansão das empresas brasileiras em direção a mercados no exterior, principalmente em setores produtores de *commodities* intensivos em capital como mineração e siderurgia, que ampliam suas escalas

Tabela 46 – Brasil: Conta Financeira

Discriminação	US\$ Bilhões					
	2006			2007		
	Fev	Jan-Fev	Ano	Fev	Jan-Fev	Ano (*)
Conta Financeira	0,2	3,1	16,4	8,8	14,1	10,5
Investimentos Diretos	-0,9	-0,6	-8,5	0,8	7,2	14,5
Brsuleiros no Exterior	-1,8	-3,0	-27,3	-0,6	3,4	-5,5
Estrangeiros no País	0,9	2,3	18,8	1,4	3,8	20,0
Participação	0,6	1,7	15,4	1,2	3,3	20,0
Intercompanhias	0,3	0,6	3,4	0,2	0,5	0,0
Investimento em carteira	4,4	4,9	8,6	3,5	5,1	12,0
Ativos	0,7	1,0	-0,4	0,0	-0,2	-1,2
Passivos	3,7	3,9	9,1	3,4	5,3	13,2
Derivativos	0,1	0,1	0,4	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	-3,4	-1,3	15,9	4,6	1,9	-16,1
Ativos	-2,4	-2,7	-3,2	1,2	3,0	-12,4
Passivos	-1,0	1,5	19,0	3,4	-1,1	-3,7

Fonte: Bacen (2007n).
Nota: (*) Projeção

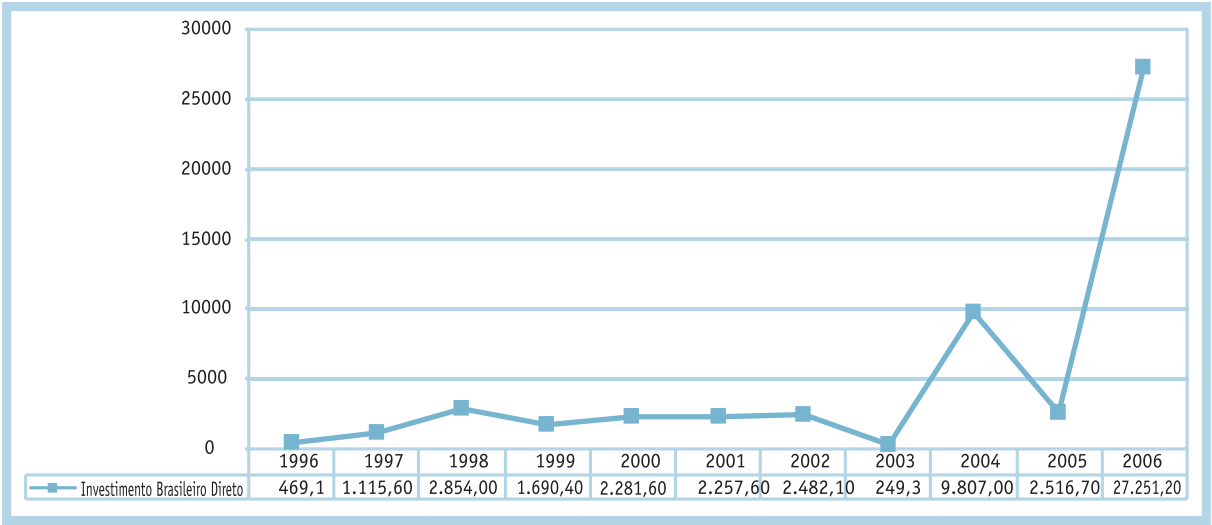


Gráfico 40 – Investimentos Diretos Brasileiros no Exterior – 1996-2006 (US\$ Milhões)

Fonte: Bacen (2007p). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

de produção adquirindo empresas concorrentes no exterior, assim como alguns segmentos intensivos em mão-de-obra (calçados, têxtil, etc.) que buscam maiores vantagens competitivas para enfrentar a concorrência externa.

Quanto aos investimentos estrangeiros diretos, os resultados revelam uma tendência de expansão dessa modalidade desde novembro de 2006, quando se registraram ingressos líquidos de US\$ 2,6 bilhões. Nos dois meses seguintes, os valores permaneceram acima dos US\$ 2,0 bilhões. Já em fevereiro, os investimentos estrangeiros diretos somaram US\$ 1,3 bilhão, bem acima dos US\$ 854 milhões do mesmo período de 2006.

Entre os fatores apontados para a entrada de investimento no país, destacam-se o tamanho do mercado, a existência de matérias primas ou de ativos estratégicos como, por exem-

plo, empresas nacionais com forte *market share*. Ademais, o diferencial de rentabilidade e a possibilidade das firmas estrangeiras deterem ativos específicos (produtos diferenciados e mão-de-obra especializada) são também determinantes para o influxo de investimento estrangeiro direto para o Brasil.

No que se refere à distribuição setorial, as informações para o mês de janeiro de 2007 revelam que o Setor Serviços foi o mais beneficiado com a entrada de IED. Esse segmento recebeu US\$ 1,15 bilhão (47,7% do total) – crescimento de 175,5% em relação a igual período do ano anterior. Entre os setores beneficiados, destacam-se comércio (US\$ 364 milhões), eletricidade, gás e água quente (US\$ 159 milhões), construção (US\$ 88 milhões) e serviços prestados a empresas (US\$ 87 milhões). Em 2006, a participação do setor serviços no total dos investimentos diretos foi de 54,5% (Tabela 47).

Tabela 47 – Ingressos de Investimentos Estrangeiros Diretos: Participações no Capital

US\$ Milhões						
	Jan. 06	2006	(%) 2006	Jan. 07	(%) 2007	Jan. 07/ Jan. 06
Total	1.414	22.225	100,0	2.415	100,0	70,8
Agricultura, Pecuária e Extrativa Mineral	188	1.538	6,9	128	5,3	-31,9
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	4	176	0,8	12	0,5	190,1
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	167	734	3,3	68	2,8	-59,2
Extração de Minerais Metálicos	15	393	1,8	45	1,9	207,8
Demais	1	21	0,1	1	0,1	0,9
Indústria	808	8.565	38,5	1.135	47,0	40,6
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores	0	288	1,3	258	10,7	1.717.166,7
Produtos Químicos	28	1.127	5,1	228	9,4	702,1
Metalurgia Básica	85	1.719	7,7	232	9,6	171,9
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação	7	325	1,5	23	1,0	226,0
Produtos Alimentícios e Bebidas	10	738	3,3	7	0,3	-24,7
Celulose, Papel e Produtos do Papel	68	1.619	7,3	213	8,8	214,7
Máquinas e Equipamentos	96	430	1,9	24	1,0	-74,8
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	10	206	0,9	5	0,2	-54,5
Artigos de Borracha e Plástico	3	218	1,0	32	1,3	1.147,8
Serviços	418	12.123	54,5	1.151	47,7	175,5
Comércio	207	1.485	6,7	364	15,1	75,8
Correio e Telecomunicações	49	1.215	5,5	9	0,4	-80,9
Serviços Prestados a Empresas	64	1.067	4,8	87	3,6	35,0
Intermediação Financeira	12	2.992	13,5	75	3,1	543,1
Eletricidade, Gás e Água Quente	5	2.332	10,5	159	6,6	2.919,7
Alojamento e Alimentação	7	350	1,6	8	0,3	5,7
Construção	5	321	1,4	88	3,6	1.529,0

Fonte: Bacen apud IEDI (2007a).

Já os investimentos direcionados para a indústria absorveram 47,0% do total em janeiro de 2007 (US\$ 1,13 bilhão) – incremento de 40,6% comparativamente a janeiro de 2005. Os principais receptores foram fabricação e montagem de veículos automotores (US\$ 258 milhões), metalurgia básica (US\$ 232 milhões), produtos químicos (US\$ 228 milhões) e celulose, papel e produtos de papel (US\$ 213 milhões).

O Setor Agropecuário e Extrativista representou somente 5,3% do total (US\$ 128 milhões) no mês de janeiro – queda de 31,9% comparativamente a janeiro de 2005. Os ingressos se direcionaram, sobretudo, para ex-

tração de petróleo e serviços relacionados (US\$ 68 milhões) e extração de minerais metálicos (US\$ 45 milhões).

Finalmente, vale mencionar a melhoria de alguns indicadores de sustentabilidade externa do país no ano de 2006. Entre os fatores positivos, encontram-se a progressão das reservas cambiais e das vendas internacionais e a queda da dívida externa (Tabela 48).

A dívida externa total alcançou o valor de US\$ 172,5 bilhões em dezembro de 2006 – recuo de 1,7% em relação a dezembro de 2005. Já as reservas internacionais registraram um incre-

Tabela 48 – Indicadores de Endividamento (US\$ milhões)

Discriminação	2004	2005	2006			
			Mar	Jun	Set	Dez
Serviço da Dívida	51.800	66.048	71.738	76.828	67.652	56.858
Amortizações ^{2/}	37.561	51.587	56.703	61.844	52.805	41.979
Juros Brutos	14.239	14.460	15.035	14.984	14.847	14.879
Dívida de Médio e Longo Prazos (A)	182.630	150.674	148.837	140.251	141.471	152.266
Dívida de Curto Prazo (B)	18.744	18.776	17.815	16.410	18.089	20.192
Dívida Total (C)=(A+B)	201.374	169.450	166.652	156.661	159.560	172.459
Dívida Total do Setor Público	132.259	100.284	96.335	88.903	88.039	89.245
Reservas Internacionais (D)						
Liquidez Internacional	52.935	53.799	59.824	62.670	73.393	85.839
Créditos Brasileiros no Exterior (E)	2.597	2.778	2.802	2.836	2.848	2.939
Haveres de Bancos Comerciais (F)	10.140	11.790	15.685	11.747	12.489	8.984
Dívida Total Líquida (G)=(C-D-E-F)	135.702	101.082	88.339	79.408	70.830	74.697
Exportações	96.475	118.308	123.244	125.531	132.301	137.470
PIB	663.783	882.729	927.560	968.523	1.017.412	1.067.325
	Indicadores					
Serviço da Dívida/Exportações (%)	53,7	55,8	58,2	61,2	51,1	41,4
Serviço da Dívida/PIB (%)	7,8	7,5	7,7	9,1	6,6	5,3
Juros/Exportações (%)	14,8	12,2	12,2	11,9	11,2	10,8
Dívida Total/PIB (%)	30,3	19,2	18,0	18,5	15,7	16,2
Dívida Total do Setor Público/Dívida Total (%)	65,7	59,2	57,8	56,7	55,2	51,7
Dívida Total Líquida/PIB (%)	20,4	11,5	9,5	9,4	7,0	7,0
Reservas (Liquidez)/Dívida Total (%)	26,3	31,7	35,9	40,0	46,0	49,8
Dívida Total/Exportações	2,1	1,4	1,4	1,2	1,2	1,3
Dívida Total Líquida/Exportações	1,4	0,9	0,7	0,6	0,5	0,5
Reservas (Liquidez)/Serviço da Dívida	1,0	0,8	0,8	0,8	1,1	1,5
Reservas (Liquidez)/Juros	3,7	3,7	4,0	4,2	4,9	5,8

Fonte: Bacen (2007h).

Notas: (1) Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado;

(2) Inclui pagamentos relativos ao programa de assistência. Exclui amortizações refinanciadas.

mento de 59,4% nessa mesma base de comparação. Assim, o indicador reservas/dívida total registrou um aumento substancial, passando de 31,7% para 49,8%. Para fevereiro de 2007, as estimativas apontam para uma relação reservas/dívida total de 59,4%.

Com a queda de 13,7 % dos serviços da dívida e o crescimento de 16,2% das exportações, de dezembro de 2005 a dezembro de 2006, a relação serviços da dívida/ exportações caiu de 55,8% para 41,4%. Já a relação dívida total/ exportações decresceu de 1,4 para 1,3. ●

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Governo Federal

6.1.1 - Resultado fiscal do governo central

As receitas totais do Governo Central representaram, em 2006, cerca de 26% do PIB nacional, o maior percentual registrado nos últimos dez anos. Em 1997, as referidas receitas atingiam 18,2% do PIB. Ao longo da década, o maior crescimento se deu nas receitas do Tesouro Nacional, em particular no item contribuições, que abrange, dentre outros: o Cofins³³, a CPMF³⁴, o CSLL³⁵ e o Cide³⁶ Combustíveis. O montante arrecadado com as contribuições (R\$ 194.240 milhões) em 2006 foi superior ao obtido através dos impostos (R\$ 182.741 milhões) no mesmo período (BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2007b).

Uma análise das receitas e transferências do Governo Central revela que o incremento das receitas, verificado ao longo da década, foi destinado preferencialmente ao Governo Federal. Da elevação de 7,7 p.p. do PIB no total das receitas do Governo apenas 1,6 p.p. tornou-se aumento de transferências a Estados e municípios. Desta maneira, de 1997 a 2006, as transferências aos

26 Estados e cerca de 5.500 municípios aumentaram de 2,9% do PIB para 4,4%.

A despesa total do Governo Central se expandiu em 4 p.p. do PIB na década, sendo 2,5 p.p. de incremento nos benefícios previdenciários. Cumpre ressaltar que as receitas da Previdência elevaram-se em 0,8 p.p. no mesmo período e que as despesas previdenciárias incluem gastos ocasionais, como o pagamento de sentenças judiciais.

Entre 2006, as despesas com benefícios previdenciários alcançaram 7,9% do PIB, representando 41,3% das despesas totais do Governo. As despesas com pessoal e encargos sociais chegaram a 26,2% das despesas totais e representaram 5% do PIB.

Com relação 2005, o aumento das receitas do tesouro foi de 10,5%, em 2006. Este incremento foi favorecido pelo desempenho de alguns setores como petróleo e extração de minerais metálicos, que elevou a arrecadação do im-

³³ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

³⁴ A Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) incidirá à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento) no período correspondente aos anos-calendários de 2004 a 2007.

³⁵ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

³⁶ CIDE/Combustível - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

posto de renda. Além disto, houve a retomada do pagamento do imposto de renda de empresas do setor financeiro, que haviam obtido suspensão do tributo em 2005 por meio de demandas judiciais.

Cumpra ressaltar que a arrecadação de tributos aumentou apesar das medidas tomadas pelo Governo para estimular o investimento, como a Lei nº 11.196/2005. A referida lei institui o Regime Especial de Tributação para Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia de Informação – REPES e o Regime

Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras, além do Programa de Inclusão Digital e dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica, afetando a arrecadação do Cofins.

As transferências a Estados e municípios somaram, em 2006, R\$ 92.779,9 milhões, representando incremento de 10,5% em relação a 2005. As transferências chegaram a 4,4 % do PIB. Informações mais detalhadas sobre estas transferências para os Estados e municípios serão descritas no tópico 6.2.1.

Tabela 49 - Resultado Primário do Governo Central (*) Brasil, 2005 - 2006 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Dezembro		Variação (%) 2006/2005
	2005	2006	
I. RECEITA TOTAL	488.375,0	543.251,8	11,2
I.1. Receitas do Tesouro	378.546,6	418.162,6	10,5
I.2. Receitas da Previdência Social	108.434,1	123.520,2	13,9
I.3. Receitas do Banco Central	1.394,2	1.569,0	12,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	83.936,7	92.779,9	10,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	404.438,3	450.471,9	11,4
IV. DESPESA TOTAL	351.621,7	400.669,2	13,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	92.230,8	105.030,6	13,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	146.010,1	165.585,3	13,4
IV.3. Custeio e Capital	111.121,6	127.617,6	14,8
IV.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	552,9	695,4	25,8
IV.5. Despesas do Banco Central	1.706,3	1.740,3	2,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	52.816,6	49.802,7	-5,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	2,73%	2,38%	-

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2007f). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.
Nota: (*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.

6.1.2 - Dívida pública federal

O Tesouro Nacional, através da publicação Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2006, revela os principais fatos referentes à Dívida Pública Federal, interna e externa. No ano de 2006, constata-se a implementação de mudanças qualitativas na Dívida Pública Federal, especialmente no que concerne à dívida externa (BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2007d).

Em janeiro de 2006, foi iniciado o Programa de Resgate Antecipado, que compreendeu a uti-

lização de reservas internacionais para recompra de títulos brasileiros em circulação no mercado internacional, especialmente os com vencimentos de curto e médio prazos (2007 a 2012), com valor de face correspondendo a US\$ 6,1 bilhões.

Em abril de 2006, o Governo comprou a totalidade dos *Bradies* brasileiros. Ao longo do ano foram realizadas operações de *Exchange Offer* onde títulos da dívida externa denomina-

dos em dólar com vencimento em 2020, 2024, 2027 e 2030 foram trocados por títulos com vencimento em 2037. Também foram efetuadas compras de títulos denominados em dólares e euros (*Tender Offer*).

Ademais, houve a emissão e duas reaberturas do Global BRL 2022, título soberano denominado em reais. O Governo Federal buscou, assim, construir uma curva de rendimentos em reais no mercado externo e fugir ao que os economistas denominam - pecado original. O pecado original consistiria na incapacidade dos governos (especialmente de economias emergentes) endividarem-se junto a outros países em sua própria moeda local.

Estas medidas representaram um alongamento do perfil da dívida externa, bem como, redução do seu valor. De fato, em janeiro de 2005, a dívida externa líquida como percentual do PIB atingiu 10,9%, passando a 9,0% em dezembro daquele ano e apenas 6,7% em dezembro de 2006.

No que concerne à dívida interna, mais especificamente, à Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF), constata-se também a presença de um movimento em busca de redução das vulnerabilidades da economia brasileira às crises internacionais. A parcela da DPMFi (Dívida Pública Mobiliária Federal Interna) indexada ao câmbio foi, em dezembro de 2006, 1,3%. O Governo Federal realizou um movimento no sentido de ampliar a participação dos títulos vinculados aos índi-

ces de preços e prefixados, conforme se depreende da Tabela 50.

Em 2006, foi editada a Lei nº 11.312, que proporcionou a isenção do imposto de renda sobre ganhos em investimentos em títulos da DPMFi para não residentes. Seus efeitos já se fazem sentir. A participação dos investidores não residentes na DPMFi se elevou de 0,7%, em janeiro de 2005, para 2,6%, em dezembro de 2006.

Registre-se ainda, a expansão do prazo médio da dívida pública mobiliária federal interna que passou de 27,4 meses em dezembro de 2005, para 31,1 no mesmo mês de 2006.

O percentual da DPMFi vincendo nos próximos 12 meses reduziu-se, no mesmo período em análise, de 41,6% para 35,7%.

Desta forma, evidencia-se, tanto no campo externo, como interno, a suavização do perfil de endividamento do setor público, fato que, aliado à estabilidade de preços, se refletiu por reclassificação do *rating* brasileiro na Fitch, Standard & Poor e Moody's ao longo de 2006, tornando-o mais próximo de "grau de investimento".

Para o ano de 2007, o Plano Anual de Financiamento projeta a manutenção:

- a) do Programa de Resgate Antecipado dos títulos da dívida;
- b) da estratégia da emissão de títulos da dívida externa em moeda nacional (real);
- c) da postura de adquirir a moeda estrangeira necessária para o pagamento da dívida externa no mercado nacional.

Tabela 50 – Composição da DPMFi em Poder do Público

Mês	Pré-Fixado (%)	Taxa Selic (%)	Índice de Preços (%)	Câmbio (%)	TR (%)	Outros (%)	Total (%)
Dez/2003	12,5	61,4	13,5	10,8	1,8	0	100
Dez/2004	20,1	57,1	14,9	5,2	2,7	0	100
Dez/2005	27,9	51,8	15,5	2,7	2,1	0	100
Dez/2006	36,1	37,8	22,6	1,3	2,2	0	100

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2007b) e Bacen (2007h). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

6.1.3 - Necessidade de financiamento do setor público

A análise dos dados referentes à necessidade de financiamento do setor público, que inclui, Governo Central, governos regionais e estaduais revela que o Governo vem mantendo a situação de 2005, quando se constatava a presença de superávit primário e déficit nominal. O superávit primário se verifica em todas as esferas – estaduais (federais e estaduais), governos municipais e estaduais e Governo Central.

Dentro do Governo Central, que apresenta superávit primário da ordem 2,4% do PIB, ressalte-se que:

a) O INSS, isoladamente, possui déficit de 2,0% do PIB;

b) a maior despesa isolada do Governo é com pagamento de juros.

A grandeza da despesa com juros é de 7,6% do PIB em 2006, valor que se reduziu face 2005, quando atingiu 8,1% do PIB. Desta maneira, o Governo Central apresentou um déficit nominal de 3,5% em 2006.

Logo, dado o volume de recursos alocado para pagamento dos juros, constata-se que a atuação do Governo no sentido de compra de títulos públicos, alongamento do perfil da dívida e da redução da taxa de juros é essencial para que sejam liberados recursos para a resolução de problemas mais urgentes de ordem social ou econômica.

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

6.2.1 - Transferências constitucionais

Um dos principais instrumentos fiscais da União, utilizado para diminuir os desequilíbrios espaciais da distribuição da riqueza nacional, são as parcelas de recursos arrecadadas pelo Governo Federal e transferidas para Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme estabelecido na Constituição Federal. Os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM) são as principais transferências constitucionais.

Da receita líquida³⁷ do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas – IR e Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, 21,5% constituem o FPE e 22,5% o FPM. Os Gráficos 41

e 42 mostram a distribuição desses dois fundos para as regiões. O Nordeste recebe 52,5% do total do FPE e 35,2% do FPM. Essa distribuição reflete a preocupação em se compensar regiões mais desprovidas de recursos próprios para promover o desenvolvimento.

As transferências constitucionais para Estados e Municípios não se constituem apenas de FPE e FPM. Olhando a distribuição para os Estados, existem as transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE), o Fundo de Com-

³⁷ Receita bruta menos restituições e incentivos fiscais.

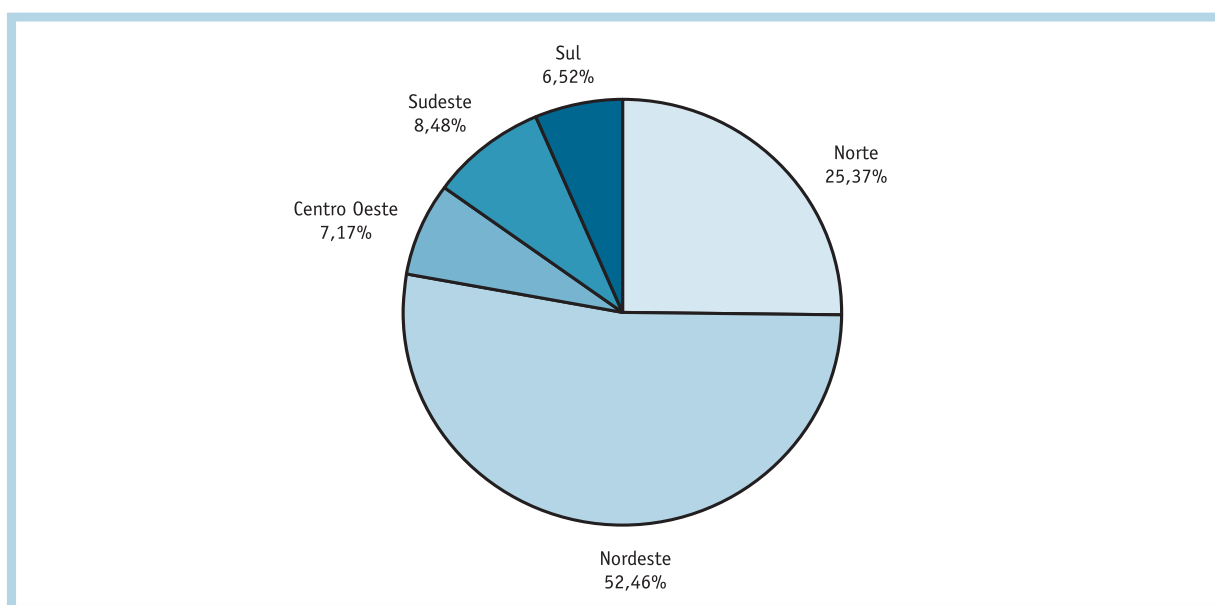


Gráfico 41 – Fundo de Participação dos Estados: Distribuição. Participação (%) Regional (Jan.- Dez./06)

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

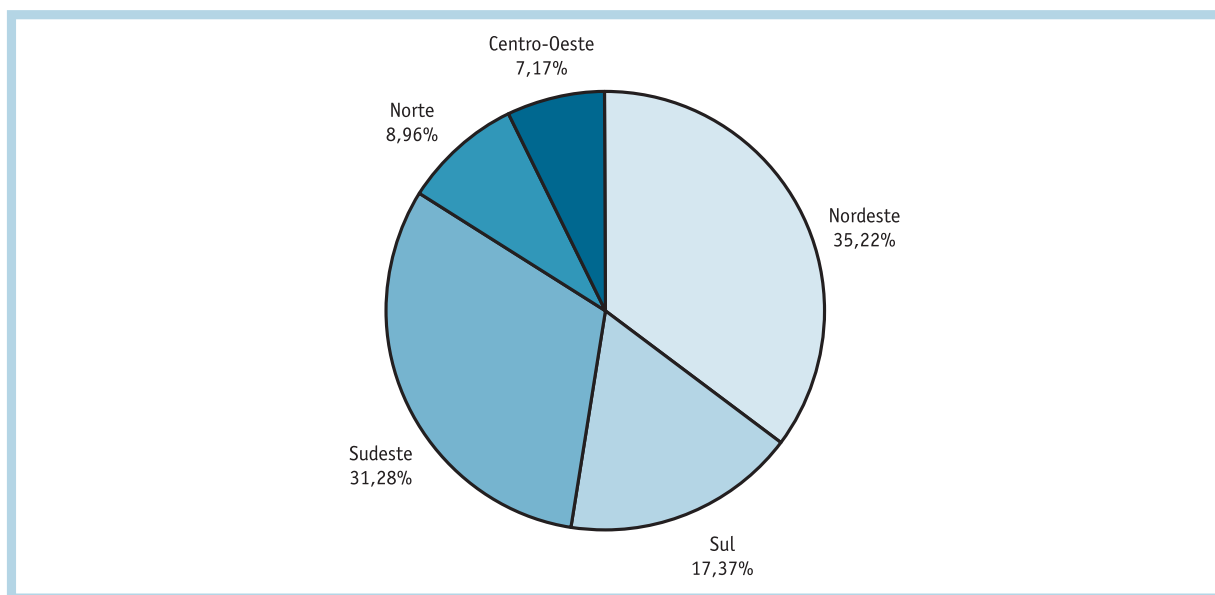


Gráfico 42 – Fundo de Participação dos Municípios Distribuição. Participação (%) Regional (Jan.- Dez./06)

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

pensação de Produtos Industrializados (IPI – EXP), os recursos para fomentar as exportações do país (FEX) e a Lei Complementar nº 87/96, que dispõe sobre a desoneração do ICMS nas transações de produtos destinados à exportação, e sobre os bens de capital, a energia elétrica e os bens de uso e consumo adquiridos pelas empresas (Lei Kandir). A

participação de cada fundo para os Estados é mostrada na Tabela 51. Cabe ainda salientar que as participações de FPE e FUNDEF são complementares, ou seja, olhando o total de transferências para um determinado Estado, se o FPE tem uma menor participação, o FUNDEF será maior (caso de Pernambuco, ou o contrário, caso do Ceará).

O total de transferências constitucionais para os Estados do Nordeste, em 2006, somou R\$ 17,9 bilhões, com um crescimento de 9,6% com relação a 2005. Trabalhando apenas com os dados de 2006, em termos per capita³⁸, a Bahia tem o menor valor por habitante, R\$ 246,97, enquanto Sergipe tem o maior valor R\$ 684,04, atestando que os princípios que norteiam a distribuição constitucional estão sendo seguidos.

Considerando apenas o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, na região Nordeste,

as maiores dotações foram enviadas para municípios pertencentes aos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, que absorveram R\$ 5,5 bilhões, equivalente a 52,9% do total regional de 2006, em função de serem os Estados mais desenvolvidos. Quando se olha para a distribuição em termos per capita, observa-se que os menores valores por habitante estão exatamente nestes três Estados, Bahia com R\$ 172,21; Ceará com R\$ 172,02 e Pernambuco com R\$ 159,40. Vale salientar as taxas de crescimento da receita nominal de FPM nos Estados do Piauí e Maranhão, 14,12% e 12,22%, respectivamente.

Tabela 51 – Nordeste: Participação das Transferências Constitucionais Legais no Total das Transferências para os Estados (%)

ESTADOS	FPE		FUNDEF		IPI-EXP		LC 87/96		CIDE		FEX	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Alagoas	83,98	84,59	9,50	8,95	0,41	0,57	1,44	0,75	1,57	1,38	3,10	3,75
Bahia	76,07	76,62	13,23	12,88	3,99	4,24	2,56	1,34	2,77	2,76	1,38	2,17
Ceará	86,54	87,84	7,46	6,84	1,26	1,03	1,64	0,86	2,21	2,02	0,89	1,41
Maranhão	84,29	85,91	9,51	7,84	0,90	1,04	1,67	0,88	1,87	1,79	1,75	2,53
Paraíba	81,70	82,07	14,82	14,61	0,55	0,49	0,42	0,22	1,71	1,53	0,80	1,09
Pernambuco	77,84	78,29	17,79	17,70	0,51	0,71	1,43	0,74	2,04	1,82	0,39	0,74
Piauí	87,35	88,39	9,26	8,44	0,09	0,08	0,52	0,27	2,08	1,89	0,71	0,93
Rio Grande do Norte	79,33	79,62	15,78	15,85	1,04	0,79	0,59	0,30	2,06	1,82	1,20	1,62
Sergipe	85,09	85,84	12,78	12,26	0,11	0,12	0,44	0,23	1,35	1,19	0,22	0,36
Nordeste	81,74	82,53	12,33	11,80	1,31	1,36	1,40	0,73	2,07	1,92	1,15	1,66

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2007c).

Tabela 52 – Nordeste: Transferências Constitucionais para os Estados (R\$)

Estados	Total		var. %	Total Per Capita	
	2005	2006		2005	2006
Alagoas	1.261.338.236,21	1.385.901.964,65	9,88	417,85	453,60
Bahia	3.145.410.930,24	3.456.136.388,70	9,88	227,50	246,97
Ceará	2.158.685.133,74	2.353.819.971,69	9,04	266,29	286,87
Maranhão	2.180.617.792,61	2.367.647.365,87	8,58	356,91	382,87
Paraíba	1.492.571.847,13	1.644.446.418,64	10,18	414,83	451,55
Pernambuco	2.257.314.975,95	2.483.690.659,19	10,03	268,07	291,41
Piauí	1.259.762.230,09	1.377.758.952,87	9,37	418,64	452,35
Rio Grande do Norte	1.341.052.463,78	1.478.804.331,14	10,27	446,08	486,00
Sergipe	1.243.450.507,76	1.364.205.450,27	9,71	631,07	684,04
Nordeste	16.340.204.117,51	17.912.411.503,02	9,62	319,99	346,56

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2007b).

³⁸ A população de 2006 foi estimada a partir dos dados do IBGE, de 2002 a 2005.

Tabela 53 – Nordeste: Fundo de Participação dos Municípios – (R\$ 1,00)

	2005	2006	var.%	Total Per Capita 2005	Total Per Capita 2006
NORDESTE	9.410.827.141,41	10.390.880.616,30	10,41	184,29	201,04
Alagoas	634.523.573,09	701.308.074,86	10,53	210,20	229,54
Bahia	2.381.009.199,58	2.634.413.101,62	10,64	172,21	188,25
Ceará	1.394.517.317,09	1.541.917.253,50	10,57	172,02	187,92
Maranhão	1.083.580.013,11	1.215.954.091,68	12,22	177,35	196,63
Paraíba	861.511.361,72	952.749.675,11	10,59	239,44	261,62
Pernambuco	1.342.231.070,14	1.437.330.854,16	7,09	159,40	168,64
Piauí	663.442.705,09	757.093.303,14	14,12	220,47	248,57
Rio Grande do Norte	662.073.677,81	732.334.633,72	10,61	220,23	240,68
Sergipe	387.938.223,78	417.779.628,51	7,69	196,89	209,48

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2007b).

6.2.2 - Transferências voluntárias

As Transferências Voluntárias, do ano de 2006, a Estados, Distrito Federal, e municípios representam apenas 9,2% do total de transferências da União. As Constitucionais e Legais representam 70%. Em janeiro de 2007, as transferências voluntárias representaram apenas 1,4% do total. As informações disponíveis no endereço eletrônico do Tesouro Nacional dificultam a visualização de quanto foi distribuído para as regiões, em virtude de uma grande parte das transferências serem alocadas no item “Estado não-definido” (BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2007g). Em 2006, das Transferências Voluntárias distribuídas para os Estados, 65,5% foram alocadas em “Estado não-definido”, e 46,4% do que foi distribuído para os municípios ficaram alocados, também no mesmo tipo de item.

Em termos de Estados e municípios, as transferências tiveram maior destino para os municípios, 64% do total no valor de R\$ 8,0 bilhões. Do que foi transferido aos municípios, o Nordeste ficou com a participação de 18,1% e foi a maior participação por região, sem levar em consideração o “Estado não-definido”. A segunda maior participação foi o Sudeste com 15,5%. Dos Estados do Nordeste, as maiores parcelas foram transferidas para os municípios da Bahia, 3,9% do que foi transferido para os municípios do país, Ceará com 2,8% e Pernambuco, 2,5%.

Em termos setoriais, grande parte das dotações (70,2% ou R\$ 5,6 bilhões) para os Municípios teve origem nos Ministérios das Cidades, da Educação e do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Os mesmos ministérios acrescidos do de Transportes repassaram R\$ 2,9 bilhões para os Estados, 65,6% do total.

6.2.3 - Arrecadação de ICMS

A principal fonte de receita própria dos Estados brasileiros é o ICMS. Enquanto as principais transferências constitucionais legais, FPM e

FPE, representam 1,21% e 1,15% do PIB³⁹ do país, o ICMS representa 7,8% (Tabela 54). A variação da arrecadação do ICMS no Nordeste,

³⁹ Os dados utilizados para o cálculo das relações acima são de 2004, em função de que o último valor do PIB dos Estados brasileiros divulgado pelo IBGE é de 2004, mas a relação deve continuar muito parecida em 2006, dado que não ocorreram mudanças estruturais para gerar uma alteração relevante.

comparando-se 2005 com 2006, foi de 14,73% (10,13% em termos reais⁴⁰), valor acima da média nacional no mesmo período, 10,66%. Este fato já foi registrado em números anteriores deste Boletim de Conjuntura e continua a revelar o maior dinamismo da atividade econômica regional em comparação com a média nacional.

Olhando a participação do Nordeste, na arrecadação de ICMS no Brasil, o ano de 2006, em termos mensais, teve uma participação superior à alcançada em 2005. O único mês em 2005 onde o Nordeste teve uma participação um pouco maior foi maio, com 14,7%, quando, em 2006, essa participação foi de 14,3%. Em contrapartida, em setembro de 2006, a participação foi de 16,7%, valor mais alto dos últimos anos.

Um dos motivos dessa maior participação do Nordeste no ICMS nacional em 2006 pode ser

encontrada na evolução e composição do PIB nacional e regional. No crescimento do PIB brasileiro de 2006, divulgado pelo IBGE, o Setor de Serviços cresceu 3,7% e o Comércio 4,8%. Possivelmente o crescimento de Serviços e Comércio no PIB do Nordeste foi maior que a média nacional. Os indicadores da Pesquisa Mensal de Comércio parecem corroborar esta hipótese, já que, todos os Estados nordestinos apresentaram variações na receita e no volume de vendas superiores à do Brasil (IBGE, 2007p).

Com relação ao Estado do Ceará, já se tem essa certeza a partir da divulgação da estimativa de crescimento de seu PIB em 2006. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará – IPECE, o PIB de serviços cresceu 3,7% (idêntico ao nacional) e o do Setor Comércio 8,5%. Este fato reforça a

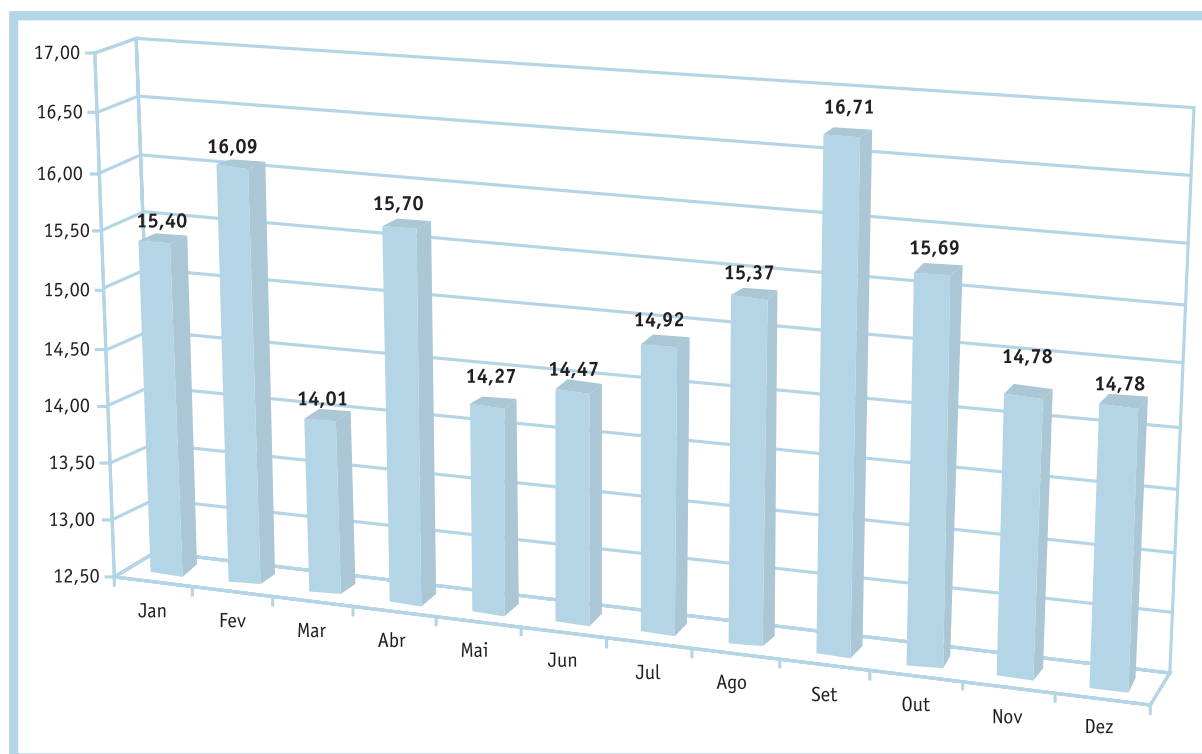


Gráfico 43 – Participação (%) do Nordeste na Arrecadação de ICMS no Brasil: 2006

Fonte: Bacen (2007a). **Elaboração:** Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica

Nota: (*) Dados preliminares

⁴⁰ O índice de inflação utilizado foi o IPCA, média do ano, em função de ser o índice de monitoração do Governo Federal da meta inflacionária. Qualquer outro cálculo em termos reais, nesta seção, estará usando o IPCA como índice de inflação.

idéia que o Estado tem na atividade de comércio uma relevância que em outros Estados é menor. Isto também pode ser percebido através da relação ICMS/PIB, onde o Estado do Ceará tem a maior participação do Nordeste, 9,0%.

Considerando o desempenho da arrecadação nos Estados, comparando 2006 com 2005, a Tabela 54 mostra que todos, excluindo o Estado da Bahia, tiveram desempenho acima da média nacional. A Bahia cresceu apenas 10,01% (5,6% em termos reais). Uma possível explicação para um perfil de variação mais baixo que os outros Estados é a sua estratégia de desenvolvimento que é muito concentrada em incentivos fiscais, principalmente via ICMS. O Estado do Ceará, que também utiliza fortemente o instrumento de incentivos fiscais, teve o segundo maior crescimento da região, 21,68%. O Maranhão apresentou o maior crescimento desse tributo, 24,86%, e tem uma participação de 7,0% da arrecadação do Nordeste.

Do total de ICMS arrecadado no Brasil, 81,6% são originados em dez Estados. O Nordeste participa apenas com dois Estados, a Bahia, que tem uma participação de 5,0% e Pernambuco com 2,8%. A distribuição espacial

dos outros Estados contempla todo o Sudeste e Sul e o Estado de Goiás. É um retrato claro da concentração espacial de renda no país, já que o Nordeste concentra 27,69% da população e apenas 15,8% do total arrecadado de ICMS em 2006 (IBGE, 2007u).

Cabe ainda observar, sobre o ICMS, que na reunião do Presidente da República com os 27 governadores, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou uma proposta de reforma tributária que cria dois impostos sobre o valor agregado (IVA) – um federal e um estadual - e introduz o princípio do destino, no caso do IVA estadual (DE VOLTA..., 2007). Pensando nos princípios gerais da nova proposta, é neste caminho que a maioria dos países desenvolvidos atuam, mas o principal do ICMS é achar como viabilizar a liquidação dos créditos tributários. Como exemplo, considere-se o ICMS que incide sobre os insumos utilizados nos produtos destinados à exportação. Ele é, em grande parte, arrecadado em outros Estados, que não o Estado exportador. Este resiste em dar aproveitamento aos créditos acumulados pelas empresas. Isto também acontece com os investimentos em máquinas e equipamentos.

Tabela 54 – Nordeste: Arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)

Discriminação	Jan.- Dez.		Jan.- Dez.		Var. (%) 2005/2006	ICMS/PIB 2004 ¹
	2005	%	2006	%		
Maranhão	1.464.277	0,94	1.828.237	1,06	24,86	7,2
Piauí	902.279	0,58	1.068.978	0,62	18,48	8,9
Ceará	3.144.614	2,03	3.826.301	2,23	21,68	9,0
Rio Grande do Norte	1.616.467	1,04	1.909.777	1,11	18,15	8,8
Paraíba	1.336.564	0,86	1.532.786	0,89	14,68	7,6
Pernambuco	4.313.803	2,78	4.864.101	2,83	12,76	7,7
Alagoas	1.100.365	0,71	1.281.320	0,75	16,44	8,4
Sergipe	1.010.709	0,65	1.139.482	0,66	12,74	6,7
Bahia	7.830.841	5,05	8.614.710	5,02	10,01	8,2
Nordeste	22.719.919	14,64	26.065.692	15,18	14,73	8,1
Brasil	155.140.198	100,00	171.683.409	100,00	10,66	7,8

Fonte: Bacen (2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: Relação calculada (arrecadação do ICMS no Estado/PIB estadual) com base nos dados de 2004, devido este ser o último PIB estadual divulgado pelo IBGE.

REFERÊNCIAS

- ABINEE. **Balança comercial do setor por blocos econômicos:** jan.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br>>. Acesso em: 11 mar. 2007a.
- _____. **Exportação de celulares em forte tendência de queda.** Disponível em: <<http://www.abinee.org.br>>. Acesso em: 11 mar. 2007b.
- ABIT. **Importação freia emprego industrial.** Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007a.
- _____. **Têxtil:** Abit a meio passo do aumento da TEC. Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2007b.
- ANA. **Projeto de gerenciamento integrado das atividades desenvolvidas em terra na bacia do São Francisco:** subprojeto 4.5C: plano decenal de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - PBHSF (2004-2013). [S. l.]: GEF/PNUMA/OEA, 2004.
- ANEEL. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2007a.
- _____. **Relatórios de acompanhamento de obras de empreendimentos de geração elétrica.** Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 09 mar. 2007b.
- ANFAVEA. **Carta da Anfavea.** dez. 2006. Disponível em: <<http://www.afavea.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007a.
- _____. **Carta da Anfavea.** mar. 2007. Disponível em: <<http://www.afavea.com.br>>. Acesso em: 13 abr. 2007b.
- ANP. **Vendas, pelas distribuidoras, dos derivados combustíveis de petróleo (metros cúbicos).** Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- BACEN. **Boletim do Banco Central do Brasil.** fev. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2007a.
- _____. **Cheques devolvidos sem fundos por região geográfica:** quantidade. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2007b.
- _____. **Dados consolidados do ano de 2006 e janeiro de 2007 referentes ao volume de operação de crédito.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2007c.
- _____. **Dados consolidados:** mar. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2007d.
- _____. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?TAXACREDMES> ou>. Acesso em: 19 mar. 2007e.
- _____. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/depec/NITJ200702.xls>>. Acesso em: 19 mar. 2007f.
- _____. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pom/spb/Estatistica/Port/nordeste.ASP?id=SPBEST>>. Acesso em: 15 mar. 2007g.

_____. **Estatísticas do sistema brasileiro de pagamentos:** mar. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2007i.

_____. **Indicadores econômicos consolidados:** abril 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2007j.

_____. **Indicadores econômicos de 28 de março de 2007.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2007l.

_____. **Indicadores econômicos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007m.

_____. **Relatório de inflação:** mar.07. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2007n.

_____. **Relatório de mercado:** 05 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2007o.

_____. **Sistema gerenciador de séries temporais.** Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>. Acesso em: 28 mar. 2007p.

BARROS, G. S. de C.; SILVA, S. F. **Agronegócio fecha 2006 com pequeno crescimento.** Piracicaba: CEPEA, 2007.

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA. Fortaleza, n. 11, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

BNB. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários: SIGMAN.** Fortaleza: BNB, 2007. (Banco de dados de uso restrito; acesso em 21/03/2007).

BNDES. **Desembolso anual do sistema BNDES.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 09 mar. 2007a.

_____. Porque o PAC vai aumentar o investimento. **Visão do Desenvolvimento**, n. 24. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2007b.

BRASIL. **Anexo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): 2007-2010.** Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2007.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).** Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <<http://www.stf.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 08 mar. 2007a.

_____. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2007b.

_____. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatisticas/estadosemunicipios/transferenciasconstitucionais>>. Acesso em: 15 mar. 2007c.

_____. **Dívida pública federal:** relatório anual 2006. Brasília, n. 4, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2007d.

_____. **Estatística, estados e municípios.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2007e.

_____. **Resultado do Tesouro Nacional.** Brasília, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2007f.

_____. **Transferências voluntárias:** 2006. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2007g.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizsrch.asp>>. Acesso em: 19 mar. 2007a.

_____. **Informações sobre o bolsa-família:** número de famílias beneficiárias: jan. 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2007b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Balança comercial brasileira:** dados consolidados (janeiro-dezembro 2006). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2007a.

_____. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007b.

_____. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007c.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged.** Disponível em: <<http://www.estatistica.caged.gov.br>>. Acesso: 05 mar. 2007a.

_____. **Caged.** Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2007b.

BRASIL. Senado Federal. **PLDO principais aspectos.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 08 mar. 2007.

CAGED. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 13 mar. 2007.

CARTA CAPITAL. São Paulo, n. 348, 04 abr. 2007.

CBIC. **Consumo anual de cimento: por estados, regiões geográficas e total Brasil segundo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.** Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2007a.

_____. **Consumo, produção e preços dos materiais de construção.** Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2007b.

_____. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/files/tabela069.xls>>. Acesso em: 23 mar. 2007c.

CEPEA. **Indicador de algodão.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/02_fevereiro/Algodao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2007a.

_____. **Indicador de café.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/02_fevereiro/Cafe.htm>. Acesso em: 20 mar. 2007b.

_____. **Indicador de milho.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/02_fevereiro/Milho.htm>. Acesso em: 20 mar. 2007c.

_____. **Indicador de soja.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/02_fevereiro/Soja.htm>. Acesso em: 20 mar. 2007d.

CEPEL. **Atlas do potencial eólico brasileiro.** [S. l.: s. n.], 2001.

CMA. **Trading analysis information.** São Paulo: CMA, 2007.

CNA. **Indicadores Pecuários,** n. 43, jan./fev. 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 12 mar. 2007a.

_____. **Indicadores Rurais,** n. 73, jan./fev. 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 12 mar. 2007b.

CNI. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

CONAB. **Levantamento:** mar/2007. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2007a.

_____. **Sexto levantamento de avaliação da safra 2006/2007:** março/2007. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/6levsafra.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2007b.

CVRD. **Acionistas da Inco aprovam incorporação.** Disponível em: <<http://www.cvrld.com.br>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

DE VOLTA ao começo. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 12 mar. 2007.

DOMINGUES, K. **Brasil bate Austrália na exportação de carne.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

ELETROS. **Vendas de eletroeletrônicos cresceram 8,54% em 2006.** Disponível em: <<http://www.eletros.org.br>>. Acesso em: 09 mar. 2007.

EPE. **Análise dos sistemas regionais:** estudos da expansão da transmissão: estudos do plano decenal de expansão do setor elétrico: plano nacional de energia 2030: estratégia para expansão da oferta: subsistema Nordeste ciclo 2006-2015. Brasília, 2005.

FAVERET FILHO, P.; LIMA, E. T., PAULA, S. R. L. de. **Exportações de sucos e polpas.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial>>. Acesso em: 06 nov. 2006.

FECOMÉRCIO-PE. **Relatório mensal da pesquisa conjuntural do comércio varejista da Região Metropolitana de Recife:** jan. 2007. Disponível em: <http://www.fecomercio-pe.com.br/pesquisa_conjuntural/janeiro2007/downloads/Relatório%20de%20janeiro2007.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2007.

FECOMÉRCIO-RN. **Comércio da Grande Natal tem recorde nacional de crescimento, paga mais e emprega quase três mil pessoas.** Disponível em: <<http://www.fecomerciorn.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

FGV. **Preços agropecuários.** Disponível em: <<http://www.fgvdados.com.br>>. Acesso em: 22 mar. 2007a.

_____. **Sondagem conjuntural da indústria de transformação:** jan/07. Disponível em: <<http://www.fgvdados.com.br>>. Acesso em: 22 mar. 2007b.

_____. **Utilização média da capacidade instalada.** Disponível em: <<http://www.fgvdados.fgv.br>>. Acesso em: 04 abr. 2007c.

FIEC. Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007a.

_____. **Nordeste:** indicadores industriais: dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007b.

FIGUEIREDO NETO, L. F. et al. **O agronegócio do suco de laranja concentrado congelado (SLCC) do Paraná.** Campo Grande, MS: UFMS, 2006.

FRACARO, A. A. **Produção de suco e polpa de maracujá:** toda fruta. Disponível em: <<http://www.todafruta.com.br/todafruta/mostra>>. Acesso em: 06 nov. 2006.

FUNCEX. **Boletim Funcex de Comércio Exterior.** Brasília, ano XI, n. 01, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 22 fev. 2007a.

_____. **Boletim Funcex de Comércio Exterior.** Brasília, ano XI, n. 1, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 22 fev. 2007b.

_____. **Empresários esperam que as exportações dobrem.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2007c.

_____. **Setor de calçados recupera vendas.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2007d.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo. 20 fev. 2007. Caderno C-7.

GAZZOLA, J. et al. **A amêndoa da castanha de caju:** composição e importância dos ácidos graxos: produção e comércio mundiais. Florianópolis: UFSC, 2006.

GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S retailers shape the overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORNZENIEWIEZ, M. (Eds.). **Commodity chain and global capitalism.** Praeger: Wesport, 1994.

GLOBAL 21. **Calçados:** Azaléia se abastece na China. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007a.

_____. **China é ameaça a 25% das indústrias.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 09 mar. 2007b.

_____. **Grendene:** nos passos das Havaianas. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 09 mar. 2007c.

_____. **Setor de máquinas investe para conter China.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 28 fev. 2007d.

_____. **Siderúrgicas investirão US\$ 15 bi até 2010, aponta IBS.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 02 mar. 2007e.

_____. **Têxteis.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br/informessoriais/setor.asp?cod=11>>. Acesso em: 27 mar. 2007f.

_____. **MÓVEIS e madeiras.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br/informessoriais/setor.asp?cod=8>>. Acesso em: 27 mar. 2007g.

HASSE, G. **A Laranja no Brasil.** São Paulo. 1987. Disponível em: <http://www.abecitrus.com.br/industria_br.html>. Acesso em: 01 mar. 2007.

HOFFMANN, A.; CAMARGO, U. A.; MAIA, J. D. G. Sistema de produção de uvas rústicas para processamento em regiões tropicais do Brasil: produção e mercado. **Sistema de Produção**, n. 9, dez. 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasRusticasParaProcessamento/mercado>> Acesso em: 06 mar. 2007.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** população residente por situação, sexo e grupos de idade. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 mar. 2007a.

_____. **Agroindústria cresce 1,6% em 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=809&id_pagina=1>. Acesso em: 27 mar. 2007b.

_____. **Banco SIDRA.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2007c.

_____. **Contas nacionais trimestrais:** (out.-dez./06). Acesso em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2007d.

_____. **Contas regionais do Brasil.** Rio de Janeiro, 1987-2004.

_____. **Dados do PIB:** IBGE (1987-2004). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 mar. 2007e.

_____. **Diretoria de pesquisas, coordenação de contas nacionais e coordenação de população e indicadores sociais.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2007f.

_____. **Diretoria de pesquisas, coordenação de indústria.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007g.

_____. **Economia & Conjuntura.** fev. 07. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007h.

_____. **Indicadores IBGE:** contas nacionais trimestrais, indicadores de volume e valores correntes. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 mar. 2007i.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola.** Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 22 mar. 2007j.

_____. **Pesquisa industrial mensal de emprego e salário (PIMES):** dez. 06. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007l.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física regional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2007m.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física: dezembro 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2007n.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física: fevereiro 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2007o.

_____. **Pesquisa mensal de comércio:** dez./06. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 fev. 2007p.

_____. **Pesquisa mensal de comércio:** jan./07. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2007q.

_____. **Pesquisa mensal de emprego.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007r.

_____. **Pesquisa mensal de emprego:** fev/07. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2007s.

_____. **Pesquisa mensal de emprego:** jan/07. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 mar. 2007t.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** população de 2005. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=p&o=18&i=P>>. Acesso em: 13 mar. 2007u.

_____. **Pesquisa trimestral de abate de animais.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 22 mar. 2007v.

_____. **Principais destaques no mercado de trabalho 2003-2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 fev. 2007x.

_____. **SIDRA:** base de dados agregados: fevereiro 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2007z.

IBS. **Sistema Usiminas anuncia expansão.** Disponível em: <<http://www.ibs.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

IDT. **Ocupação e desemprego em Fortaleza:** dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.idt.org.br/institucional.asp#>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

IEDI. **Análise IEDI**. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 26 mar. 2007a.

_____. **Dividendos das maiores atingem R\$ 46 bi**. Disponível em: <<http://www.iedi.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2007b.

_____. Investimento direto estrangeiro: perspectivas favoráveis para 2007. **Análise IEDI**. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2007c.

IFEPD. **Taxas de endividamento do consumidor de Arapiraca**: dezembro 2007. Disponível em: <http://www.fecomercio-al.com.br/12_Relatorio_Endividamento_Arapiraca_2006.zip>. Acesso em: 14 fev. 2006a.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Arapiraca**: janeiro 2007. Disponível em: <http://www.fecomercio-al.com.br/01_Relatorio_Endividamento_Arapiraca_2007.zip>. Acesso em: 14 fev. 2006b.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Maceió**: dezembro 2006. Disponível em: <http://www.fecomercio-al.com.br/12_Relatorio_Endividamento_maceio_2006.zip>. Acesso em: 14 fev. 2006c.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Maceió**: janeiro 2007. Disponível em: <http://www.fecomercio-al.com.br/01_Relatorio_Endividamento_maceio_2007.zip>. Acesso em: 14 fev. 2006d.

INSTITUTO FNP. **Agrianual 2006 – Anuário da Agricultura Brasileira**. São Paulo, 2006.

IPDC. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza**: dez. 2006. Disponível em: <http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/ipdc-ce2/2005-conteudo/endividamento/2006_12_analise_endividamento.zip>. Acesso em: 12 mar. 2007a.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza**: jan. 2007. Disponível em: <<http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/ipdc-ce2/2005-conteudo/endividamento/01%20endividamento%202007.zip>>. Acesso em: 14 mar. 2007b.

IPEA. **Boletim de Conjuntura**. n. 76, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

LIMA, E. L.; MENDES, F. T. **Simulação da viabilidade industrial do processamento de amêndoas de cacau em pequena escala**: o caso da cacaucultura de Medicilândia no Estado do Pará. Belém: CEPLAC, 2006.

MARKWALD, R.; RIBEIRO, F. **Balança comercial e câmbio**: o que está ocorrendo e o que se pode esperar. Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br>>. Acesso em: 28 mar. 2007.

MAZENOTTI, P. **Água de coco do Brasil começa a ganhar o mundo**. 2004. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/materia.phtml>>. Acesso em: 12 mar. 2007.

MEDINA, H. **Saldo comercial bate quarto recorde**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

MELLO, L. M. R. e. **Produção e comercialização de uvas e vinhos**: panorama 2005. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/panorama2005-producao.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

NUNES, V. O peso da carne. **Correio Brasiliense**. Brasília, 13 nov. 2006. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=319197>>. Acesso em: 27 mar. 2007.

O ALGODÃO brasileiro na OMC. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=465&Itemid=397>. Acesso em: 27 mar. 2007.

ONS. Disponível em: <<http://www.ons.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2007a.

_____. **Histórico da operação:** geração de energia, carga de energia e intercâmbio entre as regiões. Disponível em: <<http://www.ons.org.br>>. Acesso em: 12 mar. 2007b.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Ministério da Integração investe R\$ 177 milhões no Piauí em 2007.** Disponível em: <<http://www.piaui.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

PIB do Estado cresce 4,84%. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, 01 mar. 2007. p. 01. Negócios.

PINHEIRO, J. C. V.; AGUIAR, J. V.; PIRES, F. O. **Uma visão panorâmica sobre a castanha de caju in natura e processada nos principais estados produtores.** Fortaleza: UFC, 2006.

SANTOS, J. A. N. dos; SANTOS, M. A. dos. **Análise setorial:** principais frutícolas na área de atuação do BNB: jan. 2004. Disponível em: <<http://d001www06/cenetene/projconjecon/doc>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

SILVA, C. **Montadoras têm o melhor bimestre da história.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2006.

SINDIPEÇAS. **Informativo Sindipeças.** Disponível em: <<http://www.sindipeças.org.br>>. Acesso em: 09 mar. 2007.

SINDUSCON-SP. Disponível em: <<http://www.sindusconsp.com.br>>. Acesso em: 02 mar. 2007a.

_____. **Para a construção, o PAC pode fazer de 2007 um ano ainda melhor que 2006.** Disponível em: <<http://www.sindusconsp.com.br>>. Acesso em: 02 mar. 2007b.

_____. **PIB sofrível reforça necessidade de agilizar o PAC.** Disponível em: <<http://www.sindusconsp.com.br>>. Acesso em: 03 fev. 2007c.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

TREVISAN, C. **Real forte deve frear exportações em 2007.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

VIEIRA, A. C.; PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M. **Coordenação e custos de transação nos canais de comercialização citrícola no Brasil.** São Carlos: UFSCAR, 2006.

VORTAL CADEIA PRODUTIVA DO CAJU. **Fábricas:** pedúnculo. Disponível em: <<http://www5.prossiga.br/Caju/asp/SaidaCat.asp?cod=90&id=port>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

